

Universidade Federal de Minas Gerais

Escola de Arquitetura

Júlia de Carvalho Nascimento

**Disputas em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima
no Aglomerado da Serra-BH: uma controvérsia sociotécnica no
âmbito do planejamento urbano**

Belo Horizonte

2015

Júlia de Carvalho Nascimento

**Disputas em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima no
Agglomerado da Serra-BH: uma controvérsia sociotécnica no âmbito do
planejamento urbano**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço

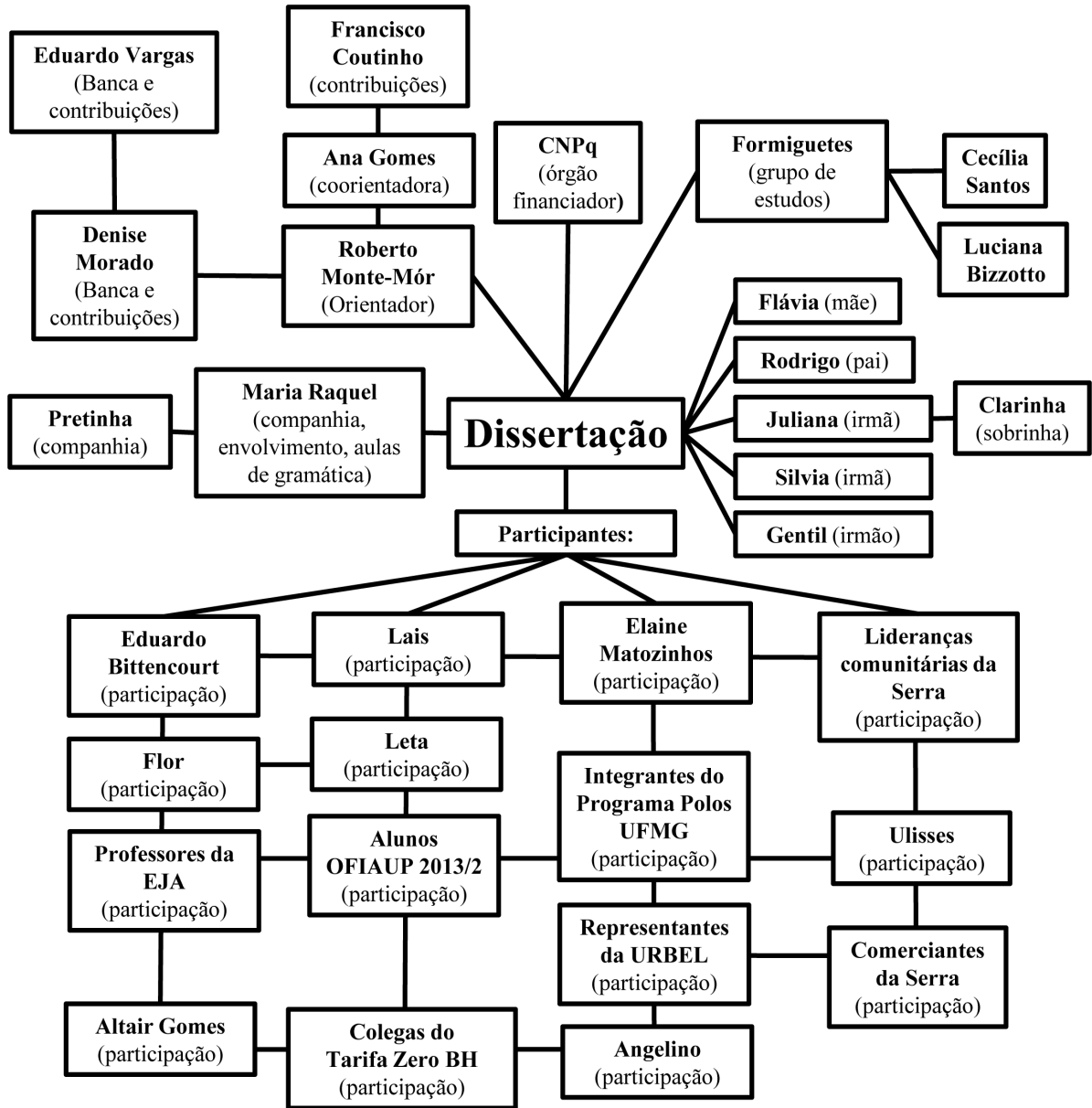
Orientadores: Roberto Luís de Melo Monte-Mór (orientador) e Ana Maria Rabelo Gomes (coorientadora)

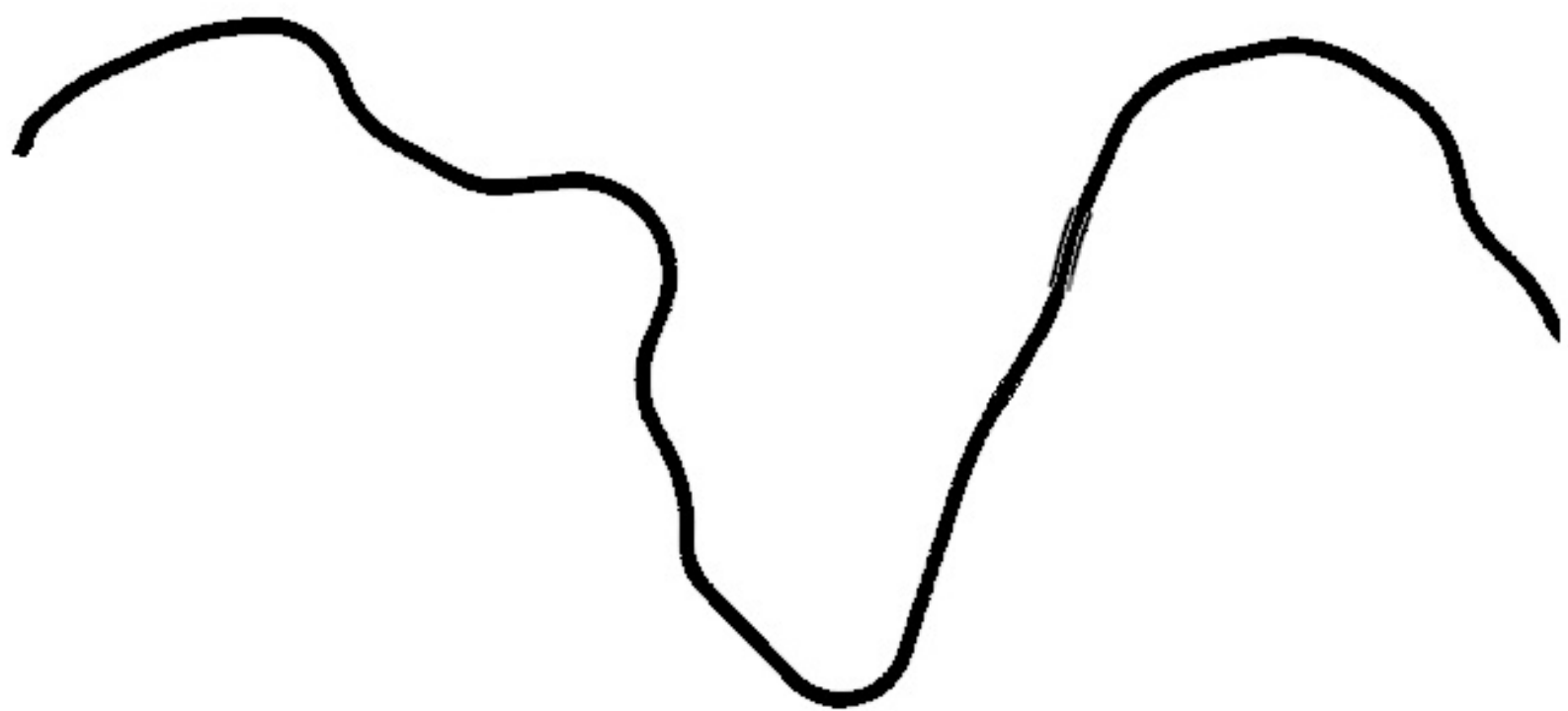
Belo Horizonte

2015

À Rua Nossa Senhora de Fátima

AGRADECIMENTOS





Resumo

Esta pesquisa busca compreender como a disputa em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, localizada no Aglomerado da Serra, Belo Horizonte, traz elementos de reflexão sobre o planejamento urbano contemporâneo. Por meio da abordagem da cartografia das controvérsias, foi realizado o mapeamento dos atores humanos e não-humanos envolvidos, bem como das associações entre os atores engendradas nesse processo. Por meio desse mapeamento, foi possível, também, identificar o surgimento e agravamento de três grandes temas inseridos na disputa em torno do alargamento da rua: o reassentamento comercial em assentamentos informais, o acesso e a circulação da informação técnica entre os diretamente atingidos por obras públicas, e, por fim, a representatividade das lideranças comunitárias. A intensidade desses três grandes temas em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima me permitiu compreender como se deu a rejeição ao alargamento pela própria comunidade da Serra, bem como refletir sobre diversas questões tidas como dadas no âmbito jurídico e da gestão municipal em intervenções urbanísticas nas favelas e, assim, no planejamento urbano contemporâneo.

Palavras Chave: Cartografia das Controvérsias, Planejamento Urbano, Urbanização de Assentamentos Precários

Abstract

This research seeks to understand how the dispute over the widening of Nossa Senhora de Fátima Street, located in Aglomerado da Serra slum, in Belo Horizonte, brings out elements to reflect on contemporary urban planning. Through the approach of cartography of controversies, it was mapped the human and non-human actors involved, and also the associations between the actors engendered in this process. By mapping, it was possible to identify the emergence of three major themes associated with the dispute around the Street widening: the commercial resettlement located in informal settlements, the access and circulation of technical information and the participation of community leaders. The intensity of these three major issues surrounding the widening of the Nossa Senhora de Fátima Street allowed me to understand how it was rejected by local community and also helped me to reflect on many issues related with contemporary urban planning

Keywords: Cartography of Controversies, Urban Planning, Slum Upgrading

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa de localização do Aglomerado da Serra.....	19
Figura 2: Atividade de mapas mentais com os alunos da EJA.....	25
Figura 3: Capa do Folheto do Vila Viva distribuído em junho de 2011.....	26
Figura 4: Trajeto a pé pela Rua Nossa Senhora de Fátima (RNSF).....	27
Figura 5: Mapa das Intervenções Urbanas realizadas pelo Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra	51
Figura 6: Aprovação do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima no OP 2011/2012	64
Figura 7: Trecho da Rua Nossa Senhora de Fátima aprovado no OP 2011/2012	64
Figura 8: Serra Center	71
Figura 9: Trechos do caderno do cadastro de remoções de moradores e comerciantes da Rua Nossa Senhora de Fátima.....	80
Figura 10: Anteprojeto de Alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima	81
Figura 11: Trecho de Abaixo-assinado reivindicando mais informações sobre o projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima.....	93
Figura 12: Detalhe do depósito Demacol da primeira versão do anteprojeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima e do Cadastro de Remoção	104
Figura 13: Detalhe do depósito Demacol na 2ª versão do anteprojeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima.....	105
Figura 14: Foto aérea da articulação entre a Rua Engenheiro Lucas Júlio Proença e da Rua Serenata.....	106
Figura 15: Croqui de aproveitamento e contenção de encosta por edificação, retirado do diagnóstico final do PGE Serra	107
Figura 16: Imagens da exposição do anteprojeto de alargamento no dia 24 de agosto de 2013	112
Figura 17: Panfleto (frente e verso) distribuído no dia 24 de Agosto de 2013	112
Figura 18: Imagens da gravação de vídeo da Assembleia Geral do dia 27 de agosto de 2013: exposição do anteprojeto, votação da obra e assinatura da ata	116
Figura 19: Diagrama de Translações - Controvérsia em torno do alargamento.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da divisão modal por grupos em Belo Horizonte - 2002 e 2012.....	23
Tabela 2: Modelo de organização cronológica dos eventos da controvérsia.....	43

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1: Antecedentes do Anteprojeto de Alargamento	53
Diagrama 2: Surgimento de novos actantes	61
Diagrama 1.1: Vila Viva II	62
Diagrama 3: Origens do Anteprojeto de Alargamento	66
Diagrama 4: A questão do reassentamento comercial	78
Diagrama 5: A disputa pelo acesso à informação I	84
Diagrama 6: A questão do acesso à informação II	86
Diagrama 7: A representatividade comunitária I	96
Diagrama 8: A representatividade comunitária II	103
Diagrama 9: Desfecho da controvérsia I	109
Diagrama 10: Desfecho da controvérsia II	110
Diagrama 11: Desfecho da controvérsia III	114
Diagrama 12: Desfecho da controvérsia IV	117
Diagrama Final	127

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ANT - Actor-network Theory

BHTRANS – Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CCCS – Centre for Contemporary Cultural Studies

CEF – Caixa Econômica Federal

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CHISBEL – Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COMFORÇA – Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Participativo

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FAMOBH – Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte

FMHP – Fundo Municipal de Habitação Popular

GR – Grupo de Referência

IQVU – Índice de Qualidade de Vida Urbana

MOM – Morar de Outras Maneiras

MP – Ministério Público

NPGAU – Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

OFIAUP – Oficina Integrada de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo

OP – Orçamento Participativo

OPH – Orçamento Participativo da Habitação

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PGE – Plano Global Específico

PL – Projeto de Lei

PMI – Projeto Multissetorial Integrado

PRAC – Programa de Realocação de Atividade Comercial

PROAS – Programa de Reassentamento de Famílias Removidas em Decorrência da Execução de Obras Públicas

PRODECOM – Programa de Desenvolvimento de Comunidades
PROFAVELA – Programa Municipal de Regularização de Favelas
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RNSF – Rua Nossa Senhora de Fátima
SEDESE – Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social
SMH – Sistema Municipal de Habitação
SUDECAP – Superintendência de Desenvolvimento da Capital
TAR – Teoria Ator-Rede
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UH – Unidade Habitacional
URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte
UTP – União dos Trabalhadores de Periferia
ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Redefinições do Objeto de Pesquisa	19
1. Reflexões teórico-metodológicas sobre o objeto de pesquisa	30
1.1. Estabelecendo um recorte teórico-metodológico	31
2. Mapeando as controvérsias	40
2.1 Antecedentes do Projeto de Alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima	46
2.2 O surgimento de outros actantes no Programa Vila Viva I.....	58
2.3 Do Orçamento Participativo ao anteprojeto de alargamento	62
3. Controvérsia em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima.....	68
3.1 A questão do reassentamento comercial	68
3.2 A questão do acesso à informação	79
3.3 A representatividade comunitária	90
3.4 O desfecho da controvérsia.....	103
4. Algumas Impressões dos atores sobre o desfecho e considerações finais.....	119
Referências Bibliográficas:.....	128
Apêndices:.....	132
Anexos:	135

Introdução

Diversos estudos no campo do planejamento urbano têm como objeto de pesquisa as intervenções urbanas executadas em vilas e favelas, e, frequentemente, têm como objetivo refletir o papel do Estado como promotor de melhorias em assentamentos urbanos informais. Ainda, nesses estudos, é comum a crítica ao planejamento urbano tecnocrático, que tem como principal agente o Estado, pautado no conhecimento técnico fragmentado na elaboração e na execução de projetos urbanísticos em detrimento do conhecimento cotidiano do espaço a ser modificado. Em especial em vilas e em favelas, esse conhecimento cotidiano passa a ganhar maior destaque, uma vez que elas possuem uma lógica de ocupação do espaço distinta da cidade formal. Nesse sentido, tendo como referência Henri Lefebvre (2006), é comum, na produção acadêmica sobre planejamento urbano, o apontamento para uma imposição do espaço concebido – dos planejadores urbanos – sobre o espaço vivido – das pessoas que convivem no espaço – nas intervenções urbanas em vilas e favelas. Mas o que dizer sobre uma intervenção urbana que foi rejeitada pela comunidade antes mesmo de começar a ser executada?

Em outubro de 2014, quando iniciei minhas pesquisas de campo no Aglomerado da Serra, especificamente na região conhecida como “Savassinha” por concentrar uma grande quantidade de comércio, sabia muito pouco sobre aquele espaço, exceto pela intervenção urbanística que ali ocorrera, o Programa Vila Viva. Não somente por ter sido a primeira de uma série de intervenções em vilas e favelas em Belo Horizonte, mas também pelo volume de recursos, obras e de famílias reassentadas por essa intervenção, o Programa Vila Viva do Aglomerado da Serra ganhou grande visibilidade na produção acadêmica sobre planejamento urbano em Belo Horizonte. Embora, no início das pesquisas de mestrado, objetivasse buscar questões para além do Vila Viva, uma nova questão emergiu em campo também relativa a outra intervenção urbana, mas que, diferente da primeira, não chegou a acontecer. A nova questão diz respeito ao alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima.

A discussão em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima surgiu em meados de 2010, quando o Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra já estava em fase final. O primeiro motivo que me despertou curiosidade em relação a essa proposta foi o fato de que depois de mais de uma década de planejamento e execução de um conjunto de obras do porte do Vila Viva pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), uma intervenção posterior de porte e volume de recursos muito menor é rejeitada pela comunidade da Serra. O

segundo motivo de interesse é que a proposta de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima representa um caso inédito¹ de intervenção urbanística rejeitada antes mesmo de começar a ser executada – e até mesmo licitada pelo poder público - em Belo Horizonte. Outro motivo de interesse diz respeito a quantidade de atores envolvidos, tanto tradicionais em processos de intervenções urbanas, como lideranças comunitárias, técnicos da URBEL e moradores, quanto atores não muito típicos nesses processos, como comerciantes, vereadores e professores e alunos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Por fim, por representar um caso inédito de rejeição de uma intervenção urbana em vilas e favelas em Belo Horizonte por meio de um amplo processo de mobilização e articulação de diversos atores da própria comunidade da Serra, a discussão em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima pode trazer elementos de reflexão sobre o planejamento urbano em vigor nesse município e, por que não, no país. Nesse sentido, o objetivo principal da presente dissertação é o de compreender como a disputa da controvérsia em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima traz contribuições para se refletir o planejamento urbano contemporâneo?

Para responder à pergunta proposta, recorri a abordagem teórico-metodológica da cartografia das controvérsias. A cartografia das controvérsias foi proposta por Bruno Latour (2000), em especial a partir da Teoria Ator-Rede - TAR ou ANT, em inglês. Essa proposta traz uma forte crítica aos estudos sociais que partem da existência de forças sociais específicas somente visíveis aos olhos dos pesquisadores, ainda que praticadas pelos sujeitos. É nesse sentido que as controvérsias sociotécnicas são situações privilegiadas para as reflexões da ANT, uma vez que nelas as “forças sociais” atuam de forma imprevisível. Nessas controvérsias, forças tanto do campo humano quanto da natureza passam a atuar. Para compreendê-las, não é possível operar a grande divisão entre natureza e sociedade, tal como a ciência moderna opera. Partindo do entendimento de que o alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima representa um caso de controvérsia sociotécnica, em que pressupostos sólidos no campo do planejamento urbano foram questionados por diversos atores, procurei compreender quais foram as ações desses atores diante dessa questão e o que resultou no seu desfecho: a rejeição da obra. Assim, por meio da cartografia das controvérsias, abordagem que me possibilita seguir os atores mais do que meus pressupostos teóricos iniciais, busquei construir um relato sobre o processo de discussão do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima.

Além de construir um relato sobre a questão do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima partindo, principalmente, de entrevistas com diversos atores (humanos) que se

¹ Informação obtida em entrevista com a diretora de Planejamento da URBEL.

envolveram nesse processo, a abordagem da cartografia das controvérsias também me permitiu mapear diferentes atores não-humanos que se associaram nessas discussões. O reconhecimento dos não-humanos nas controvérsias em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima foi essencial para a compreensão desse processo, já que eles influenciaram, inspiraram, promoveram ou impediram ações tanto quanto os atores humanos. Além disso, muitas das ações humanas não poderiam ser compreendidas sem a sua associação com os não-humanos, ou sem o reconhecimento dos híbridos de natureza-sociedade. Assim, o mapeamento de todos os actantes – tudo aquilo que age, humanos e não-humanos segundo Latour (2000) – e de suas associações foi essencial para a construção de um esquema representativo que me permitiu compreender o agravamento de três grandes temas inseridos na controvérsia em torno do alargamento da rua: o reassentamento comercial, o acesso à informação técnica e a representatividade comunitária.

A seguir, ainda na introdução, busco descrever como meu objeto de pesquisa foi redefinido desde que comecei, em outubro de 2014, o trabalho de campo no Aglomerado da Serra. Nesse subitem, procuro relatar as minhas primeiras impressões sobre os sujeitos que inicialmente me propunha estudar – os comerciantes da “Savassinha” –, bem como outras impressões iniciais sobre aquele espaço. Ainda nesse capítulo, apresento como a questão do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima passou a emergir durante o trabalho de campo, e como tive os primeiros contatos com alguns atores que se envolveram nesse processo.

No primeiro capítulo, uma vez que já apresento a pergunta central do presente estudo, objetivo evidenciar como algumas abordagens teórico-metodológicas afetaram a construção do meu objeto de pesquisa, bem como justificar a escolha da cartografia das controvérsias, por meio de algumas questões levantadas em campo. Serão apresentadas tanto abordagens teóricas recorrentes nos estudos urbanos, como a de Lefebvre (2006) e de Milton Santos (2006), quando uma abordagem não muito frequente nessa área do conhecimento, da qual destaco a de Bruno Latour (2012, 1994a, 1994b). Ainda, busco apresentar algumas reflexões das teorias relacionais do espaço para o meu objeto de pesquisa, trazendo conceitos como o da multiplicidade, da diferença e da singularidade como novos elementos para se pensar as relações humanas e não-humanas. Essas reflexões serão representadas por Doreen Massey (2008) e por Ash Amin (2008).

No segundo capítulo, “Mapeando as controvérsias”, inicialmente relato como realizei a busca pelos atores envolvidos no processo de discussão do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, e, em seguida, descrevo como realizei a busca de informações para a pesquisa. Essa busca se deu, inicialmente, por meio da pesquisa de campo, que será melhor descrita a seguir nas “redefinições do objeto de pesquisa”. Depois de eleger o alargamento como objeto de pesquisa, minha metodologia também contou com entrevistas semi-estruturadas com os atores envolvidos, com a análise de documentos (atas de audiências públicas, reportagens, projetos de leis, etc), e de vídeos gravados durante esse processo. Ainda nesse capítulo, dou início ao mapeamento dos antecedentes do projeto de alargamento e organizo a descrição dos fatos por meio de dois esquemas: o diagrama da rede sociotécnica e o diagrama de translações. No primeiro diagrama, busco expor os actantes envolvidos na controvérsia e suas associações na medida em que realizo a construção do relato. No final das conclusões gerais, apresento esse diagrama completo. No segundo esquema, presente somente ao final do segundo e terceiro capítulo, apresento cronologicamente os principais eventos em torno do alargamento da rua e como esses eventos contribuíram para agravar ou solucionar a controvérsia em questão.

No terceiro capítulo, inicio a descrição da controvérsia em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima por meio de três grandes temas, nos quais busco expor todo o processo de concepção, de discussão e de rejeição à proposta de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima por meio das informações obtidas nas observações de campo, entrevistas e nos diversos documentos obtidos durante a pesquisa. Além da descrição, mantenho a construção do diagrama da rede sociotécnica e do diagrama de translações na medida em que evoluo na descrição dos eventos, atores e suas associações. Por fim, busquei expor alguns esclarecimentos sobre como cada um dos temas, para além da discussão sobre o alargamento da rua, está inserido no contexto legislativo, político ou histórico municipal, mostrando como essas mesmas questões podem ser recorrentes em outras intervenções urbanas em vilas e favelas de Belo Horizonte.

Cada um dos três grandes temas – o reassentamento comercial, o acesso à informação técnica e a representatividade comunitária - é representado por um subitem do capítulo três. Assim, em cada um desses subitens, busquei explicar como cada nova temática emergiu e agravou-se na discussão sobre o alargamento da rua, bem como expor os novos actantes que se associaram à essas questões. Embora distribuídos cronologicamente, na medida que avanço na exposição sobre a controvérsia em torno do alargamento da rua, os três grandes temas se farão presentes durante todo o relato sobre esse processo. Meu objetivo na divisão por meio de três temas foi tornar a exposição do relato mais clara e organizada, embora eu compreenda que,

realizando essa segmentação, corro o risco de reduzir a complexidade de temas que compõem o conjunto do processo do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima. No entanto, compreendo que esse recurso analítico me permite mapear os principais fluxos de tensão, oferecidos por essas temáticas, que atravessam a controvérsia em torno do alargamento da rua.

No quarto capítulo, busco apresentar as considerações finais sobre todo processo. No entanto, antes de expor minhas próprias considerações finais sobre todas as questões que identifiquei relativas ao alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima e sobre a abordagem utilizada para compreendê-las, busco expor algumas impressões dos próprios atores envolvidos sobre o desfecho desse processo. A exposição dessas impressões, além de demonstrar o agravamento da oposição entre os diversos pontos de vistas presentes, também revela que, embora o alargamento da rua tenha sido rejeitado pela comunidade da Serra, ele ainda representa uma questão que permanece viva entre os diversos atores envolvidos.

Ainda no capítulo quatro, exponho as minhas próprias considerações finais, nas quais procuro refletir sobre a importância da abordagem utilizada – a cartografia das controvérsias – para a compreensão das diversos temas, atores e associações relativas ao alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima. Ainda nesse capítulo, busco ressaltar algumas questões contemporâneas que podem ter contribuído para agravar as grandes temáticas em torno do alargamento da rua, bem como para gerar tensionamentos nas fronteiras categóricas utilizadas entre os atores expostos nesse processo. Por fim, trago reflexões para o planejamento urbano contemporâneo.

Redefinições do Objeto de Pesquisa

Meu projeto inicial de pesquisa de mestrado tinha como objetivo discutir uma política territorial recente da Prefeitura de Belo Horizonte, o “Programa BH Negócios”, que teve como foco a formalização de comerciantes no Aglomerado da Serra. O Aglomerado da Serra é um conjunto de vilas localizadas na região Centro-sul de Belo Horizonte, compondo a maior favela do Estado de Minas Gerais.

Figura 1: Mapa de localização do Aglomerado da Serra



Fonte: Plano Global Específico do Aglomerado da Serra (mapa sem escala)

Conheci o programa BH Negócios por meio de alguns de seus coordenadores, que me apresentaram suas propostas e resultados. Esse programa teve como objetivo ampliar a formalização dos comerciantes da Serra, bem como o acesso ao crédito produtivo. O BH Negócios, segundo seus executores, teve resultados bastantes exitosos, já que promoveu a formalização de 400 comerciantes. Objetivava, assim, na minha pesquisa de mestrado, identificar e analisar como os sujeitos - comerciantes do Aglomerado da Serra- percebiam e

significavam as lógicas advindas da racionalidade econômica pressuposta no Programa “BH Negócios”.

A definição do meu objeto de pesquisa partia da premissa de que o Programa BH Negócios, e sua lógica de empreendedorismo individual, trazia uma nova racionalidade produtiva à favela. Essa nova racionalidade estaria mais relacionada à lógica produtiva da cidade formal, onde o que determina a produção é a geração de lucro. Objetivava, assim, comparar a racionalidade econômica advinda do Programa BH Negócios com as lógicas produtivas próprias dos comerciantes da Serra, lógicas que, como hipótese, poderiam estar muito mais relacionadas à reprodução ampliada do núcleo familiar do que à obtenção de lucros. Nesse sentido, propunha colocar em discussão a efetividade das políticas públicas voltadas ao Empreendedorismo Individual nas grandes cidades, principalmente quando implementadas em espaços que possuem lógicas territoriais, sociais e econômicas distintas da cidade formal, como em vilas e favelas.

Para a compreensão das lógicas produtivas dos comerciantes da Serra, propus a realização de uma etnografia, abordagem que permitiria uma imersão no dia-a-dia do comércio naquela região. Por meio dessa abordagem, pretendia compreender como os comerciantes significavam a lógica empresarial estabelecida pelo programa BH Negócios e como essa lógica se diferenciava daquelas predominantes no cotidiano dos espaços comerciais. A escolha por essa abordagem se justificou pelo fato de que haviam importantes fenômenos, relevantes à investigação, - os “imponderáveis da vida real” (MALINOWSKI, 1984) - que não poderiam ser registrados por meio de entrevistas estruturadas ou por questionários qualitativos. Essa escolha, entretanto, também foi feita com o reconhecimento da possibilidade de substituição e renovação de meus apriorismos de pesquisadora de acordo com as observações de campo. A pesquisa etnográfica não tem como pressuposto a comprovação dos pressupostos iniciais do pesquisador, mas sim a problematização desses e de outros pressupostos. Como afirmou Clifford Geertz, “se quiséssemos verdades caseiras, deveríamos ter ficado em casa” (GEERTZ, 2001, p.67).

Entre os meses de setembro e novembro de 2014 iniciei meu campo com idas regulares à Serra. Como já havia sido apresentada a três comerciantes da Serra pelos “Agentes de Empreendedorismo” do Programa BH Negócios, comecei a reestabelecer o contato com esses comerciantes. Todos os três – uma dona de loja de lingerie, um vendedor de churrasquinhos e uma costureira -, haviam participado ativamente nesse programa, e afirmavam que sua atuação havia contribuído muito para a melhoria do comércio em que trabalhavam.

Partindo dos primeiros contatos, passei a conhecer outros comerciantes. Inicialmente, me interessei pela concentração comercial entre o cruzamento das ruas Bandoneon, Serenata, Nossa Senhora de Fátima e Doutor Camilo – região conhecida como “Savassinha”. Essa região abriga os pontos comerciais mais caros do Aglomerado da Serra, já que possui um grande fluxo de pessoas e dá acesso a quatro grandes vilas do Aglomerado: Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora Aparecida, Santana do Cafezal e Nossa Senhora de Fátima. Lá estão presentes um grande supermercado - o Goiabal-, uma padaria, duas drogarias, dois açougues, alguns depósitos de material de construção, e diversos outros comércios menores e roupas, cosméticos, eletrônicos, papelarias, etc.

Já nas primeiras conversas com outros comerciantes, notei que, exceto aqueles aos quais fui apresentada pelos Agentes de Empreendedorismo, quase nenhum comerciante teve conhecimento da existência do Programa BH Negócios ou se interessou em participar desse programa. Para quem não se interessou, os motivos eram os mais diversos: já tinham CNPJ, não tinham interesse em ter, o comércio já não se enquadrava como um microempreendimento individual, desconfiança, dentre outros.

Outras questões, no entanto, passaram a surgir em relação aos sujeitos que estava me propondo estudar. A predominância de mulheres e da religião evangélica entre os comerciantes foram duas questões que observava com frequência. Como alternativa de trabalho próximo de casa e dos filhos, muitas mulheres da Serra optam por abrir uma lojinha por ali. Em relação à religião evangélica, majoritária entre os moradores da Serra, entre os comerciantes ela se manifestava em poucos minutos de conversa. Para esses comerciantes, as ações em relação ao comércio – pesquisar o ponto, alugar a loja, escolher os produtos, fazer promoções, etc – eram ações enunciadas por Deus que eles souberam ouvir. Frequentemente falavam frases como: “Deus me deu essa luz” ou “Deus me deu a sabedoria de fazer isso”. Segundo um dos poucos comerciantes “de fora” Serra, a religião ainda contribuía para garantir a segurança naquele espaço:

Eu já tive comércio na [favela da] Pedreira, no Santa Lúcia, mas nunca vi tanto crente em uma favela como aqui. Mas isso é bom que ninguém rouba de ninguém, todo mundo se respeita. Lá nas outras favelas toda hora alguém te roubava e você não podia fazer nada (comerciante da Serra).

A venda “fiado”, ou “no caderno”, também foi uma questão observada em quase todos os comércios da Serra. Geralmente, nas primeiras conversas com alguns comerciantes, a venda pelo caderninho não me era revelada: “só a vista ou no cartão”. Quando algumas conversas

duravam mais tempo, já era possível observar os fregueses entrando e saindo das lojas com um pedido simpático: “você anota pra mim?”. Certamente, o caderninho representa uma boa parte das vendas dos comerciantes da Serra, mas só entre conhecidos, o que não era o meu caso. Segundo alguns comerciantes, a venda anotada passa a ganhar força a partir da segunda metade do mês, quando as pessoas começam a ficar sem dinheiro. As operadoras do único “Caixa Aqui” da Serra, utilizado para pagar contas e sacar dinheiro, revelam que

a partir do dia 15 até o caixa fica sem dinheiro, porque ninguém paga mais contas e muito menos saca dinheiro. Aí volta o dia de receber (o salário) e todo mundo sai comprando a vista e pagando as contas que compraram no fiado do mês anterior. Aí depois fica todo mundo sem dinheiro de novo (operadora do Caixa Aqui).

Passadas algumas semanas de campo, compreendia que, em cada comércio, existia uma realidade singular, com características próprias. De grandes supermercados a pequenas lojas de conserto de roupas, de lojas que pagavam altíssimos aluguéis a casas próprias com comércio no térreo, de trabalhadores com carteira assinada a trabalhadores autônomos, sentia a cada dia de campo a necessidade de realizar um recorte no meu objeto de pesquisa.

Outra questão que me chamou atenção naquele espaço (e que posteriormente percebi que foi imprescindível na redefinição do meu objeto de pesquisa) foi a do trânsito intenso de veículos, principalmente entre as 17h e 19h. Em outros momentos do dia, o trânsito também era interrompido por grandes caminhões que paravam nas ruas para descarregar mercadorias para os grandes comércios. A passagem da linha 102 – conhecido como “o amarelinho” pelos moradores – muitas vezes gerava grande tumulto, obrigando alguns carros a voltarem grandes trechos de ré para permitir que o ônibus cumprisse seu percurso.

Nos intervalos entre as conversas com os comerciantes, parava alguns instantes para escrever e observar o trânsito. Sem nenhum tipo de sinalização ou regras de trânsito, carros, pedestres, motos, ambulância, viaturas policiais, ônibus complementares e bicicletas compartilhavam o cruzamento entre as três ruas mais movimentadas da Serra com destreza e cooperação. A única “regra” que observei foi na Rua Doutor Camilo, popularmente conhecida como “Passarela”, que abriga muitos comércios de vestuário. Lá o trânsito de veículos é proibido e só passam pedestres e motos. Segundo alguns comerciantes dessa rua, quebra-molas foram colocados pelos próprios comerciantes (que também fecham o início da rua estacionando seus carros particulares) devido ao grande número de atropelamentos que ocorriam ali. Hoje a Passarela abriga os pontos comerciais mais caros de todo o Aglomerado, cujos aluguéis custam,

segundo lojistas que possuem stands nesses locais, em torno de R\$1.000 por loja. Em 2013 foi construído no início dessa rua um Shopping Popular – o Serra Shopping -por um comerciante da Serra, onde cada stand de 4m² era negociado inicialmente a R\$1.500,00 ao mês.

Segundo muitos comerciantes, o trânsito é o principal problema da Serra. Se, por um lado, aquela aglomeração comercial se constituiu por ser um ponto de passagem para as outras vilas da Serra e pelo grande fluxo de pessoas, por outro, com o aumento do poder aquisitivo dos moradores da favela e com as políticas de redução da carga tributária para a fabricação de veículos, o grande fluxo de pedestres tem sido progressivamente substituído pelo fluxo de veículos particulares. Outra questão que contribui para o agravamento dos engarrafamentos é a ausência de garagens nas residências, que obriga os motoristas a estacionarem nas ruas, dificultando ainda mais a passagem de carros grandes, ônibus e caminhões.

Ainda em relação ao aumento da aquisição de automóveis e motos na cidade de Belo Horizonte, o diagnóstico do Eixo de Mobilidade, apresentado na IV Conferência Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte em 2014, mostra que, entre os anos de 2002 e 2012, o grupo das Vilas e Favelas foi o que obteve maior aumento na aquisição de carros (367%) e motos (1977%) nesse período.

Tabela 1: Evolução da divisão modal por grupos em Belo Horizonte - 2002 e 2012

Grupo	Viagens do modo/habitante						
	todos	a pé	bicicleta	ônibus	metrô	auto	moto
Centro	▲ 84%	▲ 204%	▲ 89%	▲ -10%	▲ 231%	▼ 59%	▼ -47%
Alta Renda	▼ 42%	■ 96%	▼ -55%	▼ -38%	▲ 192%	▼ 51%	▼ 419%
Média Renda	■ 60%	▼ 80%	▲ 55%	■ -15%	▼ 38%	▲ 129%	▼ 555%
Centros Regionais	▲ 68%	■ 101%	▲ 28%	▲ -3%	▼ 138%	▲ 137%	■ 583%
Baixa Renda	■ 66%	■ 104%	■ 4%	▼ -19%	▲ 435%	▲ 166%	■ 666%
Vilas e favelas	▲ 73%	▼ 75%	▼ -6%	▲ 10%	▲ 472%	▲ 367%	▲ 1977%
Belo Horizonte	61%	97%	2%	-17%	169%	107%	618%

Obs: As setas verdes indicam comportamentos acima da média (aumento maior ou queda menor) e as setas vermelhas, comportamentos abaixo da média (quedas maiores ou aumentos menores).

Fonte: Apresentação do Eixo de Mobilidade – Capacitação da IV Conferência. Disponível em: <http://www.bhtrans.pbh.gov.br/portal/page/portal/portalpublicodl/Temas/Noticias/capitacao-IV-Conferencia-Municipal-Politica-Urbana-2014>

Aproveitando as idas à Serra, entrei em contato com a Frida, vice-diretora da Escola Estadual Edson Pisani, localizada na Rua Nossa Senhora de Fátima, para propor encontros

semanais com as turmas de Educação de Jovens e Adultos de discussões sobre a mobilidade urbana na Serra. Nesse momento, não tinha o objetivo de aproveitar a experiência da EJA para a reflexão sobre o meu objeto de pesquisa. Faço parte do Movimento Tarifa Zero BH², e uma das grandes carências identificadas pelo movimento naquele período era a realização diálogos mais contínuos e duradouros em espaços de maior vulnerabilidade. Entendi, assim, que poderia aproveitar as idas à Serra durante a realização do trabalho de campo para iniciar uma discussão de mobilidade urbana com as turmas da EJA daquela escola. Já no primeiro encontro com a Frida, ela mencionou ter participado, no ano anterior, de um longo processo de discussão sobre um projeto de alargamento para a Rua Nossa Senhora de Fátima, proposto pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). Como o alargamento dessa rua ainda era uma questão em aberto, e, segundo a vice-diretora, poderia acontecer a qualquer momento, enxergou a atuação do Tarifa Zero com as turmas de EJA como uma possibilidade de ampliar a discussão e a mobilização contra esse projeto na Serra.

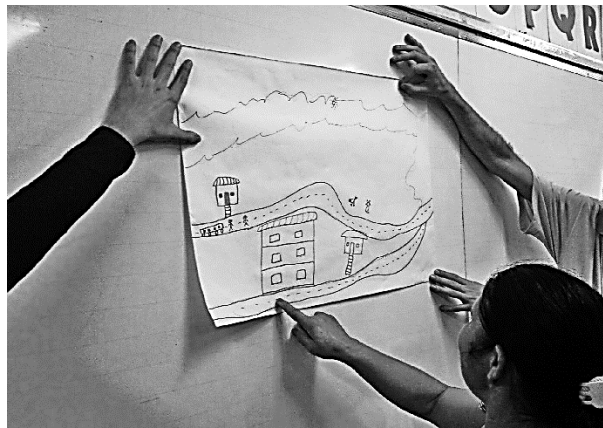
O intuito inicial dos encontros com as turmas era discutir temas relacionados ao transporte público, bem como algumas noções relacionadas aos direitos dos cidadãos e ao direito à cidade. Os encontros semanais com os alunos, no entanto, me permitiram refletir sobre outras questões relacionadas à mobilidade urbana, além do transporte público. O Aglomerado da Serra, além de ser um conjunto de vilas localizadas próximas ao centro comercial da cidade de Belo Horizonte (pertencente à regional Centro-Sul), é relativamente bem servida em termos de transporte público³. Essas outras questões estavam mais relacionadas à imprudência no trânsito, a falta de sinalização das ruas e becos, a recorrência de acidentes envolvendo carros e pedestres, e a necessidade de alargamento de algumas ruas da Serra, questões que eu já havia observado em campo e que Frida já havia adiantado. Em relação ao transporte público, era evidente, para os alunos, que o maior problema era a grande demora de algumas linhas, principalmente a 102, nos horários de pico. Essa demora estava relacionada ao grande engarrafamento na região da Savassinha, trecho que o ônibus é obrigado a passar nos seus dois sentidos (Nossa Senhora de Fátima e Hospital Evangélico). Para muitos, a solução para diminuir a demora era o alargamento de algumas vias ou a proibição do estacionamento de carros nas ruas. Os encontros, assim, foram orientados por essas questões relativas à mobilidade urbana no Aglomerado da Serra para além do transporte público.

² O Movimento Tarifa Zero BH surgiu em junho de 2013 e atua em defesa do transporte público como um direito social

³ O Aglomerado da Serra é abastecido pelas linhas 9031, 4101, 2102, 8150, 4107, 9106, 102, 103, 107, 9204, 2151, 9404, 2103 e 5102.

Em uma das atividades, os alunos elaboraram mapas mentais de como eram os percursos que faziam no passado, principalmente antes das grandes intervenções viárias ocorridas entre 2005 e 2010, com o Programa Vila Viva I do Governo Federal, e no presente. Realizaram, assim, um resgate de como eram as condições de mobilidade no passado, bem como de outras características do espaço em que circulavam e sobre o que mudou nos dias de hoje. Ficou evidente, no relato de muitos dos estudantes, a melhoria na mobilidade urbana da Serra depois das obras do Vila Viva e da abertura da Via do Cardoso, o que permitiu a circulação de diversas linhas de ônibus. Os relatos e desenhos mostravam, ainda, a diminuição de trajetos a pé em favorecimento de trajetos de automóvel ou ônibus. Ainda foi possível perceber, nas discussões com os alunos, como essas melhorias viárias geraram, ao mesmo tempo, uma maior dependência pelos transportes motorizados (ônibus, carros, motos).

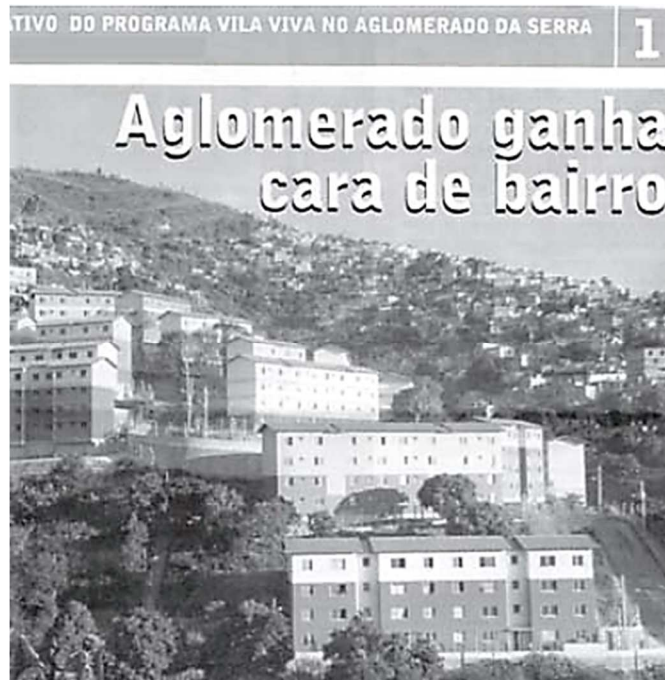
Figura 2: Atividade de mapas mentais com os alunos da EJA



Fonte: Arquivo próprio

No encontro posterior, utilizamos alguns notebooks existentes na Escola para realizar uma atividade com o Google Maps. Nesse momento, pedimos para que escrevessem o endereço “Praça do Cardoso, Aglomerado da Serra, Belo Horizonte, MG” para começarmos a atividade de identificação de lugares conhecidos nas imagens de satélite. A busca, no entanto, não apontou o lugar correto no mapa. Minutos depois, uma aluna me disse: “Professora, aqui é Serra! Não precisa de “Aglomerado” não! Aqui não é favela, é bairro Serra”. Sua afirmação me remeteu ao artigo de Almeida (2012), que reflete sobre o uso da propaganda no Vila Viva e a tentativa de passar a mensagem de que, com o programa, a Serra havia deixado de ser favela e se tornado um bairro.

Figura 3: Capa do Folheto do Vila Viva distribuído em junho de 2011



Fonte: Almeida (2012)

Assim, no trabalho de campo, inclusive nos encontros com a EJA, passaram a emergir questões sobre as categorias inicialmente empregadas por mim, como as de favela e de bairro, que em alguns momentos manifestavam sinais de fragilidade. A diluição de algumas fronteiras categóricas, ainda, me permitiu começar a refletir sobre alguns novos arranjos sociais existentes nas favelas, principalmente em espaços que receberam grandes intervenções urbanísticas recentes, como o Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra.

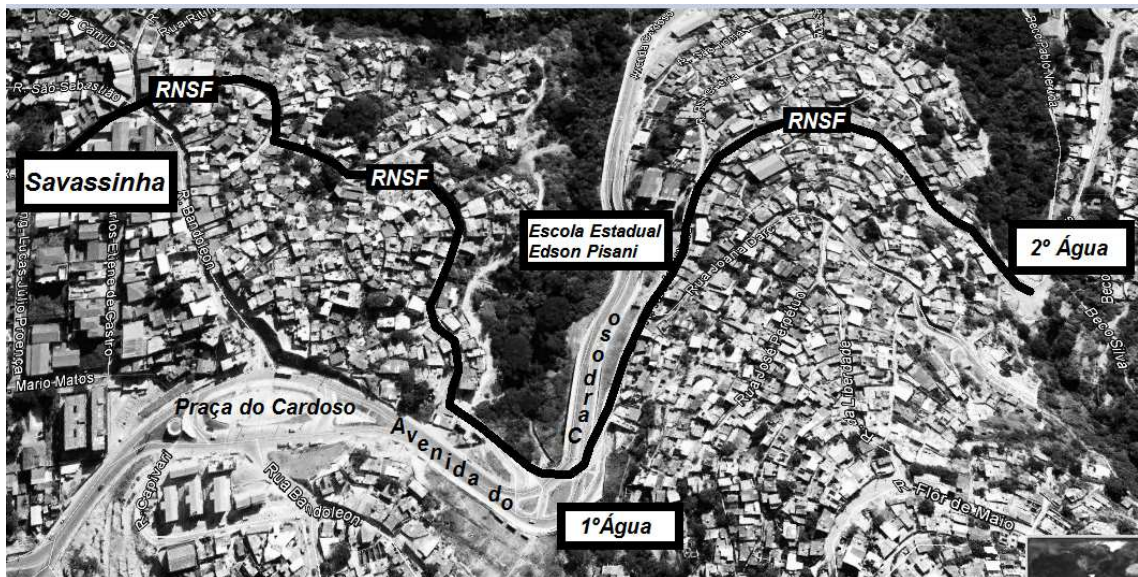
Nos encontros com a EJA, ainda, ficou claro que as questões relativas à mobilidade urbana na Serra extrapolavam o direito ao transporte público ou ao acesso à cidade, e se relacionavam com questões mais amplas, como a das intervenções urbanísticas recentes no Aglomerado da Serra e suas repercussões. Embora essas intervenções tivessem causado um grande número de remoções de moradores da Serra, para muitos alunos daquelas turmas ainda era clara a necessidade de recorrer a mais alargamentos de ruas, tendo em vista a necessidade de desafogar o trânsito nos horários de pico. Assim, as tentativas de trazer uma reflexão sobre modelos alternativos e mais sustentáveis de mobilidade urbana para os alunos da EJA e moradores da Serra evidenciavam outras questões mais emergentes relativas ao trânsito.

A experiência com a EJA foi realizada antes da formulação inicial do meu objeto de pesquisa, e contribuiu fortemente para a sua redefinição. Além das discussões com os alunos, que evidenciaram muitas questões relacionadas à mobilidade urbana na Serra, os encontros com

a EJA também me permitiram, por meio de Frida, tomar conhecimento do processo de discussão sobre o alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima ocorrido no ano anterior.

Sempre ia à Serra pela linha de ônibus 9031, que tem o seu ponto final na segunda água⁴. Por esse motivo, eu percorria um longo percurso a pé pela Rua Nossa Senhora de Fátima (RNSF) da 2ª água até a região da Savassinha. Essa rua tem início na região da Savassinha em um trecho também conhecido como Rua Serenata, segue em direção à Avenida do Cardoso e atravessa a primeira (Córrego do Cardoso), a segunda e a terceira água. Entre a primeira e a segunda água, no ponto final do ônibus 9031, a Rua Nossa Senhora de Fátima abriga, em todo o seu curso, comércios menores e familiares, como cabelereiros, mercearias, lojas de costura e bares.

Figura 4: Trajeto a pé pela Rua Nossa Senhora de Fátima (RNSF)



Fonte: Elaboração própria com imagens satélite do Google Earth

Depois que tomei conhecimento do processo de rejeição ao alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, ainda tendo os comerciantes como os sujeitos de pesquisa, procurei conversar brevemente com alguns comerciantes ao longo dessa rua sobre esse processo. Em muitos comércios nos quais eu chegava falando sobre o alargamento da rua, os comerciantes entendiam que eu estava ali para dar informações: “e então, vai acontecer ou não? Você sabe o que vai acontecer com a gente?”. Pude observar, assim, a presença significativa dessa questão, principalmente entre os pequenos comerciantes do trecho da Rua Nossa Senhora de Fátima

⁴ A rua Nossa Senhora de Fátima “é até hoje conhecida e dividida pelos moradores como Primeira Água, Segunda Água e Terceira Água. Assim como outras regiões da Comunidade, são denominadas por rua da Água, Pocinho, Biquinha e Mina, fazendo referência à água ali existente” (Silva, Floriscena, 2011, p.24-5).

entre a Avenida do Cardoso e a segunda água. Nesse trecho, a maioria dos imóveis comerciais eram próprios. Ainda assim, muitos não sabiam como seriam indenizados pela prefeitura caso o alargamento da rua ocorresse:

Eu aqui vivo do meu comércio. Tiro o meu sustento e o da minha família. Se a prefeitura me der só o dinheiro do que eu gastei na construção da loja, não vai dar para eu abrir minha loja em outro lugar. E aí, eu vou viver como? (Comerciante da Rua Nossa Senhora de Fátima)

Além de observar a frequência da questão do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, os primeiros contatos com os comerciantes da Serra também revelaram um forte tema bastante recorrente no decorrer desse processo: o acesso à informação técnica. Esse tema, como será exposto adiante, será determinante para a compreensão das ações dos atores e de suas associações durante a discussão em torno do alargamento.

Na região da Savassinha, as opiniões sobre o alargamento da rua eram mais divergentes, ainda que a maioria dos comerciantes com quem conversei entendesse que o alargamento era necessário para desafogar o trânsito daquela região. Ali, identifiquei poucos comerciantes que se envolveram e, até mesmo, que tiveram conhecimento desse processo. No entanto, entre aqueles que se envolveram mais ativamente, bastava que eu tocasse no assunto “alargamento da rua” para que seus posicionamentos aparecessem de forma efusiva, sem muitas perguntas. Ficou claro para mim o fato de que, entre esses comerciantes, havia uma distinção, nesse conflito, entre aqueles que pagavam aluguel, maioria na Savassinha, e aqueles que eram os donos do próprio imóvel comercial:

Se tiver que sair a gente sai, monta o comércio em outro lugar, a vida é assim mesmo. Esse trânsito aqui é horrível, você precisa ver isso aqui às 18h! E ainda, todo mundo aqui paga aluguel, quase ninguém é dono do imóvel. Se alguém aqui tem que ser indenizado com isso é o proprietário! O que não pode é gente que paga aluguel querer ser indenizado, que foi o que aconteceu aqui! Vê se pode! Querer ganhar em cima da obra, sendo que o que tem é só a mercadoria da sua loja! Isso aí é oportunismo (comerciante da Serra).

Percebia, na medida em que ia me aproximando desse novo objeto de estudo – o projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima -, que os comerciantes não seriam mais os únicos sujeitos da minha pesquisa, mas sim atores de um extenso processo de discussão que ocorreu no ano anterior. Frida já havia me alertado que o processo de discussão sobre o alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima mobilizou diversas pessoas, dentre moradores, comerciantes e pastores de igreja, lideranças comunitárias, vereadores, técnicos da URBEL e,

até mesmo, o Programa Polos de Cidadania e alguns professores e alunos da Escola de Arquitetura da UFMG.

Observava, assim, por meio das idas a campo, das conversas com os comerciantes e da experiência com a EJA, que a discussão em torno do alargamento da rua era fonte de diversas controvérsias: ao mesmo tempo que havia a necessidade de alargamento e muitas pessoas eram favoráveis a ele, outras eram radicalmente contra. Em relação a essa questão, parecia ser impossível a existência de um consenso entre os diferentes atores e pontos de vista que ali se manifestavam.

No decorrer das idas a campo, a rejeição ao projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima foi mostrando-se, no meu ponto de vista, um processo cada vez mais atípico. Primeiro porque, diante do grande volume de intervenções urbanísticas que ocorreram no Aglomerado da Serra nos últimos 10 anos com o Programa Vila Viva, não esperava que uma obra de volume de recursos e intervenções bem menor fosse rejeitada pela comunidade da Serra. Segundo porque nesse processo estiveram envolvidos importantes atores não muito comuns em processos de intervenção urbana, como comerciantes, vereadores e professores e alunos da Escola de Arquitetura da UFMG.

Nesse sentido, diversas perguntas passaram a emergir, como: a rejeição ao projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima representa uma reação ao Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra? Como essa proposta foi rejeitada pela comunidade da Serra? Quais foram os atores envolvidos nesse processo? Quais eram os posicionamentos desses atores em relação a intervenção? Como esses atores se articularam e se associaram diante desse processo? Qual foi a importância de cada ator envolvido? Quais foram as principais questões que emergiram durante esse processo? Como essas questões estão inseridas no contexto do planejamento urbano atual? Assim, a redefinição do meu objeto de pesquisa me levou a responder também uma nova pergunta: como a disputa da controvérsia em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima traz reflexões sobre os processos de planejamento urbano no momento atual?

1. Reflexões teórico-metodológicas sobre o objeto de pesquisa

As redefinições do meu objeto de pesquisa também foram acompanhadas por reflexões teórico-metodológicas. O processo de discussão sobre o alargamento da rua parecia proporcionar uma reflexão sobre o planejamento urbano atual, principalmente esse processo resultou em uma rejeição da obra pela comunidade da Serra, e assim, de uma não-execução da mesma. Nesse sentido, por uma intervenção urbana em uma favela se tratar de questão recorrente nos estudos urbanos, busquei algumas reflexões teóricas frequentes no campo do planejamento urbano. Ao mesmo tempo, por estar lidando com uma situação pouco recorrente – uma rejeição e interrupção pela própria comunidade – senti a necessidade de recorrer a abordagens teóricas e metodológicas de outras áreas do conhecimento.

As abordagens teórico-metodológicas apresentadas não têm como objetivo responder às questões iniciais observadas sobre o meu objeto de pesquisa. Pelo contrário, as teorias apresentadas serão úteis para estabelecerem um recorte nas questões levantadas em campo, bem como para elucidarem uma metodologia de pesquisa diante dessas observações. Nesse sentido, cabe ressaltar que a escolha dessas teorias ou metodologias representa apenas um dos caminhos possíveis para observar, descrever e analisar o processo em questão.

Sendo assim, uma das reflexões possíveis para a pesquisa – a rejeição ao alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima – será por meio da compreensão de que ela representa uma controvérsia sociotécnica. Representa uma controvérsia por ser uma situação em que pressupostos fortes no campo do planejamento urbano foram colocados em questão pela comunidade da Serra, e assim fragilizados. Já o termo sociotécnica se refere à compreensão das controvérsias não somente por meio da associação e dissociação entre atores humanos, mas também entre não-humanos. Nesse sentido, a técnica se apresenta como uma forte mediadora dessas relações. Essa compreensão, conforme exposto adiante, será orientada pelas reflexões de Bruno Latour (1994a, 1994b, 2012). Ainda, buscarei expor como outros autores - recorrentes nos estudos urbanos - buscaram refletir o papel da técnica na mediação da produção do espaço, como Henri Lefebvre (2006) e Milton Santos (2006). Também me serão úteis autoras contemporâneas, como Doreen Massey (2008), para discutir a multiplicidade das relações observadas em campo. Assim, o objetivo do presente capítulo é evidenciar como essas abordagens afetaram a construção do meu objeto de pesquisa, embora eu não pretenda empreender uma reflexão ampla de cada corrente teórica apresentada.

1.1. Estabelecendo um recorte teórico-metodológico

A escolha do meu objeto de pesquisa – a rejeição do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima – veio acompanhada de diversas questões que me solicitaram a realização de algumas reflexões teóricas. Algumas das questões que emergiram sobre esse processo foram: Por que, diante do histórico de grandes intervenções urbanas no Aglomerado da Serra – como o Programa Vila Viva I – uma proposta de intervenção de porte muito menor foi rejeitada? O que existe de novo entre os diversos atores do Aglomerado da Serra, que desencadeou na rejeição ao alargamento da rua? Como os atores se articularam contra essa intervenção? Como eles se apropriaram dos conhecimentos técnicos e jurídicos de forma a embargar a execução da obra?

Diante de uma intervenção urbana proposta pelo poder público local e rejeitada pela população diretamente afetada, uma das reflexões teóricas possíveis no campo do planejamento urbano parte do pensamento de Henri Lefebvre (2006). Ainda, tendo em vista a recorrência da questão do acesso à informação técnica nesse processo, a crítica de Lefebvre (2006) ao conhecimento técnico e científico compartimentado dos planejadores urbanos é de extrema valia para refletir a rejeição ao alargamento da rua.

Para Lefebvre (2006) o espaço social – produto e processo social – se divide em três dimensões espaciais simultâneas: o espaço percebido, concebido e o vivido. O espaço percebido é o espaço das práticas sociais. É também o espaço da produção e reprodução social. O espaço vivido – espaço vivenciado -, ou o espaço das representações, é o espaço dos símbolos, do viver diário. Segundo Lefebvre (2006), é nesse último espaço que a verdadeira contestação pode ganhar terreno, já que ele afeta diretamente as experiências e as formas como entendemos e interpretamos o mundo vivido. Já o espaço concebido é aquele gerado por urbanistas, planejadores, engenheiros, etc., ou seja, todos aqueles que concebem, de alguma forma, o espaço. Constitui, assim, as representações do espaço criadas de “cima para baixo” para exercer um domínio do espaço amparado pelo conhecimento técnico e científico.

No entanto, segundo o autor, o espaço concebido é dominante em uma sociedade, uma vez que ele determina um modo de produção. Para Lefebvre, o Estado, exercendo seu papel controlador do modo de produção capitalista, condiciona os problemas da sociedade urbana às questões meramente técnicas. Nesse sentido, a ciência e a técnica, manifestadas pelos planejadores urbanos, se tornam sujeitos de controle social, e, ao mesmo tempo, a sociedade

urbana se torna objeto desse controle. A proposta política lefebvriana, assim, passa pela ruptura do conhecimento técnico fragmentado sobre o espaço urbano, permitindo a união dos três espaços sociais, ou, pelo menos, possibilitando os sujeitos transitarem entre um e outro:

É imprescindível que o vivido, o concebido, o percebido sejam reunidos, de modo que o “sujeito”, o membro de determinado grupo social, possa passar de um ao outro sem aí se perder. Eles constituem uma coerência? Talvez, nas circunstâncias favoráveis. Sem dúvida há então uma linguagem comum, um consenso, um código. (LEFEBVRE, 2006, p.41)

A crítica de Lefebvre (2006) em relação às ciências parcelares que compõem a ciência do urbano é de extrema valia para a compreensão da controvérsia em questão, uma vez que, nela, cidadãos leigos passam a questionar o conhecimento técnico dos urbanistas na proposição do alargamento da rua. Essa contestação, como será exposto adiante, se fará por fatores relacionados às diversas peculiaridades do Aglomerado da Serra e da Rua Nossa Senhora de Fátima que não puderam ser captados durante o planejamento dessa intervenção pelos técnicos da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL). Enquanto, para a URBEL, os aspectos físicos – técnicos - daquele espaço (como a declividade, a quantidade de casas, o fluxo de veículos e a largura da rua) eram suficientes para viabilizar o projeto de alargamento, outros elementos humanos (como os diferentes usos dos imóveis, a importância do comércio local, o valor imobiliário praticado entre os moradores, e as ideias alternativas à obra) foram determinantes para inviabilizá-la.

Seria possível, assim, partir do pressuposto de que a rejeição ao projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima representou uma resistência do espaço vivido e percebido em relação ao espaço concebido. Essa perspectiva reforça o peso do conhecimento técnico no processo em questão: se antes ele estava restrito aos planejadores urbanos – ou ao espaço concebido -, uma vez que passou a ser apropriado por outros atores que viviam e percebiam o espaço, esse conhecimento também passou a ser um instrumento de poder contra a intervenção. Essa apropriação do conhecimento técnico, conforme será apresentado adiante, pode ter sido ocasionada pela experiência adquirida pela comunidade da Serra durante o planejamento e execução do Programa Vila Viva I.

No entanto, ainda que as reflexões lefebvrianas tragam importantes questionamentos para o objeto de pesquisa, outras questões em relação à rejeição ao alargamento ainda permanecem em aberto. Uma questão é que muitos atores envolvidos no processo de discussão do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, independente de viverem no espaço ou o conceberem, não possuíam posicionamentos fixos sobre a execução da obra: a favor ou contra.

Esses atores eram a favor ou contra sob certas condições. Ainda, nos tempos atuais, as fronteiras que dividem as dimensões espaciais – mais rigorosas nos tempos de Lefebvre – se encontram mais fluidas, tornando, muitas vezes, difícil distinguir os atores concebem, vivem ou percebem o espaço. O Orçamento Participativo, que desde 1993 institui em Belo Horizonte a participação e o acompanhamento das comunidades nas definições dos orçamentos destinados às intervenções urbanas, e o Plano Global Específico, elaborado concluído na Serra em 2000 também com ampla participação da comunidade na definição de diretrizes de melhorias para a favela, serão exemplos de como essas fronteiras se encontram atualmente mais fluidas. Sendo, assim, é possível reconhecer, na questão do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, uma multiplicidade de ideologias e de atores presentes, tornando muitas vezes difícil encaixar esses atores em categorias sociais – ou espaciais - fixas.

Diante da multiplicidade de ideologias e atores presentes no processo em questão, uma outra autora que pode trazer reflexões outras para o alargamento da rua Nossa Senhora de Fátima é Doreen Massey, geógrafa inglesa pós-estruturalista. Em primeiro lugar a autora busca desconstruir as teorias que distinguem o “espaço” e o “lugar”, ou o “abstrato” e o “cotidiano”, e concebe o espaço como um produto de inter-relações, constituído por meio de interações tanto locais como globais, bem como uma esfera de possibilidade da existência da multiplicidade, de coexistência da heterogeneidade. Da mesma forma que o projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima está associado às linhas de financiamento do Governo Federal - e essas, por sua vez, ao capitalismo financeiro global – o projeto também está associado aos interesses específicos de grupos locais. Ainda, a existência da multiplicidade e a coexistência da heterogeneidade são noções possíveis para compreender a diversidade de atores presentes nesse processo. Massey (2008) também defende o reconhecimento do espaço como algo que sempre se encontra em construção, jamais acabado. Mas como esses atores se articularam contra essa intervenção? Seus posicionamentos e interações diante desse processo foram aleatórios ou imprevisíveis? Seria possível mapear essa multiplicidade?

Sendo assim, assumindo a existência de uma multiplicidade de atores e de ideologias em questão, mas também de uma especificidade nesse processo – uma vez que se trata de uma intervenção urbana interrompida pela comunidade da Serra -, recorri a uma abordagem teórico-metodológicas que me permitiu mapear e analisar de outras formas essas especificidades. Essa

abordagem foi formulada por Bruno Latour (1990) e intitulada de Teoria Ator-Rede (TAR ou ANT⁵, em inglês)

Em seu livro *Jamais fomos modernos*, de 1994, Latour expõe os resultados de uma extensa pesquisa antropológica sobre nativos bastante atípicos: cientistas de laboratório. Nesse livro, o autor constrói uma análise das tentativas de separação entre natureza e cultura recorrentes no mundo científico. Segundo o pesquisador (1994a), essa tentativa de “purificação” do mundo leva a uma constante “hibridização” entre naturezas-culturas, impedindo que o projeto da modernidade – ancorada no conhecimento científico – seja cumprido. Utilizando-se dos mesmos mecanismos da metodologia antropológica para a compreensão das operações simbólicas nativas, o autor descreve como o projeto ontológico da sociedade ocidental tenderá constantemente ao fracasso, já que essa separação entre natureza e cultura nunca se efetivará.

Assim, pela compreensão de como se dá a construção da ciência moderna e sua constante tarefa de purificação e hibridização é por onde suas principais formulações metodológicas passam. Nesse sentido, Latour (1994a) também traz uma importante reflexão sobre os conceitos de “modernos”, “pós-modernos”, “pré-modernos” ou “não-modernos”: enquanto os dois primeiros persistem na tarefa de separação entre natureza e cultura, os últimos não realizam essa divisão. Todos, no entanto, “jamais se tornaram modernos”, uma vez que essa tentativa de separação nunca cumpriu seu objetivo, mas, sim, gerou uma constante proliferação de híbridos de naturezas-culturas. Nas controvérsias sociotécnicas, no entanto, essas tentativas de purificação passam a emergir de forma mais clara.

O termo “controvérsia” se refere às incertezas que são compartilhadas, ou seja, quando há acordo quanto ao desacordo. Elas, assim, são momentos em que conceitos, ideologias e perspectivas de mundo estão em disputa. As controvérsias, segundo Tommaso Venturini (2012), um dos seguidores de Latour,

representam os lugares privilegiados para a observação da vida social, uma vez que nelas atores estão intensamente comprometidos em relações de vinculação e desvinculação, argumentando sobre categorias, afirmando identidades, e assim, revelando o tecido da existência coletiva (Venturini, 2012, p.2, tradução própria⁶)

⁵ Segundo Latour (2000), “ANT”, além de significar “formiga” em inglês, também representa uma analogia ao comportamento desse inseto: cega, percorre um longo caminho, centímetro por centímetro, seguindo os rastros das outras formigas.

⁶ Public debates (vaguely defined as *situations where actors disagree*) constitute the best settings for observing the construction of social life. In controversies, actors are unremittingly engaged in tying and untying relations, arguing categories and identities, revealing the fabric of collective existence (Venturini, 2012, p.2)

A rejeição do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, dessa forma, pode ser compreendida como uma controvérsia. Essa classificação se dá porque diversas incertezas emergiram na tentativa de realização dessa intervenção urbana, embora as intervenções urbanas em vilas e favelas já sejam uma prática recorrente do poder público local. Assim, nesse contexto, pressupostos fortes - e supostamente consolidados - sobre a atuação do poder público em vilas e favelas, amparados pelo conhecimento técnico, científico e pela estrutura jurídica vigente, foram fragilizados.

Já o termo “sociotécnica” se dá porque, segundo Latour (2012) não é possível compreender as controvérsias sociais somente por meio dos elementos humanos, mas também se torna necessário incluir a técnica nesses momentos de conflito, uma vez que, como será descrito adiante, ela representa a socialização dos não-humanos. Nesse sentido, compreender a importância dos atores não-humanos pode ser um caminho analítico interessante para refletir o papel da técnica nesse processo.

Latour (2012), assim, defende que os espaços de conflito e de negociação são as situações apropriadas para os estudos científicos, uma vez que nessas situações é que a vida coletiva é feita e desfeita. Por esse motivo, as situações de conflito e de instabilidade, nos permitem compreender a natureza da vida coletiva. Nesse sentido, o autor não crê na existência de grupos sociais pré-definidos, mas sim na formação de grupos cujos vínculos se dão por meio de uma controvérsia sociotécnica. Somente nela, os vínculos sociais são rastreáveis. Esse autor traz, então, uma forte crítica aos estudos sociais. Segundo ele, esses estudos, chamados de “sociologia do social”, dão ênfase à existência de certas forças sociais específicas: praticadas pelos sujeitos, mas somente decifráveis aos olhos do pesquisador. Nesse sentido, para o autor, na “sociologia do social” os atores não possuem voz, já que se enquadram em um tipo pré-definido o qual eles mesmos são incapazes de perceber. Nessa direção, afirma que

não devemos afirmar pressurosamente que os atores talvez não saibam o que fazem enquanto nós, os cientistas sociais, conhecemos a existência de uma força social capaz de “obrigá-los” a fazer coisas sem querer (Latour, 2012, p.76)

Em oposição à “sociologia do social”, Latour (2012) defende a realização de uma “sociologia das associações” e busca redefinir a tarefa dos pesquisadores. Para ele, já não basta

restringir os atores ao papel de informantes de casos de tipos bem conhecidos. É preciso devolver-lhes a capacidade de elaborar suas próprias teorias sobre a constituição do social (Latour, 2012, p.31). Essa perspectiva implica pôr em questão as categorias sociais pré-definidas, como as de morador, comerciante, liderança comunitária, técnico, universitário, etc, como se a categoria, por si própria, fosse autoexplicativa das ações dos atores em questão. Da mesma forma, o ator não deve ser dissociado de sua ação e da rede que constitui – e o constitui. Por isso, Latour (2012) define sua abordagem metodológica como Teoria Ator-Rede (TAR), ou ANT⁷ – Actor-Network Theory - em inglês. Se se diz que um ator é um ator-rede, é, em primeiro lugar, para esclarecer que ele representa a principal fonte de incerteza quanto à origem da ação (Latour, 2012, p.76). Essa abordagem busca, antes de qualquer coisa, seguir os atores e seus rastros, observar e descrever as controvérsias.

Na perspectiva da ANT, mediadores são peças essenciais para a compreensão do social em questão, capazes de modificar o curso dos processos, já que “as entradas deles nunca permitem uma boa previsão de suas saídas; a especificidade deles deve sempre ser considerada. Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que eles supostamente carregam” (Latour, 2012, p.65). Nesse mesmo sentido, os intermediários são apenas outros indivíduos que compõem o agregado social, sem a capacidade de alterá-lo. A distinção entre mediadores e intermediários é o que demonstrará a grande diferença, segundo Latour (2012), entre os dois tipos de sociologia – a do social e a das associações-, já que

os sociólogos do social acreditam em *um* tipo de agregados sociais, *poucos* mediadores e *muitos* intermediários; para a ANT, *não* há um tipo preferível de agregados sociais, existem *incontáveis* mediadores e, quando estes são transformados em fiéis intermediários, não temos aí a regra, mas uma exceção *rara* que deve ser explicada por algum trabalho extra – usualmente a mobilização de ainda mais mediadores. (Latour, 2012, p.67)

Trazendo a reflexão sobre a diferença entre mediadores e intermediários para o meu objeto de pesquisa, seria possível, partindo de uma “sociologia do social”, segundo Latour (2012), considerar a existência de poucos mediadores nesse processo, como o Estado e o capital imobiliário, e de muitos intermediários, ou seja, indivíduos incapazes de alterar o processo em curso. No entanto, diante da diversidade de atores identificados (comerciantes, moradores, universitários, arquitetos, advogados, gestores públicos, vereadores, dentre outros), não foi

⁷ Segundo Latour (2000), “ANT”, além de significar “formiga” em inglês, também representa uma analogia ao comportamento desse inseto: cega, percorre um longo caminho, centímetro por centímetro, seguindo os rastros das outras formigas.

possível determinar, de antemão, qual o peso que cada ator possuiu na discussão sobre o alargamento da rua, levando a crer que todos, de alguma forma, foram mediadores do processo.

As reflexões da ANT, assim como Doreen Massey (2008), também propõem uma crítica noções de “global” e “local”. Se nessa perspectiva o global não representa, a priori, uma força social específica (econômica, política, etc.), também o local é constituído por mediadores capazes de influir nos conflitos sociais. Sendo assim, a ANT sugere que a distinção entre local e global deve ser substituída pelas múltiplas conexões de um agregado social:

O que conta é a possibilidade, para o pesquisador, de registrar a forma “em rede” sempre que possível, em vez de dividir os dados em duas porções: uma local e uma global. Contar uma história ator-rede é ser capaz de apreender essas muitas conexões, sem estragá-las desde o começo com a decisão *à priori* sobre qual é o “verdadeiro tamanho” de uma interação ou de um agregado social. (LATOURE, 2012, p. 257)

Mas a reconstrução do social, segundo Latour (2012) não se resume à “simples” tarefa de seguir os atores humanos e seus rastros. O maior contraste entre a “sociologia do social” e a “sociologia das associações” é que a segunda passará a considerar como atores também os não-humanos:

Mas agora o abismo se alargará consideravelmente porque, de antemão, não limitaremos a um pequeno repertório aquilo de que os atores precisam para gerar assimetrias sociais. Ao contrário, aceitaremos, como atores completos, entidades que foram explicitamente *banidas* da existência coletiva por mais de um século de explicações sociais (Latour, 2012, p.104)

Se insistirmos na decisão de partir das controvérsias sobre atores e suas ações – atores-rede -, “qualquer coisa que modifique uma situação fazendo diferença é um ator – ou, caso ainda não tenha figuração, um actante” (Latour, 2012, p.108). Nessa perspectiva, o conjunto de humanos e não-humanos que se organizam em torno de uma controvérsia deve ser considerados actantes. Uma rua nunca será apenas uma rua se ela possibilitar ou impossibilitar o trânsito de pessoas e automóveis. Um projeto urbanístico nunca será apenas um projeto se ele não convencer as pessoas a crer ou não em sua executividade. Uma encosta nunca será apenas uma encosta se ela não influenciar na decisão das pessoas de a ocuparem ou não. Sendo assim, rua, projeto ou encosta podem ser actantes da controvérsia em questão. A ANT não alega que os objetos fazem coisas “no lugar” de atores humanos: diz apenas que “nenhuma ciência do social pode existir se a questão de o quê e quem participa da ação não for logo de início plenamente explorada” (Latour, 2012, p.109).

Assim, a reflexão sobre a importância dos não-humanos nas controvérsias contribui para a compreensão de um importante mediador nesses processos: a técnica. Segundo Latour (1994b), uma das definições sobre a técnica, a materialista, a compreende como sendo capaz de dominar as ações, tornando as capacidades psicológicas humanas fixas. Outra perspectiva, a sociologista, compreende a técnica como a imposição de uma forma conscientemente planejada em uma matéria disforme (Latour, 1994b, 52-53, tradução própria⁸). Ou seja, o ser-humano possui a capacidade de dominação técnica. Ambas as visões, no entanto, segundo Latour (1994b), se exaltam ao partir de uma visão essencialista da técnica, a compreendendo ou como sujeito ou como objeto das ações humanas. Em contraposição a essas duas perspectivas, o autor propõe uma visão da técnica como a socialização dos não-humanos. Isso significa que a distinção entre sujeito e objeto é substituída pela ideia de associação entre humanos e não humanos – os híbridos⁹. Nas controvérsias sociotécnicas, os híbridos devem ser considerados os responsáveis pela ação, e não somente o humano ou o objeto (não-humano). Na reflexão sobre o alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, é possível mapear diversos atores (equipe técnica da URBEL, lideranças, moradores, comerciantes, universitários) que somente podem ser compreendidos por meio de suas associações com outros actantes não-humanos (Plano Global Específico, anteprojeto de alargamento, cadastro de remoção de moradores, filme documentário, projeto de pesquisa, programas de financiamento federais, etc).

Assumindo uma perspectiva semelhante à de Latour (2012), mas buscando extrair consequências para as teorias sócio-espaciais, Milton Santos (2006) em “A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção”, propõe que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas e objetos e de sistemas de ações. Sendo assim, segundo esse autor, forma e conteúdo não podem ser compreendidos separadamente. Nesse sentido, Santos (2008) busca se opor aos dualismos entre o mundo natural e o político (social), e propõe assim

um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois polos distintos. No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras

⁸ The traditional definition of technique as the imposition of a form consciously planned onto shapeless matter should be replaced by a view of technique - a more accurate view - as the socialization of nonhumans (Latour, 1994b, pag. 52-53)

⁹ Para exemplificar suas ideias, Latour (1994b) descreve as controvérsias em torno das campanhas contra e a favor do porte de armas nos Estados Unidos. Enquanto a primeira campanha, contra o porte, afirma que “armas matam pessoas”, a segunda, a favor do porte, afirma que “pessoas matam pessoas”. Nesse exemplo, se torna evidente a distinção das duas perspectivas: a materialista contra e a sociologista a favor do porte de armas. Em contraposição a essas duas perspectivas - deterministas em relação a ação de “matar”-, Latour sugere que seja considerado o híbrido arma-humano (gunman). Assim, a responsabilidade pela ação precisa ser compartilhada entre os vários actantes existentes.

da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social (SANTOS, 2006, p.65)

É possível, assim, identificar semelhanças entre ideia de coletivo – compreendido como o agregado de humanos e não-humanos –, cunhada por Latour (2012), e a noção de espaço geográfico definida por Milton Santos (2006). Segundo esse autor,

apenas, o espaço é um misto, um híbrido, formado como já o dissemos, da união indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os sistemas de objetos, o espaço-materialidade, formam as configurações territoriais, onde a ação dos sujeitos, ação racional ou não, vem instalar-se para criar um espaço. Este espaço - o espaço geográfico - é mais que o espaço social dos sociólogos porque também inclui a materialidade. (SANTOS, 2006, p.199)

A união da técnica e da política, do natural e do social, do não-humano e do humano: é essa a fórmula apontada para a compreensão dos coletivos, segundo Latour (2012), ou dos espaços geográficos, segundo Santos (2006). Nesse sentido, na medida em que compreendi a rejeição ao alargamento da Rua Nossa Senhora como uma controvérsia sociotécnica, ou como um evento em que os elementos humanos e não-humanos devem ser compreendidos de forma indissociável, adotei uma metodologia de pesquisa que me permitiu identificar todo esse agregado de actantes: a cartografia das controvérsias.

Segundo Tommaso Venturini (2010) na cartografia das controvérsias, a teoria e a metodologia não são impostas ou pré-estabelecidas. Segundo Venturini (2012), a cartografia de controvérsias deve seguir a uma difícil tarefa: apenas observar e descrever. Difícil por que a palavra “apenas” significa que o pesquisador deve evitar se restringir a uma única teoria ou metodologia, bem como a poucos pontos de vistas sobre a controvérsia em questão. Difícil também pela “controvérsia”, já que, segundo o autor, ela representa o momento em que a vida coletiva se encontra mais complicada. Assim, segundo esse autor, quanto mais diversificadas forem as metodologias de pesquisa, mais perspectivas serão consideradas. A objetividade da cartografia não partirá da objetividade do pesquisador, de seu ponto de vista, mas sim da multiplicidade de pontos de vistas presentes na controvérsia. Contudo, multiplicar os pontos de observação diminui, mas não anula a parcialidade da pesquisa. Nesse sentido, o papel da cartografia das controvérsias é apresentar diversas parcialidades e, em vez de fechar as controvérsias, mostrar suas diferentes formas de estabilização.

Tendo em vista as observações iniciais de campo, as reflexões teóricas estabelecidas diante dessas observações e uma abordagem metodológica possível para refletir o processo de rejeição ao alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima – a cartografia das controvérsias -, dei início a construção do mapeamento dos atores, dos actantes e dos eventos em torno do

alargamento da rua. No capítulo 2 “Mapeando as controvérsias”, a seguir, buscarei expor passo a passo essa construção, de modo a esclarecer a forma como as informações foram obtidas, bem como a orientar futuras pesquisas que possam vir a se utilizar de metodologias semelhantes.

2. Mapeando as controvérsias

Quando comecei a demonstrar interesse pela discussão do alargamento, Frida, vice-diretora da Escola Estadual Edson Pisani, me encaminhou vários e-mails que havia trocado no período em que participou mais ativamente dessa discussão – em agosto de 2013 -, além de um link do Youtube com a gravação de uma audiência pública, ocorrida no escritório da URBEL do Estádio do Baleião, no Aglomerado Serra: “Lá nesse vídeo você vai ver várias lideranças, inclusive uma delas falando que abriu a Avenida do Cardoso no braço, imagina!”. Nas primeiras vezes em que assisti o vídeo, uma gravação de aproximadamente 30 minutos, pude identificar apenas algumas pessoas presentes que eu já conhecia de outros contextos. Foi, assim, a partir dessas pessoas e de Frida, que passei a buscar identificar os demais presentes nessa audiência. Por meio do vídeo, passei a traçar um primeiro esboço de alguns atores que poderiam ter se envolvido no projeto de Alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima.

A gravação, segundo Frida, tinha sido realizada por uma aluna da Escola de Arquitetura da UFMG, que estava presente na reunião junto a outros colegas e professores – Matilda e Roberto. Matilda ministrava a disciplina “Oficina Integrada De Arquitetura, Urbanismo E Paisagismo - OFIAUP: Problemas De Requalificação E Urbanização De Assentamentos Precários” na graduação, e Roberto era o monitor nessa disciplina. Eu conhecia os dois da própria Escola de Arquitetura. Além deles, também estavam presentes alguns poucos moradores e comerciantes diretamente atingidos pelo alargamento da rua, integrantes do Programa Polos UFMG, além das lideranças comunitárias e de representantes da URBEL (que promoveram a audiência). O coordenador do núcleo de mediação da Vila do Cafezal do Programa Polos naquela época era o Antônio, que havia sido meu colega em uma disciplina do mestrado no semestre anterior. Antônio havia atuado nesse núcleo durante um ano, entre 2012 e 2013.

O contato com esses atores/amigos/colegas me possibilitou, ainda, ter maior facilidade de acesso às informações do alargamento da rua, tais como os projetos urbanísticos, documentos, gravações, etc. Além da alta acessibilidade, sabia que muitos daqueles atores compartilhavam

de perspectivas de mundo bastante semelhantes às minhas, e, assim, eu poderia compreender com maior facilidade seus posicionamentos e suas ações diante das questões do alargamento da rua. Essa mesma questão me levou a optar por realizar entrevistas com esses atores por último, uma vez que receava partir de pontos de vistas semelhantes aos meus pressupostos iniciais. Essa escolha, no entanto, não me impediu de manter contato com esses atores ao longo da pesquisa. Pelo contrário, um contato constante com eles foi essencial para obter informações sobre o projeto e, ao mesmo tempo, contrapor às outras informações que obtinha ao longo da pesquisa.

Em relação aos representantes da URBEL envolvidos no projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, consegui os contatos por meio do Roberto, que já havia trabalhado na URBEL há alguns anos. O primeiro contato da URBEL que obtive foi de Carlos, o técnico social que estava mediando a audiência pública do dia 07 de agosto, encontro no qual foi apresentado o projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima à comunidade do Aglomerado da Serra.

Além de Carlos, realizei uma entrevista com a diretoria de projetos da URBEL, a Regina. Apesar da disponibilidade das duas pessoas entrevistadas na URBEL, tive grandes dificuldades de obter documentos nesta instituição. Todos os documentos que obtive foram por meio de pessoas/instituições que já haviam adquirido os documentos sobre o alargamento da rua anteriormente, como o Programa Polos da UFMG, a Frida e os professores da Escola de Arquitetura da UFMG.

Em relação às lideranças comunitárias, o primeiro contato que obtive foi por meio da Frida. Frida sabia onde Francisco, filho de uma antiga liderança comunitária da Serra, Dona Francisca, trabalhava. Francisco já estava há alguns anos ocupando o lugar de sua mãe na representação comunitária de sua vila, uma vez que ela começou a se afastar do cargo por questões de saúde. Francisco se mostrou bastante interessado em minha pesquisa, uma vez que considerava a rejeição ao alargamento da Rua uma questão bastante problemática para a Serra. Logo no primeiro encontro, me passou o contato de telefone das outras lideranças comunitárias que se envolveram nesse processo, como Iracema e José.

O mapeamento dos atores envolvidos na questão do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima foi concomitante à realização de entrevistas com os mesmos, já que, na medida que eu tinha contato com um novo relato sobre esse processo, emergia a necessidade de ampliar a quantidade de entrevistados. Os roteiros das entrevistas semi-estruturadas me permitiram esboçar as primeiras questões sobre as pessoas entrevistadas. Objetivei, em um primeiro

momento, por meio das perguntas elaboradas, identificar como se havia dado a entrada daquele ator na discussão sobre o alargamento da rua. Posteriormente, busquei identificar quais haviam sido as ações que precederam o envolvimento desse respectivo ator com essa questão. Além desses dois objetivos iniciais, busquei, por meio das entrevistas, compreender o envolvimento e as ações de cada ator em momentos específicos relativos a esse processo. Esses momentos específicos, mapeados pelos relatos dos próprios atores e por documentos oficiais, são momentos considerados decisivos para a mudança de curso da decisão sobre alargar ou não a rua. Exemplos desses momentos são algumas audiências públicas de discussão do projeto, que evidenciaram a disputa em questão, e, assim, influenciaram as ações futuras dos atores envolvidos. A relação das perguntas realizadas nas entrevistas se encontra no Apêndice A.

Por fim, objetivei, nas entrevistas, compreender os pontos de vistas dos atores em relação à suas respectivas ações e sobre o futuro de suas ações diante das controvérsias mapeadas. Exemplos dessas perguntas são: como você (liderança) enxerga o papel das lideranças comunitárias no futuro da Serra? Como você (professor/aluno/estagiário) enxerga o papel da universidade na mediação de conflitos relativos às intervenções urbanas na favela? Como você (técnico da URBEL), enxerga o papel do poder público na promoção de melhorias nas favelas hoje?

Em todas as entrevistas realizadas, um Termo de Livre Consentimento (Apêndice B) foi apresentado à pessoa entrevistada e assinado em duas vias pela mesma. Mantive um dos termos e a segunda via deixei com essa pessoa. Nele, me comprometia a não expor os nomes das pessoas entrevistadas. Dessa forma, os nomes apresentados nessa pesquisa são todos fictícios, exceto de figuras públicas¹⁰.

A diversidade de fontes – pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas, documentos e vídeos - me permitiu, além de mapear os atores envolvidos em suas respectivas ações (atores-rede) em relação às controvérsias, compreender a relevância de cada ator dentro da disputa em questão. Estar aberta ao máximo de perspectivas possíveis não significa que todos os pontos de vistas devem ser levados em consideração da mesma forma, e, assim, ocupar o mesmo lugar na descrição das controvérsias. Segundo Venturini (2012), dar diferentes visibilidades a diferentes perspectivas significa levar em consideração a representatividade, a influência e o interesse desses pontos de vistas. A representatividade de um ponto de vista pode ser observada pela

¹⁰ Apresentam nomes reais os vereadores e prefeitos envolvidos na controvérsia em questão. As lideranças comunitárias, embora sejam figuras públicas, possuem nomes fictícios, uma vez que a própria legitimidade política delas foi questionada no presente conflito, e essa questão – a representatividade da liderança comunitária - objeto de discussão no presente estudo.

quantidade de atores que compartilham dessa mesma perspectiva dentro de uma controvérsia. Já a influência do ponto de vista diz respeito a sua capacidade de mudar a forma de uma controvérsia. Por fim, o interesse por determinados pontos de vista não significa eleger os discursos majoritários. Pelo contrário, as disputas mais intensas dependem da presença de uma minoria discordante. A cartografia das controvérsias, assim, deve buscar a proporção nos interesses, e não nos tamanhos das controvérsias (VENTURINI, 2012).

Uma vez que consegui, por meio das entrevistas, dos documentos e dos vídeos, fechar o “quebra-cabeça” dos principais eventos e contemplar os atores que foram citados com maior frequência nos diversos relatos sobre processo, encerrei a etapa de entrevistas e transcrições e comecei a organizar as informações. Todos os eventos relacionados às controvérsias em torno do projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima foram organizados cronologicamente em uma planilha do Excel, de forma a me permitir acrescentar e excluir informações com facilidade, na medida em que a investigação em torno dos fatos avançava. A organização dos dados em uma planilha digital também me permitiu referenciar alguns relatos e outras fontes de informações:

Tabela 2: Modelo de organização cronológica dos eventos da controvérsia

Data	Acontecimento	Participantes	Descrição	Fontes
2010/2011	Aprovação financeira do PAC II para o alargamento da Rua	Gov. Federal, PAC II, URBEL, PBH, Rua Nossa Senhora de Fátima	O anteprojeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima foi aprovado...	-Técnico URBEL (entrevista) -site www.pac.gov.br
30/mar 2011	Audiência Pública realizada na Igreja Batista São	Vereador, liderança comunitária, comerciantes.	Vereador convoca essa Audiência com o intuito de esclarecer...	-Blog do vereador -liderança comunitária (entrevista nº5)
Ago 2012	Audiência Pública realizada na URBEL	Vereadora, Polos UFMG, URBEL	Vereadora convoca essa audiência pública com o intuito de...	-documento URBEL - Técnico URBEL (entrevista)
12/dez 2012	Audiência Pública convocada pelo Polos da UFMG	Polos UFMG, URBEL, Defensoria Pública	Polos convoca audiência pública com o intuito de...	- técnico URBEL -representante Polos (entrevista nº7)
...

Fonte: elaboração própria

A partir da organização cronológica dos eventos em torno do processo do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima e da compreensão das maneiras como cada actante atuou nesses

eventos, pude começar a construção de um esquema representativo para o diagrama da rede sociotécnica¹¹. Esse esquema deve organizar, de forma clara e objetiva, os atores humanos e não-humanos – actantes - componentes das controvérsias em torno da questão do alargamento, bem como as associações desses actantes. Sendo assim, técnicos da URBEL, professores, alunos e estagiários da UFMG, compõem a rede da mesma forma que um filme, um estudo técnico ou um cadastro de remoções de moradores. Ainda, segundo Venturini (2012), esse diagrama permite observar a evolução das controvérsias ao longo do tempo e a saída e a inclusão de novos actantes nesse processo. Por fim, o esforço de transpor a etapa anterior da análise – a organização dos eventos cronologicamente – se deu pela tentativa de expor as associações entre os actantes, e não somente as suas ações, como é dado maior ênfase em linhas do tempo.

A elaboração do diagrama da rede sociotécnica, no entanto, se deparou com alguns desafios. Em primeiro lugar, a criação de um diagrama em cima dos relatos obtidos, embora permita uma melhor visualização do conflito em questão e dos actantes envolvidos, deve priorizar alguns eventos, actantes e associações em detrimento de outros. Essa construção, assim, ao mesmo tempo que se propõe em realizar um recorte analítico do texto apresentado, deve também permitir a visualização gráfica de importantes questões para além do próprio relato. Nesse sentido, para a consolidação de um modelo gráfico que representasse a controvérsia em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima foi necessária a criação de vários modelos, sendo que cada novo modelo criado teve como objetivo aperfeiçoar algum aspecto frágil do modelo anterior. Apresento a evolução dos modelos gráficos nos Apêndices C e D. O modelo gráfico final apresentado, no entanto, não está isento de fragilidades. Considero que a principal fragilidade a não-explicitação da intensidade dos vínculos entre os actantes. Nesse modelo, todos os vínculos são representados por linhas de igual espessura, sendo que o tamanho das linhas não representa um vínculo mais ou menos intenso. O principal motivo que me desencorajou em realizar uma distinção entre os vínculos foi ocasionado pelas minhas próprias limitações metodológicas: simplesmente por meio de entrevistas semiestruturadas, não foi possível mensurar a intensidade dos vínculos entre os vários actantes envolvidos.

¹¹ Diagram of actors-networks, segundo Venturini (2012). A tradução literal do termo é “Diagrama de atores-rede”. No entanto, compreendo que este nome dá maior ênfase à existência de atores (humanos) no diagrama em detrimento dos actantes (humanos e não-humanos). Sendo assim, optei pelo nome “diagrama de rede sociotécnica”.

Como forma de facilitar a descrição e a visualização do diagrama da rede sociotécnica, na medida em que a controvérsia evolui ao longo do texto, expus, em cada momento, uma etapa desse diagrama. Além disso, cada novo actante do diagrama será marcado com um retângulo ao longo da própria exposição. No entanto, para evitar uma leitura fragmentada, ao apresentar uma nova etapa do diagrama da rede sóciotecnia e seus respectivos actantes, em alguns momentos mantive a etapa anterior como forma de orientar a leitura sobre evolução da controvérsia em questão. Ao final das conclusões finais, apresento o diagrama com todas as etapas expostas anteriormente.

Ainda, a construção do diagrama da rede sóciotécnica me permitiu visualizar três grandes temas que induziram um agravamento da controvérsia em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, bem como o crescimento dos actantes associados a esses temas. Sendo assim, a partir do capítulo 3, como forma de facilitar a visualização dos grandes três temas – o do reassentamento comercial, o do acesso à informação e o da representatividade comunitária -, destaquei os principais actantes a esses temas relacionados em **negrito**.

Ainda em relação ao diagrama da rede sóciotécnica construído, compreendendo como “grupo” o conjunto de actantes, em alguma medida, favoráveis à execução da obra, e como “antigrupo” o conjunto de actantes que contribuíram para o agravamento das controvérsias diante da execução da obra, foi possível observar o crescimento do antigrupo ao longo desse processo. O crescimento do antigrupo em relação ao grupo será encarado como o principal motivo para a não-execução do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima.

Por fim, ao final dos capítulos 2 (Mapeando as Controvérsias) e 3 (Controvérsia em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima), apresento um diagrama de translações. A elaboração desse diagrama foi inspirada no trabalho de Elisa Faria intitulado “Cartografia de controvérsias: conexões entre o conhecimento científico e a disputa sobre a instalação do Projeto Apolo na Serra do Gandarela”, de 2014. Embora elaborado no campo da Educação, esse trabalho traz boas contribuições para se refletir as aplicações da Cartografia das Controvérsias no planejamento urbano e regional. No diagrama de translações, cada evento ocupa uma posição entre seus dois eixos – um vertical representando o período do acontecimento e um horizontal, representando as dissociações e associações. O posicionamento dos eventos permite a construção de uma linha que oscila verticalmente de acordo com o a cronologia dos acontecimentos e horizontalmente, na medida que a controvérsia caminha para se agravar ou se solucionar. Sendo assim, esse diagrama tem como objetivo evidenciar os movimentos de

associações e dissociações mais relevantes, bem como resumir cronologicamente principais os eventos para facilitar a compreensão da controvérsia em questão.

2.1 Antecedentes do Projeto de Alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima

Desde a primeira vez que assisti à gravação do vídeo da reunião, passei a compreender que o conflito em torno do projeto de alargamento envolvia um processo muito mais longo de representatividade institucional, iniciado desde a legitimação política das lideranças comunitárias do Aglomerado da Serra. Antes de começar as conversas informais e as entrevistas com as lideranças comunitárias, imaginava que elas compusessem um grupo homogêneo de opiniões e de perspectivas, principalmente em relação ao alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima. Depois de ter assistido ao vídeo da audiência pública do dia 7 de agosto de 2013, para mim, todas as lideranças compunham um grupo claramente a favor do alargamento, juntamente com integrantes da URBEL ali representados. Aquele projeto, mais do que uma demanda da comunidade, parecia ser uma demanda das lideranças comunitárias e da URBEL. Essa suspeita havia sido reforçada por uma primeira entrevista realizada com Antônio, ex-integrante do Programa Polos:

A URBEL só chamou para essa reunião lideranças tradicionais, que estão no registro da associação formal, inclusive da associação hereditária, que é o caso do Francisco, que sua mãe era uma liderança e que agora ele assumiu. Então esse processo das lideranças formais do aglomerado que a gente na época questionava muito, de terem lideranças históricas mas que já fecham com projetos governistas, com projetos da URBEL, fecham com o Vila Viva, e que, muitas vezes, estão recebendo alguns benefícios para isso, e aí ficam ali na borda do Estado. (Antônio, ex-coordenador do Núcleo de Mediação e Cidadania do Aglomerado da Serra).

É possível observar que, na perspectiva do entrevistado, há uma indistinção de posicionamentos entre as lideranças comunitárias e o Estado, uma vez que existe um interesse mútuo entre as duas categorias. No entanto, desde a primeira conversa que realizei com uma das lideranças, notei que a afinidade entre as lideranças comunitárias, a Prefeitura e a URBEL poderia ser relativizada:

Hoje em dia a liderança comunitária é a primeira que cala e a última que fala, porque os órgãos públicos dessa gestão da prefeitura agora, a situação dela é queimar a liderança, queimar! Queimando as lideranças, eles têm campo

aberto, porque a liderança comunitária não aceitava exploração, não aceitava o que eles queriam contra o povo não! (...) Eles não fazem as obras, não fazem nada, arrumam uma burocracia danada para queimar a liderança. É difícil. É difícil até você frequentar a reunião e chamar o povo para a reunião, porque as vezes você chama o povo para a reunião e o povo fala que não quer ouvir blá blá blá, e é mesmo! Porque não sai nada mais! (Francisco, liderança comunitária)

Sendo assim, partindo das impressões dos dois atores – Antônio e Francisco -, já é possível observar a insuficiência de lidar com categorias redondas, como a de liderança comunitária e de Estado. Se, para o primeiro, liderança e Estado são classificados de maneira semelhante, para o segundo existe uma forte distinção – e até mesmo uma oposição – entre as duas categorias.

A compreensão do projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, para as três lideranças comunitárias que entrevistei, está fortemente ligada ao histórico de intervenções urbanísticas no Aglomerado da Serra e à percepção de cada uma nesses contextos. Nesses históricos relatados, estão muito presentes momentos como os das criações do **Orçamento Participativo**, em 1993, da elaboração do **Plano Global Específico** (PGE) do Aglomerado da Serra, entre 1998 e 2000, e da implementação do **Programa Vila-Viva I** entre os anos de 2005 e 2010.

O Orçamento Participativo foi mencionado pelas lideranças como parte do início do processo de intervenções urbanísticas no Aglomerado da Serra, e, assim, de legitimação política das associações comunitárias. No entanto, segundo José, o Orçamento Participativo, embora tenha contribuído para ampliar a participação política e institucional do Aglomerado da Serra, não foi suficiente para contemplar as demandas dessa comunidade. José ainda afirma que ele marcou, ainda, o começo da discussão do projeto de Alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima:

Na verdade, o projeto de Alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima começou há 20 anos atrás! Desde quando começou o Orçamento Participativo, há 20 anos, em 1993, 94, nós começamos a discutir a abertura das ruas do Aglomerado da Serra. Mas o dinheiro do Orçamento Participativo que era um conta-gotas, ou seja, um engodo, era mais para mobilizar a comunidade do que para realizar as obras. Uma coisa que veio para ficar do OP foi a bandeira do cidadão dentro do seu âmbito, do seu direito e dever. Então nós discutimos o OP e vimos que ele não tinha jeito. Em 1998 nós começamos a discutir o PGE, discutimos com toda a comunidade, fizemos levantamento com toda a comunidade, todos participaram das reuniões das discussões, e no final da história, ele foi aprovado por unanimidade. (José, Liderança Comunitária)

O Orçamento Participativo (OP) foi implementado em Belo Horizonte em 1993, na administração de Patrus Ananias. Supunha uma descentralização administrativa e uma crescente participação das comunidades organizadas na definição da alocação de recursos para investimentos do orçamento anual municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2000a). O processo de distribuição de recursos do tesouro municipal e de aprovação do OP é dividido, até nos dias de hoje, por regionais. A distribuição de recursos leva em consideração a população que habita determinada regional e, desde 2000, o Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) - que mede a oferta e a acessibilidade dos serviços, de equipamentos e de infraestrutura. Já o processo de aprovação de recursos envolve duas rodadas de assembleias regionais intercaladas por uma rodada de reuniões de bairros, numa primeira fase, e a realização de fóruns de prioridades regionais, onde se elegem os delegados para o monitoramento dos empreendimentos aprovados por meio da COMFORÇA (Comissões de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Participativo) (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2000a).

A partir de 1998, para a aprovação das intervenções conquistadas nos Orçamentos Participativos, passou a ser exigido, pela Prefeitura de Belo Horizonte, a elaboração dos Planos Globais Específicos (PGEs) pelas próprias vilas e favelas. O PGE tinha como objetivo servir de base para direcionar os investimentos do Orçamento Participativo, bem como nortear um cronograma de prioridades para as intervenções do poder público na favela (MELO, 2009). Embora tenham sido elaborados pela URBEL, os PGEs partiam do princípio de uma ampla participação da comunidade por meio da formação de Grupos de Referência (GRs), formados por moradores e lideranças, que aprovavam, levantavam propostas e acompanhavam os trabalhos de campo. Assim, as comunidades que já haviam se estruturado político e institucionalmente para aprovar projetos no Orçamento Participativo, foram as primeiras a elaborarem seus PGEs:

A Serra foi uma das primeiras comunidades que teve o PGE. Começou a conquistar o PGE no OP. Lá sempre foi uma comunidade muito mobilizada, então aquelas que tinham muita presença no OP foram as primeiras que começaram a captar recurso para fazer o plano. A gente introduziu essa dinâmica de fazer o plano através do OP para poder direcionar a intervenção do Orçamento Participativo. (Regina, Diretora de Planejamento da URBEL.

Além de nortear os investimentos do Orçamento Participativo, os PGEs ainda permitiram a contratação de recursos extraordinários nacionais, já que apresentavam

estimativas de custos¹² para a execução das obras por ele sugeridas. Por isso, concomitante à elaboração dos PGEs, a URBEL iniciou um processo de busca de recursos externos ao município para intervenções de caráter estruturante nos grandes aglomerados urbanos (BITTENCOURT, 2014).

Quando a gente começou a vislumbrar ter perspectiva de recurso externo ao município para essas intervenções, que foi por volta de 2003, a Serra foi a primeira que a gente entrou, por vários motivos. Primeiro que ela já tinha Plano Global. Segundo porque era um grande assentamento, que dá grande visibilidade no município, está em um local que teria e teve todas as situações possíveis para a gente ir testando, aperfeiçoando. Então lá era um local importante para a gente começar a fazer uma intervenção desse porte. Então a gente entrou com o pedido de financiamento da intervenção da Serra no BNDES, por um programa que eles chamam de PMI, Projeto Multisetorial Integrado, que é de intervenção estruturante, e foi o primeiro grande volume de recurso que foi financiado. (Regina, Diretora de Planejamento da URBEL)

O **Projeto Multisetorial Integrado** (PMI) é uma linha de financiamento do **BNDES** referente a um modelo alternativo de tratamento dos problemas sociais que abrange soluções para os variados tipos de carências articulando, no âmbito municipal, investimentos em diversos setores sociais, como saneamento básico e transportes (DANTAS et al., 2012). Foi criado em 1995 com a proposta de testar e estimular soluções para a melhoria das condições de habitação em comunidades carentes, dotando-as da infraestrutura mínima de saneamento, de acessibilidade, de equipamentos sociais e mesmo de melhorias habitacionais e urbanísticas compatíveis com as características especiais dessas áreas (MALBURG, 2010). No entanto, segundo entrevista na diretoria de projetos da URBEL, somente o financiamento do PMI não foi suficiente para a realização de uma grande intervenção estruturante no Aglomerado da Serra, uma vez que esse programa não previa recursos para o pagamento de indenizações:

Pelo fato de ser um banco que tem fomento ao desenvolvimento, então eles financiam tudo que você está produzindo, e uma indenização não é uma produção na lógica deles. Eu lembro que naquela época a gente foi ao banco lá no Rio de Janeiro para ver se a gente conseguia ampliar o financiamento para pagar as indenizações, desapropriações, trabalho social, e eles justificaram em cima disso, que é um banco de desenvolvimento, de fomento,

¹² No Relatório de Propostas do Plano Global Específico, há um item de “Formação de Preços das Intervenções”, em que “determinou-se como custo do trabalho social a quantidade de horas técnicas necessárias para realizar determinada intervenção ao longo de um determinado tempo, estando incluídas nas horas técnicas a remuneração pelo trabalho e encargos sociais. Também custo de equipamentos, materiais e demais custos operacionais. Os parâmetros adotados para a composição dos custos das diversas intervenções levaram em consideração a abrangência de determinada ação na área social, abrangência esta determinada tanto pela quantidade de pessoas atingidas pela intervenção, quanto pelo conteúdo da mesma e o tempo estimado de duração da intervenção.”. Fonte: PGE Aglomerado da Serra, nov/2001

então você tem que produzir alguma coisa pra eles poderem pagar, aí a gente entendeu a lógica deles. (Regina, Diretora de Planejamento da URBEL)

Com o advento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 com o objetivo de ampliar o planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética, são criadas outras linhas de financiamento, como o Saneamento para Todos, que teve como agente operador a Caixa Econômica Federal.

No meio do caminho entrou o PAC, do Governo Federal, e não só o PAC: o Governo Federal abriu financiamentos de outros programas voltados para assentamentos de interesse social, como o Saneamento para Todos, que ainda está aberto. O Saneamento para Todos a gente conseguiu um recurso para a Serra também, e foi até mesmo para complementar o BNDES nas linhas que eles não pagavam, como trabalho social, recurso para a construção de mais unidades habitacionais. Então a intervenção do Serra I ela foi feita com esses dois financiamentos: tanto do BNDES quanto do Saneamento para Todos, do Governo Federal. Todos os dois do Governo Federal, mas o primeiro é um financiamento específico do Banco e o segundo via Caixa Econômica Federal. (Regina, Diretora de Planejamento da URBEL)

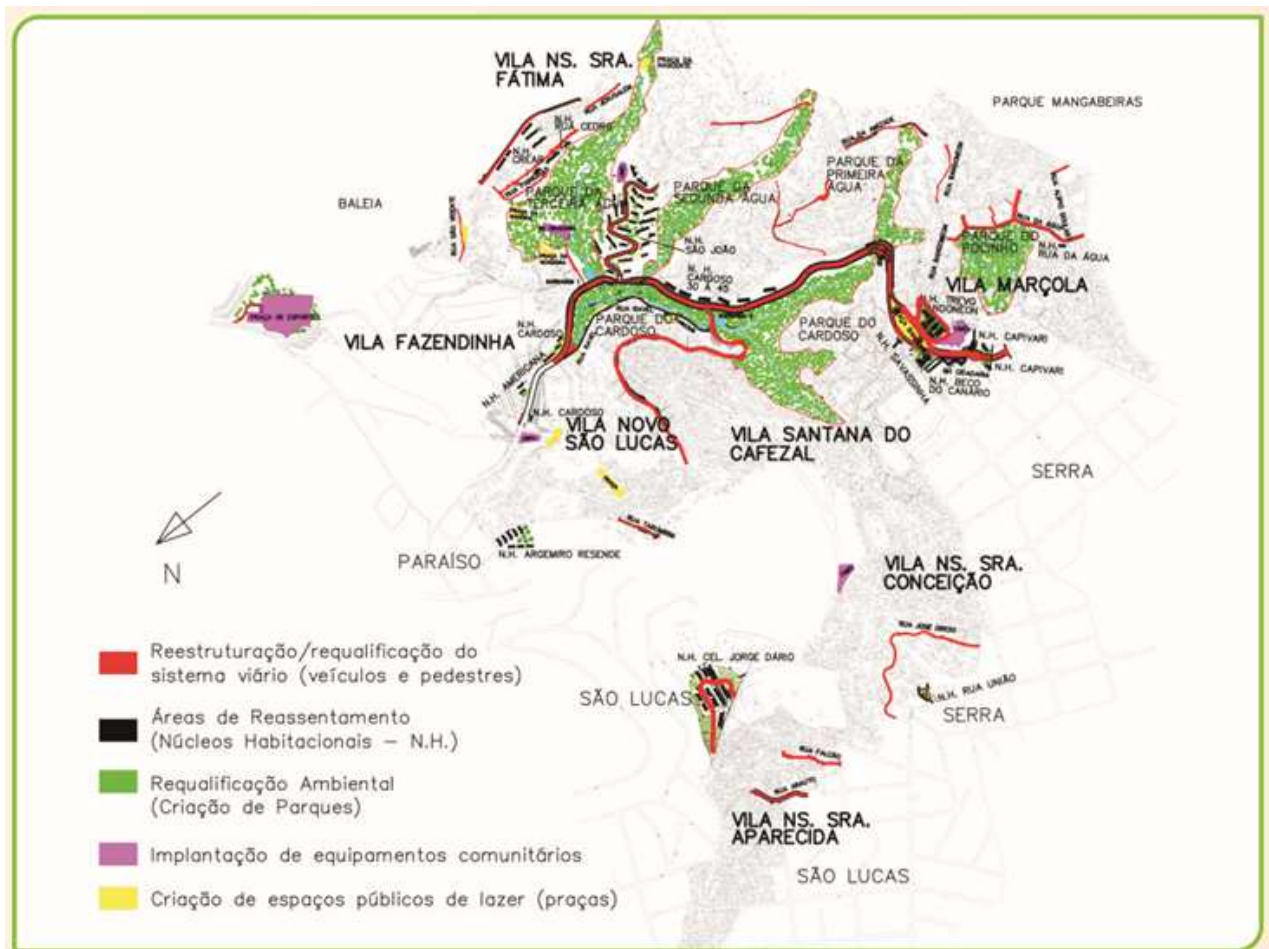
O Programa Vila-Viva Serra I, assim, foi financiado por recursos do BNDES, da Caixa Econômica Federal, além de recursos do próprio município, se for considerado o orçamento para o planejamento do programa, que foi baseado nas propostas elaboradas no PGE Aglomerado da Serra:

Na verdade o Vila-Viva é um nome fantasia, o tipo de intervenção que está previsto na política habitacional, que a gente chama de intervenção estruturante nos assentamentos precários. Esse entendimento de concepção que a gente chama de intervenção estruturante, ele tem origem no planejamento com o PGE. Então, a primeira etapa do planejamento de uma intervenção estruturante é o PGE (Regina, Diretora Planejamento URBEL)

O Programa Vila Viva, entre os anos de 2005 e 2011, envolveu ações de urbanização, regularização fundiária e incentivo à promoção do desenvolvimento socioeconômico da população afetada. Na prática, o programa é um conjunto de obras relacionadas à complementação de infraestrutura urbana de saneamento, de habitação, viária e de implantação de equipamentos públicos. Desenvolvido pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), o Vila Viva promoveu, ainda, a ampliação da coleta e tratamento de esgoto, a interceptação dos esgotos ao longo dos talvegues, a limpeza dos talvegues, a implantação de bacias de contenção de cheias, a ampliação da rede de abastecimento de água, a ampliação da coleta de resíduos sólidos, a execução de novas vias veiculares e urbanização de becos, a

implantação de três parques com 250 mil m², a construção de unidades habitacionais, a remoção de aproximadamente 200 famílias das áreas de risco, a remoção de quase 300 famílias para abertura da Av. Cardoso, via que permite o acesso entre o bairro de Santa Efigênia, região leste da capital, e a rua Capivari, no bairro da Serra (Belo Horizonte, 2011). Apesar do programa ter realizado a construção de 816 unidades habitacionais, gerou 2.331 remoções em todo o Aglomerado da Serra.

Figura 5: Mapa das Intervenções Urbanas realizadas pelo Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra



Fonte: PBH/URBEL

No entanto, um dos primeiros atritos que identifiquei entre uma liderança comunitária, o José, e o poder público, foi ocasionado por uma divergência entre o que foi discutido e elaborado no Plano Global Específico e aquilo que foi executado durante o Programa Vila Vila I:

Só que depois de tudo isso aí, houve um problema de gestão e planejamento. No dia 12 de dezembro de 2005, o Prefeito Fernando Pimentel deu ordem de

serviço para começar as obras pelo sistema viário. Ele deixou claro que sem o sistema viário não era viável as outras obras estruturantes. Mas fez isso diante de uma truculência, autoritarismo, e uma falta de consideração com todas as pessoas que participaram do processo do PGE. Então foi um desacerto desgraçado. Gastaram um dinheirão para fazer pesquisa e elaborar o PGE, 3 anos de discussões, discutindo sábado, domingo... mas por interesse de desvio de verba, para beneficiar empreiteiras, beneficiar atrelamento com o prefeito, eles mudaram o projeto sem planejar discutir nada com a comunidade. (...) Não tem que falar Vila Viva, porque na discussão dos projetos, que foi discutido o PGE, ninguém falou que ia ser Vila Viva, porque a vila sempre foi viva! Onde moram seres humanos, animais, a fauna e a flora, é todo mundo vivo! Então para engalobar a mídia, sem nos consultar, sem consultar moradoras e moradores e grupos de lideranças e comissões, eles colocaram Vila Viva. Mas para que colocaram Vila Viva? É para tirar o direito do cidadão cobrar aquilo que foi combinado anteriormente! Então foi uma truculência, uma falta de respeito (José, Liderança Comunitária)

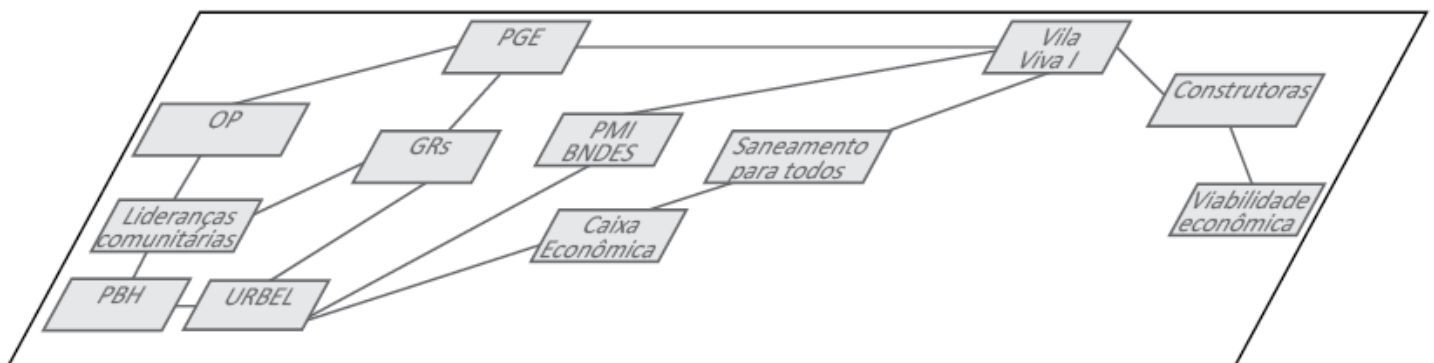
Em relação à crítica de José, sobre a distância entre o que foi discutido no PGE e o que foi executado pelo Programa Vila Viva, principalmente em relação à priorização do sistema viário, o argumento da Diretoria de Projetos da URBEL foi o de que o objetivo do PGE era apenas produzir diretrizes para o planejamento urbano, cabendo posteriormente aos projetos executivos determinar sobre a **viabilidade econômica** dessas diretrizes. Sendo assim, aquilo que estava sugerido no PGE, segundo a URBEL, foi cumprido pelo Programa Vila Viva:

O PGE é um plano. Por mais que você tente discutir com a população, ver o que as pessoas querem, ainda é um instrumento que não é palpável fisicamente. A gente não consegue fazer – e nem era o momento de fazer - um projeto executivo com o PGE. A proposta inicial da BHTRANS era um túnel, então quanto a gente estava fazendo o PGE a gente foi conversar com a BHTRANS: aqui, a viabilidade desse túnel sair algum dia é zero. Então a gente pode fazer uma estrutura vária aqui, que você consiga fazer uma reestruturação da cidade passando por dentro do Aglomerado. Quando o pessoal foi implantar, com a licitação, tiveram que fazer vários ajustes no projeto para poder viabilizar, até porque o PGE não chegara em um nível de detalhamento de como seria implementado, o que faz isso é o projeto executivo que vem depois (...) Mas, do ponto de vista de concepção, o PGE foi executado pelo Vila Viva. (Regina, Diretora de Planejamento da URBEL)

A partir dos acontecimentos descritos, apresento a primeira etapa do diagrama da rede sociotécnica. Nele o **Orçamento Participativo (OP)** gerou a necessidade de criação de um plano de diretrizes para a implementação das obras, o **Plano Global Específico (PGE)**. Assim, as **lideranças comunitárias**, a **prefeitura de Belo Horizonte** e a **URBEL** são os actantes associados ao OP. Já em relação à elaboração do PGE, os **Grupos de Referência (GRs)**, composto por algumas lideranças comunitárias, se associam à URBEL para realizar essa ação. A criação dos PGE's abre uma possibilidade para a captação de recursos externos e a implementação de uma

intervenção de caráter estruturante no Aglomerado da Serra. Essa nova ação conectou o PGE a uma grande intervenção estruturante da Serra, o Programa Vila Viva. Associados ao Vila Viva, os principais actantes são a URBEL, o PGE, o BNDES, a Caixa Econômica Federal, e as linhas de financiamento dessas últimas instituições: o PMI e o Saneamento para Todos. Na etapa de execução do Programa Vila Viva I no Aglomerado da Serra, um novo elemento passa a ser determinante: as construtoras. Elas, segundo a URBEL, passaram a ser determinadas pela viabilidade econômica dos projetos, também uma outra actante. Já segundo a liderança comunitária, as construtoras, além de serem determinadas pela viabilidade financeira da obra, de alterarem e de executarem os projetos independente das determinações da população, também estão atreladas à prefeitura em uma troca de interesses.

Diagrama 1: Antecedentes do Anteprojeto de Alargamento I



Fonte: Elaboração própria

O Plano Global Específico é um instrumento fundamental para a compreensão das intervenções urbanas que ocorreram no Aglomerado da Serra. No entanto, embora concebido como um plano de diretrizes para orientar o planejamento urbano em vilas e favelas, o PGE, por si só, foi objeto de grandes controvérsias, principalmente ao levarmos em consideração o Alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima. Em relação ao processo de participação da comunidade do Aglomerado da Serra no PGE, houve consenso, em todos os atores entrevistados na minha pesquisa, de que ele foi satisfatório, ou, pelo menos, mais avançado se considerado o histórico de baixa participação popular no planejamento urbano em vilas e favelas de Belo Horizonte. A controvérsia em torno do PGE observada, especificamente no processo do Programa Vila-Viva, foi em relação à priorização das intervenções urbanas por ele sugeridas. Nas entrevistas, ficou clara a existência de dois discursos, sendo o primeiro aquele que defendia as prioridades da comunidade – legitimadas pelo processo de participação na

elaboração do PGE -, e o segundo aquele que defendia a viabilidade financeira das intervenções, legitimado pelo discurso de técnicos da URBEL.

As críticas das lideranças comunitárias em relação ao Vila Viva, entretanto, foram muito além da distância entre o que foi planejado no PGE e o que foi executado. Francisco, a primeira liderança comunitária que entrevistei, também se manifestou insatisfeito no que se refere às interrupções desse programa:

O PAC 1 foi o projeto que veio para melhoramento de vilas e favelas: abertura de rua, melhoramento do saneamento básico, meio-ambiente, etc. Só que o PAC 1 não foi totalmente completado, foi parado no meio, desviado verbas do PAC 1, que não terminou as obras na Vila Fátima e na Vila Maçola. Obras que eram do Orçamento Participativo e que eles falaram que o PAC 1 ia fazer e não fizeram. (Francisco, Liderança Comunitária)

A interrupção das obras do Vila Viva I também foi justificada por José, pelos acordos políticos entre o PT e o PSDB nas eleições municipais de 2008. O lançamento da candidatura de Márcio Lacerda (PSB), segundo a liderança, representou uma ruptura no processo de intervenções urbanas no Aglomerado da Serra:

Foi um desacerto, foi muito dinheiro jogado fora. Quando o prefeito Fernando Pimentel e o Aécio Neves lançaram o Márcio Lacerda, a promessa de olho-no-olho era a do prefeito que está aí continuar, só que simplesmente terminou o que estava começado e o resto está tudo parado (José, liderança comunitária)

Segundo Iracema, a nova força política que se instituiu na prefeitura municipal também foi a responsável por diminuir a credibilidade das lideranças comunitárias diante da comunidade das vilas e favelas. Para Iracema, a prefeitura era a responsável por compartilhar as conquistas das obras com as lideranças comunitárias, e assim, por reconhecer o papel delas na luta pelas melhorias na comunidade:

Quando chega na hora de você lutar, aí nós vamos lá brigar que o pessoal precisa de apartamento, rua asfaltada, água, luz, aí a gente vai lá brigar. Aí quando é na hora de entregar, ao invés de falar, “ó gente, isso aqui foi uma conquista das lideranças”, aí chega o funcionário da prefeitura e outros mais, e já entrega “toma, fulano, pega a sua chave, vai morar”. Quer dizer, não tem um acompanhamento, porque esse acompanhamento seria importante, e falar, “aqui gente, ó, convidei aqui uma liderança, todas as lideranças, tudo que vocês estão ganhando aqui agradeça às lideranças, porque é luta nossa!”. Quer dizer, a liderança não ganha nada e faz papel de palhaço, e não é reconhecida. (...) Antigamente, você fazia assim [estalou os dedos], e levava um tantão de gente para participar. Hoje se alguém está boicotando, a culpa é de quem? Da prefeitura. A cidade desmoronou, ela voltou na estaca zero. Eu falei com o prefeito: “tava nas suas mãos e você deixou vazar”. Hoje eu realmente não tô mais animada a mexer com esse trem. A melhor época passou, passou porque

nós ganhamos muito e eles não souberam dar valor. (Iracema, liderança comunitária)

O conjunto de eventos construídos, até então, evidencia diversas questões no que se refere à relação das entidades comunitárias com poder público, bem como a relação do poder público com as intervenções urbanísticas no Aglomerado da Serra. Embora essas questões tenham surgido pelos atores entrevistados na explicação de um evento específico – o projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima -, esse evento se mostrou, por meio dos relatos, inserido em uma rede muito mais ampla, tanto em termos históricos quanto na quantidade de actantes (humanos e não-humanos) envolvidos.

Em relação aos relatos das lideranças comunitárias entrevistadas, torna-se clara a perda de legitimidade diante do poder público e, até mesmo, diante da própria comunidade. Além das falas de Iracema e de José, na minha pesquisa inicial de campo, observei um desconhecimento entre muitas pessoas entrevistadas, principalmente entre os comerciantes, de quem era a liderança da sua vila e, até mesmo, sobre a existência de uma associação comunitária na sua região. A perda de legitimidade também pode ter sido proveniente da associação da imagem da liderança comunitária a uma figura oportunista, que possui interesses individuais por trás de suas ações políticas e das intervenções urbanas na favela, como pode ser observado no relato a seguir de Iracema:

Outro dia eu estava em uma reunião dessas aí uma cidadãzinha e chegou e falou assim pra mim: “Por que que você faz tudo pra você e para nós nada?”, aí eu virei pra ela e falei assim: “aqui eu não faço nada pra mim não, uai, desde quando eu vou fazer pra mim? Porque se eu faço um beco, você vai passar nele, se e faço uma rua, você vai passar nela, se eu faço um predinho, quem sabe você vai morar, o seu filho vai morar, alguém vai morar, então não tem aquela obra que eu faço só para mim”. Aí o Carlos da URBEL na hora endureceu e falou: “Uai, imagina se essa moda pega, querer embargar uma obra porque ela é perto da minha casa!” (Iracema, liderança comunitária)

O relato de Antônio, citada na página 46, também é um exemplo dessa imagem construída sobre a liderança comunitária. As reflexões sobre a representatividade das lideranças comunitárias, no entanto, serão rediscutidas adiante, quando novos atores reforçarão esse discurso de deslegitimação das lideranças tradicionais no contexto da discussão sobre o alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima.

É possível observar que a perda de legitimidade da liderança diante do poder público tem se dado, principalmente, nas etapas de acompanhamento da execução das obras e na sua

entrega, como foi evidenciado por Iracema. Sobre o acompanhamento das obras durante o Vila Viva I, José ainda afirma que:

Lançaram um candidato deles a vereador no Aglomerado da Serra e esse vereador não deixou a gente falar nada. Quando a gente ia cobrar dele: “vereador, tá acontecendo isso com o dinheiro público”, ele falava “não, eu não posso atender isso não porque senão eu fico mal na fita com o prefeito e perco a oportunidade para que ele assine os meus projetos”. Agora, com o cidadão, com a liderança comunitária que luta pela melhoria coletiva, isso não é assim não! (...) aí quando parou tudo eles falaram que prestaram conta pro Tribunal de Contas de Minas Gerais, mas antes do Tribunal analisar, a liderança comunitária, os moradores, teriam que ter conhecimento desse documento. O PGE ficou em quanto? Que foi dinheiro tirado do OP de 1998. Toda obra do Aglomerado da Serra que foi aprovada no OP tirou um tanto para fazer o Plano Global. Mas só que ninguém sabe de verdade quanto que foi tirado (José, liderança comunitária).

O Vila Viva I representou, assim, um descompasso no que se refere ao papel da liderança comunitária no acompanhamento da execução das obras, principalmente se comparado com as intervenções urbanas do Orçamento Participativo que o antecederam. Nesse processo, as **CONFORÇAs**, Comissões de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Participativo, compostas por delegados eleitos em fóruns regionais, são um forte instrumento de monitoramento dos empreendimentos aprovados pelo OP. As lideranças comunitárias, além de discutir, selecionar e mobilizar a comunidade para a aprovação dos projetos, também compõem as CONFORÇAs regionais para o acompanhamento da execução das obras. No caso de intervenções providas de recursos externos ao município, como o caso do Vila Viva, coube à URBEL e aos Grupos de Referência anteriormente estabelecidos na elaboração do PGE – 5 anos antes da execução do Vila Viva - realizar o monitoramento da execução de suas obras (MELO, 2009). A participação da comunidade e das lideranças comunitárias, nesse processo, se limitou às assembleias informativas promovidas pela própria URBEL.

As intervenções de caráter estruturante no Aglomerado da Serra providas de recursos externos ao município, além de representarem uma ruptura em relação à concepção e ao monitoramento de projetos e de obras antes realizadas pelas lideranças comunitárias, também evidenciam uma contradição no que se refere à continuidade das obras executadas. Essa crítica não se limita ao Aglomerado da Serra, uma vez que a urbanização de assentamentos informais, como uma política pública consolidada promovida pelo poder público municipal e financiada principalmente por recursos federais, tem sido, atualmente, a principal forma de enfrentamento pelo Estado ao problema do acesso à cidade e à moradia pela população pobre nas principais cidades do país (BITTENCOURT, 2014). Embora o Vila Viva, no discurso de representantes

da URBEL, tenha representado a unificação de diversas demandas da própria comunidade – que emergiram no OP e foram incorporadas no PGE do Aglomerado da Serra - uma das principais críticas em relação a esse programa é que ele não foi capaz de unificar essas demandas, mas somente de priorizar aquelas em que havia maior viabilidade financeira diante de recursos e pré-requisitos externos provenientes do PMI/BNDES e do PAC I. Outra crítica ao Vila Viva, também no que se refere a descontinuidade que ele representou no planejamento urbano da favela, destacada por algumas lideranças comunitárias, é o fato de que esse programa não foi finalizado, mas sim interrompido.

A relação entre as lideranças comunitárias e o poder público no histórico das intervenções urbanas no Aglomerado da Serra evidenciaram, assim, além dos actantes envolvidos, diversas questões iniciais para a reflexão sobre os projetos posteriores ao Vila Viva. Mas seriam essas questões suficientes para compreender como o projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima não aconteceu? Ou ainda, seria suficiente dizer que, por o Vila Viva ter representado uma ruptura no que se refere à relação das lideranças comunitárias com o poder público, as intervenções urbanísticas que o procederam não obtiveram apoio das representações da comunidade anteriormente legitimadas?

Ao expor os relatos de diversos atores envolvidos no projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, foi possível mapear a articulação dos mesmos e de outros actantes durante as intervenções urbanas anteriores a esse projeto. No entanto, embora essa articulação entre actantes tenha sido importante para levantar diversas questões iniciais, não é possível afirmar que uma mesma articulação se constituirá em situações semelhantes, ou seja, que tenham como contexto as intervenções urbanas no Aglomerado da Serra. Não somente novas articulações se constituirão, mas também os actantes envolvidos serão outros - mesmo sendo, a princípio, os mesmos. Isso significa que o PGE, enquanto um actante na elaboração do Vila Viva I, não foi o mesmo PGE da execução desse mesmo programa, já que, em cada momento, ele influenciou de maneira diferente cada um desses processos. Da mesma forma, a Prefeitura na elaboração do Orçamento Participativo em 1993 não foi a mesma Prefeitura na execução do Vila Viva em 2005, já que se tratam de duas Prefeituras compostas por ideologias de gestão pública e contextos diferentes¹³. E, como veremos adiante, as ações das lideranças comunitárias, bem como a prefeitura e a URBEL possuem origens incertas na medida em que outras questões emergirem e que novos actantes passem a compor a controvérsia em questão. Antes de

¹³ mesmo que pertencentes ao mesmo partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT).

avançar temporalmente na construção da rede sociotécnica, cabe descrever a entrada de novos actantes no processo a partir da execução do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra

2.2 O surgimento de outros actantes no Programa Vila Viva I

Desde 1998, o Programa Polos de Cidadania da Universidade Federal de Minas Gerais possui um núcleo de mediação e cidadania na Vila Santana do Cafezal, no Aglomerado da Serra. O Polos é um programa interdisciplinar e interinstitucional de ensino, pesquisa e extensão, criado em 1995, na Faculdade de Direito da UFMG, voltado para a efetivação dos direitos humanos e para a construção de conhecimento a partir do diálogo entre os diferentes saberes¹⁴.

Desde a instalação do núcleo de mediação na Serra, o Programa Polos tem se firmado como uma referência de mediações jurídicas individuais e coletivas para os moradores, especialmente nas questões referentes aos conflitos fundiários, principalmente durante a execução do Programa Vila Viva a partir de 2005. No segundo semestre de 2008, o Polos recebeu um financiamento, por meio do edital de nº.14/2008 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – [CNPq] para a execução de um relatório intitulado “Os efeitos do Vila Viva Serra na condição socioeconômica dos moradores afetados”, que foi concluído em 2011. O Núcleo de Mediação e Cidadania do Aglomerado da Serra acumulou, durante três anos – desde o início das obras do Vila Viva em 2005 – uma grande vivência referente às questões jurídicas da intervenção urbanística (indenizações, reassentamentos, etc). No entanto, o principal objetivo do projeto de pesquisa foi analisar os efeitos socioeconômicos do Programa Vila Viva nos moradores do Aglomerado em quatro grupos: reassentados em conjuntos habitacionais, indenizados que permaneceram na Serra, indenizados que se mudaram da Serra e demais moradores (POLOS DE CIDADANIA, 2011). Embora Antônio não fosse um integrante do Programa Polos no período de execução do Vila Viva, afirma que:

Acho que naquele momento o Polos ficou mais centrado na pesquisa, na produção ali daquele relatório, mas sem uma dimensão de extensão mais forte, de engajamento ali com os moradores e de enfrentamento. (...) A metodologia do Polos é a pesquisa-ação do Thiollent, mas acho que nesse caso do Vila-Viva eles ficaram mais na pesquisa e nem tanto na ação direta (Antônio, ex-coordenador do Núcleo de Mediação e Cidadania do Aglomerado da Serra).

¹⁴ Informação disponível em <http://polosdecidadania.com.br/institucional/apresentacao/>

A pesquisa-ação é realizada em um espaço de interlocução onde os atores implicados participam na resolução dos problemas, com conhecimentos diferenciados, propondo soluções e aprendendo na ação. Nesse espaço, os pesquisadores, extensionistas e consultores exercem um papel articulador e facilitador em contato com os interessados (THIOLLENT, 2002).

O Programa Polos, além da realização da pesquisa sobre os impactos socioeconômicos dos moradores afetados pelo Vila Viva, produziu um **filme** intitulado de “Uma avenida em meu quintal”, dirigidos por Samira Motta e Frederico Triani, com os recursos do CNPq, além do apoio de outras instituições públicas¹⁵. O filme aborda a experiência de diversos moradores do Aglomerado da Serra junto à intervenção urbanística, bem como as contradições relativas à construção de uma grande avenida – a Avenida do Cardoso – cortando a favela. Além de divulgar os problemas do Vila Viva e de trazer uma reflexão sobre as contradições de grandes intervenções urbanísticas nas favelas, o filme também possibilitou uma maior aproximação do Programa Polos com alguns moradores da Serra, como **Frida**

A gente procurava saber sobre o Vila Viva e eles não davam as informações. Eu não sabia se a minha casa ia sair ou ficar. Eles falavam assim: “o projeto muda o tempo todo, não tem como a gente te falar se sua casa vai sair ou não”. E isso assim, com o trator do lado da minha casa tirando a casa dos meus vizinhos! Então isso foi muito desgastante pra gente. (...) Ai eu participei de um filme que o pessoal do Polos fez, o “Uma Avenida em meu quintal”, aí eles me contatam que o filme era a culminância de uma parte toda de pesquisa, escrita, diante das centenas de demandas que eles estavam recebendo por causa do Vila-Viva. (Frida, moradora da Serra e vice-diretora da Escola Estadual Edson Pisani).

Segundo Frida, o Polos já havia se firmado enquanto um núcleo de assessoria jurídica no Aglomerado da Serra e, por isso, muitas pessoas recorriam a ele para questionar as indenizações, a necessidade de remoção, e a abordagem dos representantes dos órgãos públicos. Em relação à abordagem dos órgãos públicos diante da população do Aglomerado da Serra na execução do Vila Viva, não somente Frida, mas também José pontuou essa questão com bastante ênfase:

Eles chegavam nas casas, batiam, marcavam as casas e diziam: “você vai ter que sair daqui a 30 dias”. Aí o morador perguntava: “para onde eu vou? Quanto que eu tenho que receber?”, e aquela pessoa tinha que sair. Muitas pessoas adoeceram, morreram, foram para onde não queria ir. Indenização indesejada, as pessoas tinham que comprar um barraco muito pior de onde

¹⁵ Apoiaram o filme, além do CNPq, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), e a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE). Filme disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r1xKVtikzPw>. Acesso 15 de abril de 2015.

estavam. Muitas pessoas foram para apartamento com coração partido, e hoje a maioria não mora mais lá, porque tem barulho, drogas na porta (José, liderança comunitária)

Depois da participação no filme “Uma Avenida no Meu Quintal”, Frida conta que iniciou sua pesquisa de mestrado na área de educação sobre o trabalho de mulheres na construção civil durante o Vila Viva, e que ampliou sua aproximação com o Programa Polos de Cidadania. Segundo Frida, essa aproximação partiu de um interesse recíproco entre o Polos, na busca de informações sobre a comunidade, e Frida, no sentido de obter mais informações técnicas sobre o Vila Viva para sua pesquisa de mestrado:

Aí eu dei uma entrevista nesse filme, e depois disso eu fui atrás deles para procurar a parte escrita, o relatório, pra saber o que estava acontecendo. Eles me falaram que haviam conseguido documentos mais oficiais via ação judicial, via UFMG. Então eles tinham mais coisas que os moradores não tinham acesso. Aí depois disso eu comecei o meu mestrado, uma pesquisa sobre o trabalho de mulheres na construção civil durante o Vila-Viva. Aí eu comecei a ler muita coisa sobre o Vila-Viva e comecei a ter um contato muito frequente com os meninos do Polos, porque eles sempre estavam me procurando para alguma coisa que acontecia, alguma dúvida que eles tinham. (Frida, moradora da Serra e vice-diretora da Escola Estadual Edson Pisani).

A aproximação entre o Polos e a Frida foi ainda mais intensificada com a interrupção das obras do Vila Viva. Frida conta que passou a monitorar diversos espaços onde havia entulhos descartados indevidamente pelas empreiteiras, bem como caminhos interditados, e assim, começou a ser vista como uma referência por alguns moradores para a realização denúncias contra o Vila Viva. Assim, juntamente com o Programa Polos, Frida passou a acionar judicialmente a Prefeitura e a URBEL via Ministério Público para exigir a finalização das obras e retirada dos entulhos:

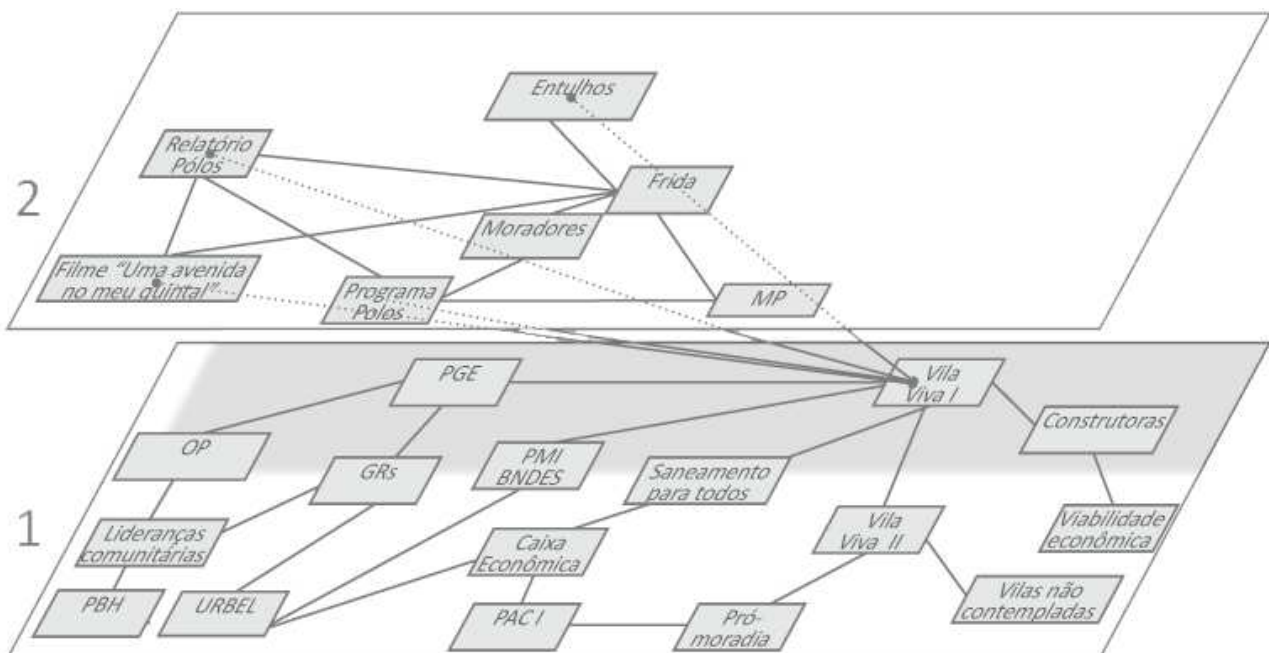
Aí o Vila-Viva não acabou, né, ele parou. Tem obras inacabadas em vários pontos da Serra. E aí então nessa parada a gente começou a acionar judicialmente via MP a prefeitura e a URBEL, porque eles deixaram caminhos interditados, entulhos, etc. (...) Aí começamos a convocar audiências públicas, pra eles responderem essas questões pendentes, e aí sempre que aparecia alguma coisa nova as pessoas acabavam me falando: “ah Frida, tá acontecendo isso”. (Frida, moradora da Serra e vice-diretora da Escola Estadual Edson Pisani).

Bittencourt (2014) também identifica, por meio de entrevistas com diversos moradores da Vila Nossa Senhora de Fátima, a existência de entulhos abandonados em pontos de água

limpa e nascentes. Nesses locais, principalmente na primeira e na terceira água, foi relatado que diversos moradores tinham o costume de tomar banho antes da deposição desses entulhos.

Nessa nova rede que se constitui, independente da relação entre as lideranças comunitárias e o poder público, os **moradores** se mobilizaram contra as remoções, indenizações e falta de informações sobre o Vila Viva e recorreram ao **Programa Polos** para esclarecer sobre seus direitos. O Programa Polos, com o acúmulo de insatisfações dos moradores da Serra em relação ao Programa Vila Viva, elaborou um **relatório** sobre os efeitos socioeconômicos gerados por esse programa, financiado pelo **CNPq**. Esse relatório enfatiza o viés de pesquisa do Programa Polos, para além da ação na mediação de conflitos. Por fim, o relatório sobre os efeitos socioeconômicos do Vila Viva nos moradores da Serra influenciou a elaboração do **filme** **‘Uma Avenida no Meu Quintal’**, do qual participou **Frida**. Frida intensifica o contato com o Programa Polos e passa a se mobilizar contra os **entulhos** deixados pelo Programa Vila Viva na Serra junto ao **Ministério Público**.

Diagrama 2: Surgimento de novos actantes



Fonte: Elaboração própria

A nova rede que se criou durante a execução desse programa é fundamental para compreender a entrada de novos atores do processo de discussão do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, principalmente para a formação daquilo que virá a ser o antiggrupo da controvérsia em questão. Mas não irei me antecipar na descrição desse antiggrupo, até porque, para compreendê-lo, devemos seguir o percurso de construção do grupo.

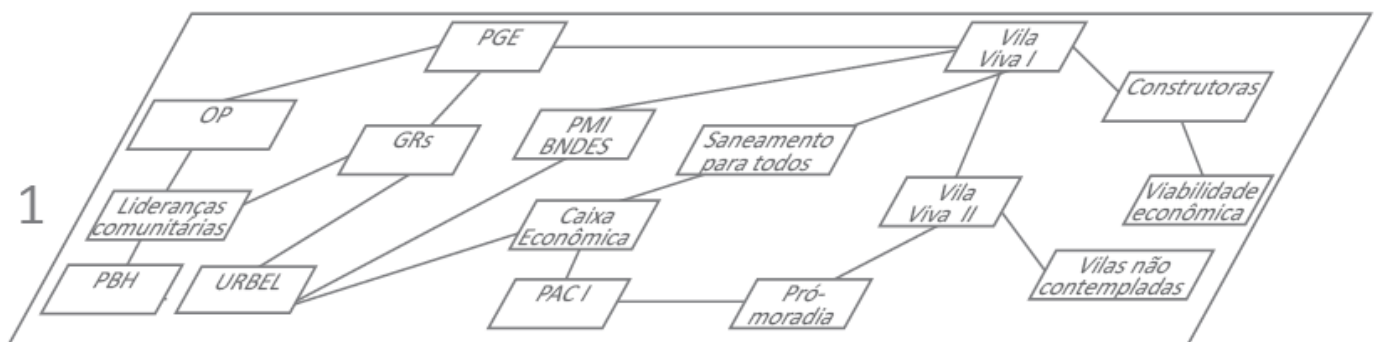
2.3 Do Orçamento Participativo ao anteprojeto de alargamento

Um novo recurso advindo do Programa Pró-Moradia, também do PAC I, obtido pela Prefeitura de Belo Horizonte, foi utilizado para iniciar intervenções em outros pontos do Aglomerado da Serra ainda não contemplados pelo Vila Viva I. O Vila Viva Serra II, embora tenha sido realizado com um recurso menor em relação ao primeiro, atuou nas vilas não contempladas pelo Vila Viva I, como a Vila Novo São Lucas, a Nossa Senhora da Conceição e a Nossa Senhora Aparecida.

Depois a gente conseguiu o Pró-Moradia, que já foi recurso do PAC I, um recurso bem menor que a gente chama de Serra II, que tá fazendo o Novo São Lucas, a Conceição, a Nossa Senhora Aparecida, uns trechos que o BNDES não abarcou, já ele pegou praticamente Fátima, Cafezal, Maçola. (Regina, Diretora de Planejamento da URBEL)

O Vila Viva II, financiado pelo PAC I, embora tivesse um volume de recursos e intervenções muito menor que o Vila Viva I, é uma etapa importante para a compreensão do processo que desencadeou a formulação do projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima. Nesse sentido, cabe acrescentar esses novos actantes na rede sociotécnica:

Diagrama 1.1 : Antecedentes do Anteprojeto de Alargamento II



Fonte: Elaboração Própria

Com a chegada do PAC II, uma de suas diretrizes era priorizar locais onde já haviam intervenções do PAC I e que possuíam áreas de risco:

Quando chegou o PAC II, que aí foi em 2010, o PAC II veio com uma diretriz de primeiro, priorizar locais que já tinham intervenção do PAC I, para você dar continuidade. Segundo, você tinha que apresentar projetos e intervenções em área de risco. Então, das que a gente estava andando com o recurso do Governo Federal, a gente tinha Serra e Morro das Pedras. E na Serra, por que

que saiu a rua Nossa Senhora de Fátima: porque ela estava prevista no PGE. (Regina, Diretora de Planejamento da URBEL)

No entanto, em relação ao Alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima estar previsto no PGE, mesmo entre representantes da URBEL, houve divergências:

O PGE não previa o Alargamento da Nossa Senhora de Fátima. Talvez porque, supondo, porque eu não participei da elaboração do PGE efetivamente naquele momento, quando ele estava sendo desenvolvido você não tinha o fluxo que tem hoje, talvez não se vislumbrou essa necessidade. E hoje, realmente, o crescimento econômico do país, o aumento da aquisição de carro, o aumento da quantidade de transporte coletivo dentro da Serra... as três linhas suplementares que existem hoje não existia. (Carlos, técnico social da URBEL)

No ano de 2000 foi implantada, no Aglomerado da Serra, o ônibus da linha 102, por meio do Programa de Melhoria da Mobilidade para Moradores de Vilas e Favelas, com trajetos dentro da favela e tarifa subsidiada¹⁶. Esse programa foi criado com o objetivo de articular internamente as vilas e favelas e integrar a cidade informal e a cidade formal (GODOY, 2004).

No entanto, Regina, diretora de planejamento da URBEL, afirmou em relação ao alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima estar ou não prevista no PGE que, embora a rua não estivesse indicada como “alargamento prioritário”, havia uma diretriz no PGE que era

reforçar as vias estruturantes ou com o alargamento ou estendendo o comprimento delas, de forma a manter uma estrutura de acessibilidade que você permite a coleta de lixo, entrada de ônibus, mesmo que seja micro-ônibus, para distribuir o trânsito lá dentro. E hoje essa rua tem um problema enorme na Savassinha, muito trânsito e uma caixa muito pequena. (Regina, Diretora de Planejamento da URBEL)

Isso revela como, novamente, em determinadas circunstâncias, o PGE pode servir como justificativa de determinadas intervenções e, em outras, pode ser colocado apenas como um plano de diretrizes mais abrangentes, insuficiente para determinar certas intervenções urbanas. Além das indicações presentes do PGE, segundo Regina, o alargamento da rua também foi uma demanda das próprias lideranças comunitárias por meio do Orçamento Participativo 2011/12.

E ainda tinha uma demanda de lideranças da época, do Francisco, do José, que são lideranças mais antigas que faziam muito essa cobrança para a gente sobre a Fátima, de melhorar a estrutura da via em si, tanto que eles entraram com esse alargamento no OP. No OP tem só o primeiro trecho, mas porque nele

¹⁶ Atualmente o valor da tarifa subsidiada é de R\$0,70 enquanto nas demais linhas troncais do sistema de transporte público o valor da tarifa é de R\$3,10

não tinha dinheiro para alargar toda a via, mas era o que eles queriam. (Regina, Diretora de Planejamento URBEL)

No Orçamento Participativo de 2011/2012, um orçamento de R\$622.184,43 foi aprovado para o alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, entre as ruas Sacramento e Bandonion:

Figura 6: Aprovação do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima no OP 2011/2012

EMPREENDIMENTO		ENDEREÇO/TRECHO		
Vila N. Sra. de Fátima		Rua N. Sra. de Fátima, entre as ruas Sacramento e Bandonion		
SUB REGIÃO	ESCOPO	VALORES		ÓRGÃO EXECUTOR
III	Urbanização de via	Projeto: R\$143.208,23 Obra: R\$342.576,20 Reassentamento/ Indenização: R\$136.400,00	Total: R\$622.184,43	URBEL

Fonte: Plano Regional de Empreendimentos – Orçamento Participativo 2011/2012, disponível em: http://www.pbh.gov.br/portal_op/caderno_op/caderno_empreendimentos_op_2.pdf acesso 8 de maio de 2015.

Esse projeto de alargamento compreende um pequeno trecho da Rua Nossa Senhora de Fátima, também conhecida como Rua Serenata. Esse trecho, apesar de pequeno, é a principal entrada para a região da Savassinha, onde o fluxo de veículos é bastante intenso. Por esse motivo, o alargamento nesse trecho tem como objetivo desafogar o trânsito da região, permitindo, ainda, a melhor a circulação da linha 102, o “amarelinho”.

Figura 7: Trecho da Rua Nossa Senhora de Fátima aprovado no OP 2011/2012



Fonte: Google Street View (2011)

Embora Regina tenha mencionado a demanda de José e de Francisco pelo alargamento de toda a Rua Nossa Senhora de Fátima, nenhuma das duas lideranças me revelou haver, naquele momento, esse interesse, ainda que tivessem influenciado a aprovação do alargamento do trecho do OP 2011/2012. José, pelo contrário, demonstrou ser contra o projeto de alargar toda a rua até a segunda água, alegando que no PGE estava previsto o alargamento da Rua Flor de Maio, e não da Rua Nossa Senhora de Fátima:

O que estava previsto no PGE era o alargamento da Rua Flor de Maio. Se instaura rua A, porque que para interesse próprio, eles viraram para a rua B? A Rua Flor de Maio não tem comércio nenhum. Eu creio que para eles desembolsarem um pouquinho mais, porque as indenizações seriam mais caras na Flor de Maio, eles pularam para a Nossa Senhora de Fátima, porque ali tem grandes comércios (José, liderança comunitária)

Francisco, embora fosse a favor do alargamento de toda a rua, revelou-me ter tomado conhecimento do projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima por meio de reuniões das Comissões de Acompanhamento e Fiscalização do Orçamento Participativo (CONFORÇAS) da Regional Centro Sul na URBEL no início de 2011.

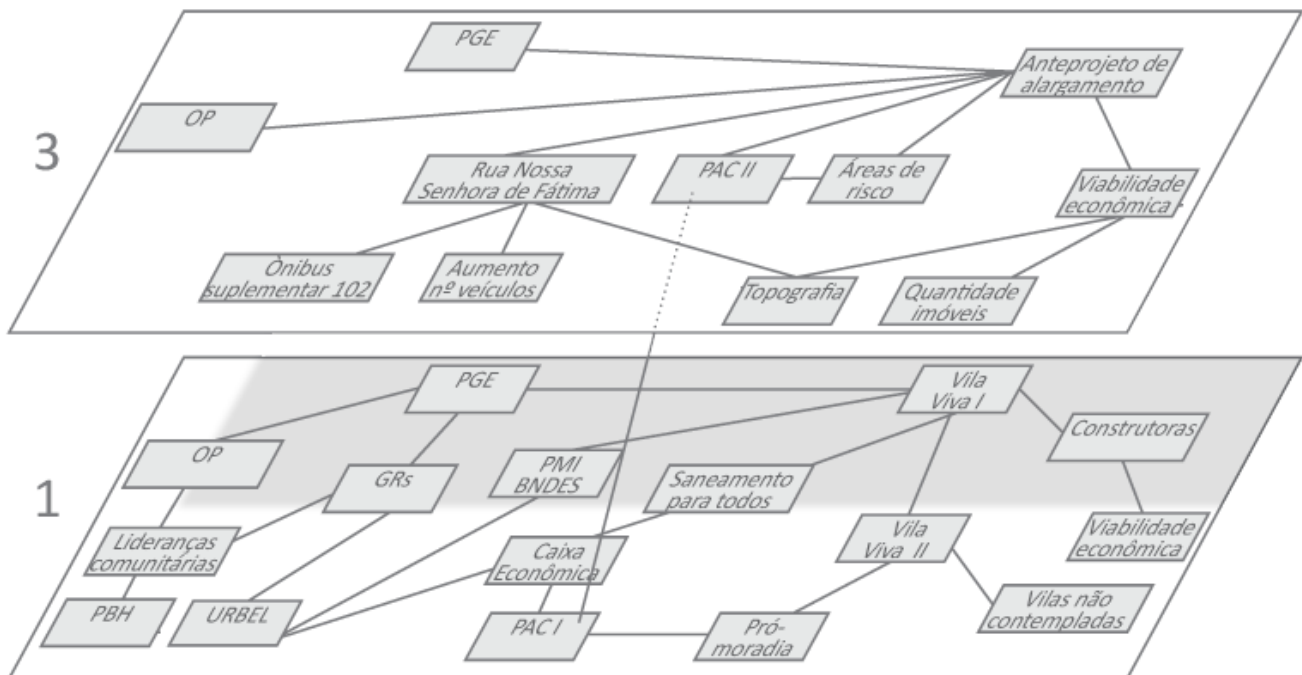
Assim, a decisão de alargar a Rua Nossa Senhora de Fátima foi mobilizada por diversos actantes, como o PGE Serra, o Orçamento Participativo, as lideranças comunitárias, a equipe de planejamento da URBEL, o PAC II, o PAC I, e as áreas de risco. No entanto, essa decisão esteve condicionada à aprovação do recurso do PAC II no Ministério das Cidades, e, para isso, foi necessário a elaboração pela URBEL de um anteprojeto contendo um custo estimado para a realização da obra. Essa estimativa deveria contemplar a quantidade de remoções previstas, bem como o número de edificações necessárias para o reassentamento das famílias:

Agora, o que a gente encaminhou para conseguir o recurso: a gente tinha a proposta do custo estimado aqui, tinha uma informação de topografia, que tinha sido feita pelo PMI da Serra da via, mas a gente tinha pouca informação de uso, residencial e comercial. Então nós fizemos um projeto - eu chamo até de anteprojeto - para efeito de captar recurso, porque tinha que mandar o projeto para uma planilha em cima das informações que tinha no PMI, com o número de edificações, estimativa de remoções, e o recurso veio pra fazer o alargamento e uma previsão de construção de 120 unidades. (Regina, Diretora de Planejamento da URBEL)

Na nova camada do diagrama da rede sociotécnica, o Programa Vila Viva II também financiado pelo primeiro Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I), por meio do Programa Pró-Moradia, passou a privilegiar as vilas não contempladas pelo Programa Vila Viva I. Com a criação do PAC II cuja diretriz era manter os investimentos nos mesmos locais do

PAC I e nas áreas de risco, o anteprojeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima é criado. Nele, estão associados actantes como a própria rua (bem como o número de veículos que nela circulam atualmente, sua topografia e a quantidade de imóveis nela existente), a estimativa de custos da obra (também associada à topografia e a quantidade de imóveis), o Plano Global Específico da Serra, a obra anteriormente aprovada no Orçamento Participativo de 2011 e o ônibus suplementar 102 (o “amarelinho” da Serra).

Diagrama 3: Origens do Anteprojeto de Alargamento



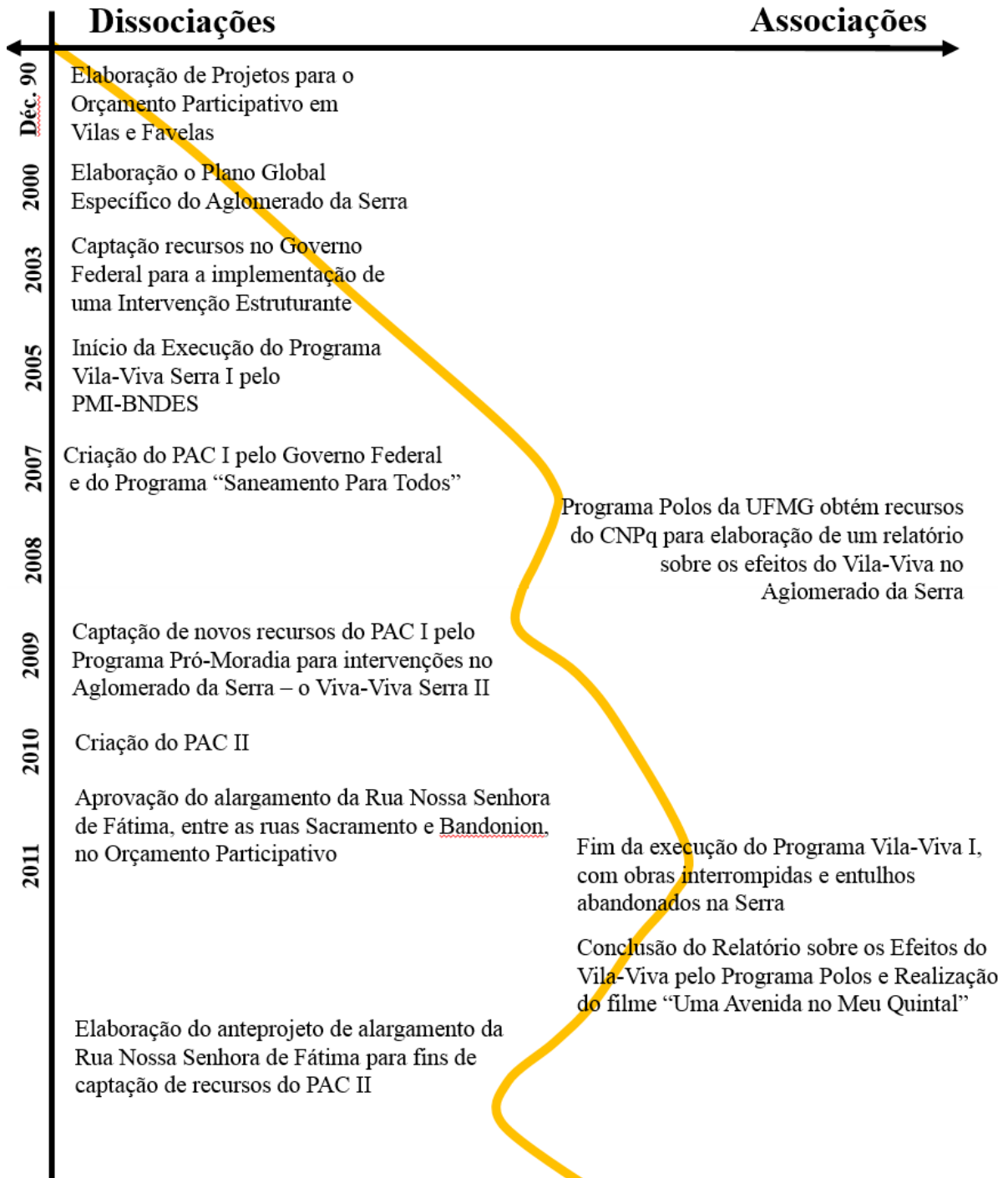
Fonte: Elaboração própria

A elaboração do anteprojeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, dessa forma, levou em consideração apenas algumas informações, como a topografia e a quantidade de imóveis presentes na rua, sem distinção entre comercial e residencial. Nessa rua, no entanto, ao longo de todo o seu trecho (da Savassinha até a terceira água) estão presentes diversos imóveis comerciais, cujo reassentamento, como será visto adiante, não está previsto na Política Habitacional de Belo Horizonte. Por esse motivo, a questão do reassentamento comercial despertou a primeira mobilização para a discussão desse anteprojeto.

Por fim, com o objetivo de compreender o mapeamento inicial dos eventos, ações e associações que resultaram na proposta de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, apresento a primeira parte do Diagrama de Translações. Esse novo diagrama, conforme apresentado, foi construído com base nos principais movimentos de associação e dissociação

envolvidos nos antecedentes da controvérsia em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima.

Diagrama 3: Diagrama de Translações - Antecedentes



Fonte: Elaboração Própria

3. Controvérsia em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima

A partir do presente capítulo, busco descrever a controvérsia em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima. Para melhor compreendê-la, realizo uma divisão de três grandes temáticas que, a meu ver, contribuem para organizar a descrição dos eventos, dos atores e de suas associações, bem como para explicitar as articulações que convergem em torno de determinados temas na controvérsia em questão. Compreendo que, por meio desse recurso analítico, posso estar reduzindo a complexidade dos eventos em torno de todo o processo. No entanto, o recurso de separação me permite recuperar o tensionamento que cada um desses temas gerou entre os actantes envolvidos na controvérsia.

Os três grandes temas são: a questão do reassentamento comercial, a questão do acesso à informação técnica e, por último, a questão da representatividade comunitária. Embora destacados em diferentes momentos na descrição do relato, os três grandes temas serão recorrentes ao longo de todo o processo de discussão do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, e, principalmente, o tema do acesso à informação técnica. Por esse motivo, esses temas serão constantemente retomados no decorrer da minha exposição sobre esse processo. Compreendo, assim, que a separação do relato em três temas contribui para a compreensão do conjunto que compõe a controvérsia em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima.

Além da exposição do relato, mantenho a construção do diagrama da rede sociotécnica. No final do capítulo, apresento como se deu o desfecho da controvérsia em questão.

3.1 A questão do reassentamento comercial

A Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana realizou, no dia 30 de março, sua primeira audiência pública fora da Câmara Municipal em 2011. Os vereadores Autair Gomes (PSC) e Elaine Matozinhos (PTB) se reuniram com moradores do Aglomerado da Serra que devem ser removidos por causa de intervenções viárias do Programa Vila Viva.

A audiência foi realizada na Igreja Batista Sião, que ficou lotada de moradores e comerciantes do Aglomerado. A comunidade está preocupada com as mudanças que a Prefeitura pretende fazer na região, como o alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, uma das principais vias locais. Por causa das obras, mais de 100 moradores e comerciantes terão que ser removidos.

A representante da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel) informou que as obras estão em fase de captação de recursos e elaboração do projeto executivo, e que ainda não têm data para começar. Ela tranquilizou a população e assegurou que todo o projeto será feito em parceria com a comunidade.

A vice-presidente da comissão, Elaine Matozinhos, se comprometeu a estudar a possibilidade de um projeto de lei que garanta aos comerciantes removidos em função de obras do Vila Viva a permanência em localidade próxima ao estabelecimento anterior. (Fonte: Blog do Vereador Autair Gomes¹⁷)

Ao encontrar a reportagem sobre a primeira reunião da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte no dia 30 de março de 2011, compreendi que o processo de discussão do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima no Aglomerado da Serra havia se iniciado muito antes da audiência pública ocorrida no dia 7 agosto de 2013. Por meio desta primeira reunião, foi possível compreender que a questão do reassentamento comercial foi a primeira responsável pela mobilização de comerciantes, lideranças comunitárias e de vereadores diante do anteprojeto de alargamento da rua. Em um primeiro momento, partindo de uma entrevista com Carlos, técnico social da URBEL, entendi que o vereador foi, na verdade, o responsável por despertar essa discussão na Serra:

Foi uma reunião em uma igreja ali no Cafezal, onde ele [Autair Gomes] estava ali mobilizando, mas a princípio não era para ser contrário, mas para trazer à comunidade, evidentemente usando de seu mandato, para ser informada do que estava previsto. Mas naquele momento a gente não tinha garantia ainda do recurso, estava sendo analisado lá no Ministério das Cidades. Aí o que aconteceu, nós apresentamos o que que era a proposta, o número de remoções que tava previsto, porque o anteprojeto já definia em torno de 170 remoções considerando toda a extensão do alargamento, que iria desde a 2ª água até a Savassinha (Carlos, técnico social URBEL).

No entanto, sobre essa reunião, Francisco me contou que, ao tomar conhecimento da possibilidade de aprovação do anteprojeto de Alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima no Ministério das Cidades em uma das reuniões do [CONFORÇA] ele procurou o Vereador Autair Gomes para a realização de uma audiência pública no Aglomerado da Serra. Essa audiência tinha como principal objetivo a discussão de alternativas de [reassentamentos para os comerciantes]

A gente não queria que o povo fosse prejudicado com indenizações irrisórias que não davam para eles adquirirem um outro comércio. Aí quem pediu essa reunião foi eu mesmo, porque nós estávamos querendo que o PAC 1 ou o PAC 2, ou se tivéssemos condições de entrar no Orçamento Participativo, nos

¹⁷ Disponível em <http://vereadorAutairgomes.blogspot.com.br/2011/04/audiencia-publica-aglomerado-da-serra.html> acesso 8 de maio de 2015

fornecesse recurso para construir dois ou três centros comerciais que beneficiassem a todo comerciante que pagava aluguéis, pai de família que pagava aluguel, para sobreviver. Então a gente queria que esses centros comerciais fossem construídos para não tirar o comércio da Serra. (Francisco, liderança comunitária)

José, além de Francisco, também teve participação na audiência pública. No entanto, segundo José, a proposta de construção de centros comerciais na Serra para o reassentamento do comércio seria apropriada por interesses diversos, tanto de vereadores locais que queriam boicotar as lideranças comunitárias quanto por empresários locais, que construíram centros comerciais privados:

Nós abaixamos o galho e os outros pegam a fruta. Então fizemos essa audiência pública e vieram dois parlamentares, e junto veio a URBEL. Nós, em vez de sermos beneficiados, nós demos uma grande oportunidade para sermos achacados! Porque levamos aquela ideia de construir os conjuntos para o comércio que fosse removido. Mas aconteceu tudo ao contrário! E alguém falou, que era um candidato à vereador que estava na reunião de penetra, que não foi convidado, que não deixaria esse projeto passar para boicotar a liderança comunitária! Elas é que levaram essa ideia e isso não poderia acontecer. Aí outras pessoas, inclusive outros comerciantes, pegou o embalo, atrelou com a URBEL e com o vereador, que foi eleito, e tem conjunto de shopping dentro do aglomerado aí agora, que pegou uma proposta nossa. (José, liderança comunitária)

O Shopping mencionado por José é o “Serra Shopping”, localizado na Savassinha. Como descrito anteriormente, ele foi inaugurado no início de 2013, abrigando cerca de 30 stands de vendas na Rua Passarela, inicialmente negociado a cerca de R\$ 800,00 o aluguel (além de três alugueis adiantados como garantia da permanência do locatário). Atualmente um novo centro comercial está sendo construído entre as ruas Alípio Goulart e Desembargador Mário Matos, o Serra Center. Segundo Francisco, tanto o Serra Shopping quanto o Serra Center partiram de ideias das lideranças comunitárias para os comerciantes da Serra que foram apropriadas pelos empresários locais.

Figura 8: Serra Center

Fonte: Arquivo próprio

Embora tivesse sido posteriormente apropriada por interesses particulares, a proposta de construção de centros comerciais para o reassentamento dos comerciantes da Rua Nossa Senhora de Fátima ao longo do processo de discussão do anteprojeto de alargamento dessa rua foi bastante recorrente. Para que essa proposta fosse concretizada, no entanto, haveria a necessidade de uma reformulação na lei nº 7.587/98 e na lei 8.566/03, que institui o Programa de Reassentamento de Famílias Removidas em Decorrência da Execução de Obras Públicas (PROAS)¹⁸ e o bolsa-moradia¹⁹, respectivamente. Nesse sentido, como descrito na reportagem acima, a vereadora Elaine Matozinhos, vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, se comprometeu a estudar a possibilidade da criação de um projeto de lei que garantisse o reassentamento comercial:

Eu me lembro de ter feito um projeto de lei para garantir a esses comerciantes um espaço, uma área onde fosse construído um mini shopping que garantisse a eles a estabilidade que eles sempre tiveram no local. Isso foi uma coisa muito debatida. Tem pessoas há muitos anos ali, eu me lembro, inclusive, de pessoas

¹⁸ De acordo com o Art. 2º, o beneficiário do PROAS deverá atender aos seguintes requisitos: I - possuir renda familiar de até 5 (cinco) salários mínimos; II - não possuir outro imóvel em nome próprio, nem do cônjuge ou companheiro, no Município ou região metropolitana de Belo Horizonte; III - renunciar expressamente ao direito de pleitear, judicial ou administrativamente, eventual indenização pertinente a realização de benfeitorias na área pública a ser desocupada, conforme legislação em vigor; IV - não ter sido beneficiado por este ou outro programa de assentamento municipal; V - ser ocupante da área pública pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses; VI - ser proprietário da benfeitoria; VII - estar dentro dos parâmetros definidos pelo Conselho Municipal de Habitação. O art. 3º prevê o imediato assentamento (respeitado valor de referência definido pelo Conselho Municipal de Habitação); apoio para a desocupação da área e para o assentamento; direito de transferência e vaga em escolas. Fonte: Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. Disponível em <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1004134> acesso 10 de junho de 2015.

¹⁹ O Bolsa-Moradia é um benefício do Programa Municipal de Assentamento -PROAS e atende famílias que estão sem moradia em função de remoção e decorrência de obras públicas, vítimas de calamidade, que residem em habitações precárias em áreas de risco e ainda famílias que habitam ruas e viadutos da cidade. Fonte: Diário Oficial do Município de Belo Horizonte. Disponível em <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1004134> acesso 10 de junho de 2015.

da cidade de São José do Goiabal. Nesse dia eu fiz um ofício reivindicando isso, porque essas pessoas tinham resistência, realmente, à desapropriação. O comércio não queria, definitivamente, a saída deles de lá. (Vereadora Elaine Matozinhos)

O PROAS, criado em 1998, ainda embasa a política municipal de habitação de Belo Horizonte. Nele, no entanto, há apenas especificações de requisitos para o reassentamento de famílias pertencentes aos imóveis residenciais, não abrangendo também os imóveis comerciais. Sendo assim, os comerciantes removidos em virtude da execução de obras públicas são, atualmente, indenizados pelo poder público apenas pelas benfeitorias realizadas, ou seja, os gastos do proprietário com a construção do imóvel. Os comerciantes, nesse sentido, deixam de ser indenizados pelos lucros cessantes - aquilo que o comerciante deixou de auferir com a demolição de sua fonte de renda (FERNANDES, PEREIRA, 2010). Além do PROAS, a Lei 8.137/00, promove a revisão do Programa Municipal de Regularização de Favelas – PROFAVELA – e regulamenta as Zonas Especiais de Interesse social – ZEIS -, objetivando estabelecer critérios especiais de parcelamento, ocupação e uso do solo. Essa última lei prevê que o uso predominante nas ZEIS é o residencial, sendo admitido o uso não residencial e misto, desde que compatíveis com o uso residencial.

Partindo da legislação vigente no Município de Belo Horizonte e das conquistas constitucionais de proteção aos assentamentos informais, é possível visualizar diversas controvérsias em torno da questão do comércio na favela. Explica Mônica Bedê e Heloísa Costa (2006) que o movimento por moradia, organizado nacionalmente, eclodiu na década de 80 por meio de ocupações urbanas organizadas e foi o grande responsável por iniciar um debate em torno de uma política de habitação de interesse social. Gestado na década de 70 pelas militâncias sindicais e pelas Comunidades Eclesiais de Base, esse movimento definiu os rumos da política habitacional do país a favor da universalização do acesso à moradia. No âmbito municipal, a década de 80 foi marcada pela criação do Programa Municipal de Regularização das Favelas, o PROFAVELA, e da definição de parâmetros urbanísticos específicos para esse tipo de assentamento. Na década seguinte, o município de Belo Horizonte constituiu o Fundo Municipal de Habitação, destinado a financiar a Política Municipal de Habitação, tendo como órgão proponente e executor dessa política e gestor do fundo a URBEL. Essa política, bem como a legislação municipal de regulação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), assim, objetivam assegurar o direito à habitação partindo da garantia da regularização da posse, da habitabilidade, da acessibilidade e do direito aos serviços urbanos. Embora o exercício de atividade comercial esteja prevista nas ZEIS, a legislação vigente apenas prevê garantias de

permanência e de reassentamento às moradias presentes nesses espaços. Isso revela como, tanto no âmbito constitucional quanto no histórico do movimento pela moradia, a favela é encarada como um assentamento exclusivamente habitacional. Ainda que seja predominante o uso residencial nas favelas, a presença do comércio é imprescindível para a garantia de acesso à bens e serviços, bem como para a geração de emprego e renda dentro da comunidade, como revelou a mobilização em torno da proposta de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima. Diante disso, é possível levantar os seguintes questionamentos, que contribuem para uma maior visualização em torno da controvérsia sobre a questão comercial nesse processo: Qual é o lugar do comércio na favela? Seria essa uma atividade restrita à cidade formal? É condizente, no sentido da garantia de direitos de permanência, compreender as Zonas de Interesse Social como zonas exclusivas de moradia?

Em relação às políticas de intervenção urbana recentes no Aglomerado da Serra, o alargamento da Avenida do Cardoso gerou remoções de diversos comerciantes, principalmente no local onde atualmente localiza-se a Praça do Cardoso. Sobre a indenização comercial nesse trecho, foi possível identificar alguns comerciantes que conseguiram comprar novos espaços comerciais, e até mesmo ampliá-los. Isso se deu porque o valor das indenizações pago pela URBEL, no início do Programa Vila Viva, era mais elevado do que a média de preços dos imóveis da Serra, como conta João, dono de um grande depósito de material de construções da Rua Bandonion:

Com o dinheiro da indenização foi possível comprar esse galpão e passar o depósito pra cá. O ponto agora está muito melhor, e ainda deu para ampliar mais, colocar mais mostruários. Hoje as pessoas gastam mais dinheiro com acabamento, então isso é necessário. Mas teve muita gente que não recebeu nada ou muito pouco, e não conseguiu continuar aqui na Serra. (João, dono de depósito de material de construções).

Embora tenham tido alguns casos exitosos com a implementação do Vila Viva, como o caso de João, a maioria dos comerciantes não obtiveram o mesmo sucesso, principalmente aqueles que pagavam aluguel. Ainda, o pagamento das primeiras indenizações por parte da URBEL elevou o valor dos imóveis da Serra. Isso ocorreu, segundo Frida, porque os moradores e comerciantes – proprietários dos imóveis – que recebiam essa contrapartida, em geral, procuravam outros imóveis dentro Serra:

Quando eles começaram a remoção daquilo que a gente chamava de Sapolândia²⁰, foi muito bom para aquelas pessoas, a indenização era uma quantia que dava pra comprar uma casa boa aqui dentro da comunidade. Então as pessoas gostaram muito daquele projeto, porque elas queriam sair dali e não tinham como. Mas na medida que ele foi subindo, aí que começou a especulação imobiliária. Uma casa aqui que era 50 mil foi para 200! Uma casa que era 10 foi para 100! Mas o valor da indenização não aumentou. E não foi só aqui na comunidade, né? No Brasil inteiro. O valor dos imóveis em dois anos aumentou demais! Então aqui seguiu o mesmo ritmo, e aqui com o Vila-Viva acontecendo. As pessoas queriam receber o dinheiro e continuar morando aqui. (Frida, moradora da Serra e vice-diretora da Escola Estadual Edson Pisani)

Assim, o valor pago pelas indenizações pela URBEL, nas etapas finais do Programa Vila Viva, passou a ser bastante questionado entre os comerciantes e moradores. No entanto, diferente dos moradores, os comerciantes não possuíam alternativas para além da indenização pela benfeitoria, e assim não possuíam a garantia da mudança para outro ponto comercial. Como no alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima estava prevista a remoção de, aproximadamente, 50 comerciantes, a questão da indenização comercial ganhou mais destaque.

Como encaminhamento da audiência, a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte solicitou, por meio do requerimento nº 213/2011 (Anexo A), a realização de estudos para possíveis reformulações na legislação vigente no município visando possibilitar o reassentamento de imóveis comerciais. Um mês depois, no dia 29 de abril de 2011, a Divisão de Consultoria Legislativa concluiu o **Estudo Técnico** Referente à Possibilidade de Reformulação da Leis nº 7.597/98 e 8.566/03 visando a permitir o reassentamento de empresas comerciais no Aglomerado da Serra (Anexo B).

Em primeiro lugar, no Estudo Técnico, Patrícia Gonçalves (2011), compreendeu que a atividade comercial presente dentro das ZEIS devem ser vistas como de interesse social, e não simplesmente como de interesse particular de seus proprietários. No entanto, a autora compreendeu que a criação de uma legislação que visasse garantir a proteção de atividades comerciais dentro das ZEIS poderia entrar em conflito com as prioridades de direcionamento de recursos e investimentos nas áreas de interesse social providas do Fundo de Habitação Popular. Nesse sentido, a autora afirma que,

do ponto de vista técnico, a solicitação da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana não deveria ser solucionada por meio de uma proposta de alteração na Lei nº 7.597/98, que vem garantir moradia digna para famílias

²⁰ Sapolândia, segundo a entrevistada, se refere a região da 1ª Água, o Córrego do Cardoso, onde haviam muitas famílias morando antes da intervenção do Vila-Viva I. Essas famílias, segundo a entrevistada e técnicos da URBEL, sofriam com constantes problemas por conta das enchentes do córrego e de saneamento básico.

pertencentes a grupos sociais desfavorecidos e em situação de risco ou precariedade e se insere na política habitacional instituída para o Município. Deve-se pensar na questão como uma nova política, ainda que complementar a política habitacional em vigor, no sentido de promoção de possibilidade de geração de renda para as populações residentes em tais áreas (GONÇALVES, 2011)

O Estudo Técnico sugeriu, ainda, a realização de uma discussão envolvendo a URBEL, o Conselho Municipal de Habitação, o movimento popular de luta pela moradia e representantes da comunidade envolvida, sobre a necessidade de se instituir leis específicas para a proteção das atividades não-residenciais em ZEIS. Como não havia, nesse período, a garantia de recursos extraordinários para a realização do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, essa discussão permaneceu pendente na Câmara dos Vereadores.

Em agosto de 2012, quando o recurso do PAC II já estava garantido para a realização da obra, a Vereadora Elaine Matozinhos promoveu uma nova audiência pública no auditório da URBEL para a discussão das possibilidades legais de reassentamento de imóveis não residenciais. Segundo Carlos,

Depois dessa reunião dentro da comunidade, a Elaine Matozinhos promoveu uma reunião dentro da URBEL levando, inclusive, o pessoal do Programa POLOS, o pessoal da defensoria pública. Aí foi uma reunião que teve uma abrangência até interessante porque juntou todo mundo: aqueles que queriam entender melhor a proposição, que queriam fazer alguns questionamentos, e também pessoas e entidades que vieram, de antemão, já contrárias. A presidência da Urbel estava presente, os vereadores, e representantes do Polos, eu lembro que o Bruno, psicólogo, estava. (Carlos, técnico social URBEL)

Bruno, coordenador do Programa Polos presente nessa reunião, revelou que a sua instituição já tinha algum conhecimento sobre essa proposta de alargamento. Segundo Bruno, muitos moradores e comerciantes já haviam procurado o núcleo de mediação anteriormente a essa audiência pública para esclarecer dúvidas sobre essa proposta, devido a algumas visitas de técnicos da URBEL à Rua Nossa Senhora de Fátima. Carlos conta que, ele mesmo, um técnico social e uma equipe de engenharia, assim que o recurso foi aprovado, fizeram um levantamento prévio com base no anteprojeto, das moradias e do comércio, “que eram aproximadamente 120 moradias e 40 comércios, mais ou menos. Aí com isso a gente mensurava com isso o recurso necessário para o pagamento de indenização” (Carlos, técnico social URBEL). Bruno conta que:

A gente ouvia rumores das pessoas... e isso nas audiências que nós fizemos isso ficou muito claro: como as pessoas não tinham ideia do que estava acontecendo. E assim elas recorriam ao núcleo para buscar algum tipo de

informação: “nós vimos o pessoal da URBEL aqui”, e aí nós começamos a ouvir esse barulho todo. Aí vinha essa dúvida toda, se ia ser obra do Vila-Vila II... e aí nesse contexto que a gente tava procurando nos situar, nós fomos convocados para participar dessa reunião lá na URBEL. (Bruno, coordenador do Programa Polos da UFMG)

O coordenador do programa Polos contou, ainda, que, nessa reunião, ficou bastante clara a distinção de interesses presentes sobre a questão do alargamento da rua, como também foi mencionado por Carlos. Isso revela como, mesmo antes do anteprojeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima ter sido aprovado no Ministério das Cidades, grupos já estavam sendo constituídos diante dessa questão dentro da comunidade:

A maior parte do público dessa reunião era de **comerciantes** existiam alguns poucos **moradores**. Era muito interessante, porque ficou uma reunião dividida, do lado direito sentaram alguns poucos moradores, mais à frente os proprietários de comércio, e do lado esquerdo ficou a maior parte das pessoas, os outros comerciantes (Bruno, coordenador do Programa Polos da UFMG)

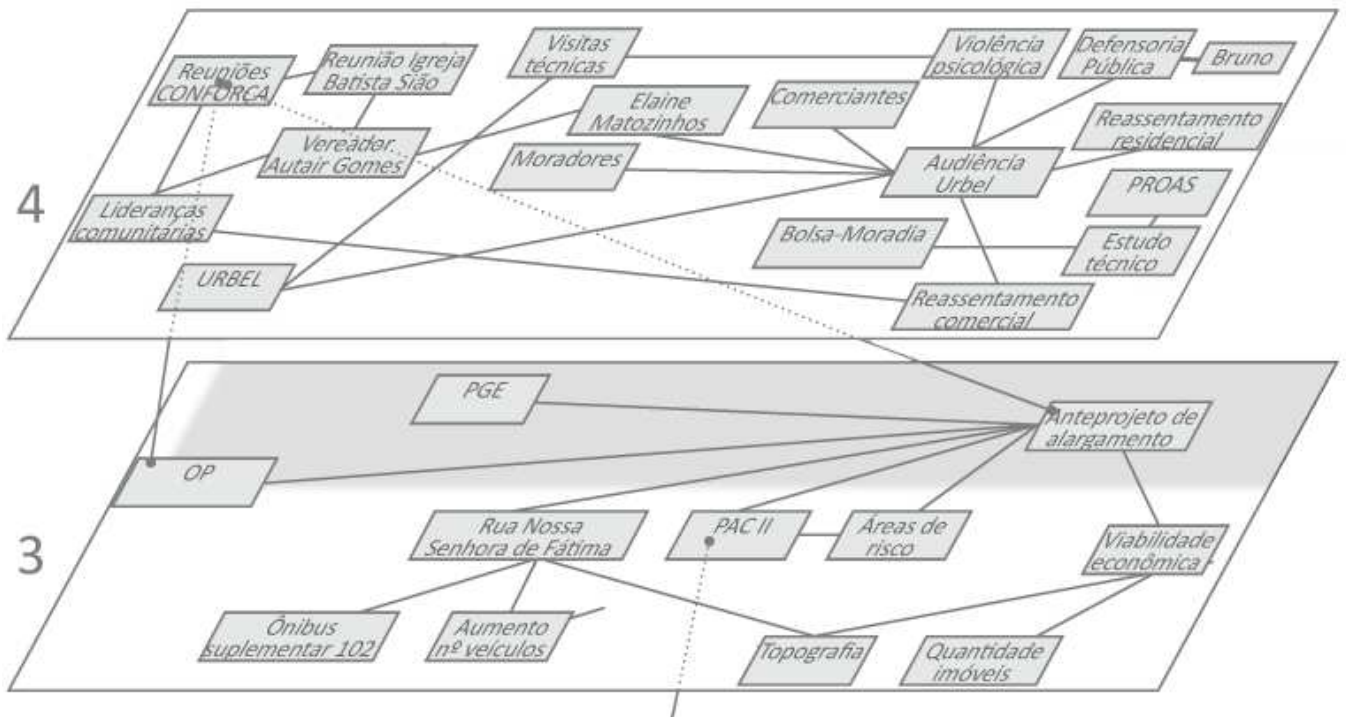
Embora a reunião tenha tido o objetivo de discutir o reassentamento de imóveis comerciais, segundo Carlos, uma outra questão bastante debatida nesse espaço pelo Programa Polos e pelos moradores presentes foi a do **reassentamento de residencial**. Uma vez que o financiamento foi formalizado perante o Governo Federal, a URBEL deu início à etapa de prospecção de terrenos destinados ao reassentamento das famílias no entorno imediato à Vila, já que, segundo Regina, “dentro da Vila não havia mais local” (Regina, diretora de planejamento da URBEL). Uma das alternativas encontradas pela Prefeitura de Belo Horizonte foi o reassentamento na região do bairro Granja de Freitas, localizado na divisa com o município de Sabará, na Região Leste de Belo Horizonte. No entanto, segundo Carlos, a Prefeitura de Belo Horizonte, naquele momento, estava aberta a buscar alternativas de reassentamento para as famílias removidas:

Quando a gente foi questionado sobre o processo de remoção e reassentamento das famílias a gente começou a procurar alternativas. Uma coisa que foi colocada oficialmente pela instituição: é que, as famílias que estavam no trecho, que eram passíveis de serem reassentadas habitacionalmente falando, se elas não aceitavam a proposta de ir para o Granja de Freitas, a prefeitura se dispunha a buscar áreas remanescentes aqui e construir aqui dentro! Isso não foi descartado, absolutamente! A prefeitura não se fechava em fazer o reassentamento aqui não, isso nunca foi negado, tá certo? (Carlos, técnico social URBEL).

Além da questão do reassentamento de comerciantes e de moradores nessa audiência pública, Bruno apontou sobre a questão da **violência psicológica** à comunidade provocada pela falta de informação da URBEL sobre o projeto de alargamento. Nessa ocasião, ele sugeriu que o anteprojeto de alargamento da rua fosse disponibilizado ao Programa Polos para que pudesse ser apresentado à comunidade:

Eu até fiz uma sugestão ao presidente da URBEL na época: diferente de outras ocasiões que eles contratam uma empresa para fazer esse processo de elaboração do projeto, e aí só depois que o projeto está acabado eles vão discutir com a comunidade, eu sugeri que eles disponibilizassem o projeto de imediato para a comunidade, com o que eles já tinham. Eu justifiquei, falei que esse clima de insegurança e incerteza que os moradores cotidianamente viviam, e isso acaba potencializando a ocorrência de mais conflitos entre os moradores, não só envolvendo a questão dos comerciantes. E aí o presidente da URBEL concordou e falou que disponibilizaria os projetos e tudo que já tinha sido feito pela URBEL. (Bruno, coordenador do Programa Polos da UFMG)

Ampliando o diagrama da Rede Sociotécnica, e, retomando os acontecimentos anteriores, uma vez que as **lideranças comunitárias** Francisco e José tomaram conhecimento do anteprojeto de alargamento por meio das **reuniões do CONFORÇA**, recorreram aos **vereadores Autair Gomes e Elaine Matozinhos** para tratar da questão dos comerciantes. As lideranças, com os vereadores, construíram uma proposta de **reassentamento comercial** associada a uma modificação no Programa de assentamento de famílias removidas em decorrência de execução de obras públicas (PROAS). Essa proposta gerou um **Estudo Técnico** Referente à Possibilidade de Reformulação da Leis nº 7.597/98 e 8.566/03, que instituem o PROAS e o **Bolsa-Moradia** respectivamente. A partir desse estudo, foi realizado uma **audiência pública na URBEL**, onde estiveram presentes o presidente da URBEL, a Vereadora Elaine Matozinhos, moradores e comerciantes da Serra, a **Defensoria Pública** e **Bruno** representante do Programa Polos da UFMG. Nessa audiência, foram discutidos os temas do **reassentamento residencial** e comercial, bem como foi ressaltado por Bruno o clima de insegurança instaurado na Serra pela falta de informação, bem como a **violência psicológica** causada pelas visitas técnicas no projeto.

Diagrama 4: A questão do reassentamento comercial

Fonte: Elaboração própria

A audiência pública realizada na URBEL em meados de 2012, convocada pela vereadora Elaine Matozinhos, segundo os relatos, embora nela estivessem representados diferentes pontos de vistas sobre o anteprojeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, pareceu ter caminhado para um consenso entre os diversos atores. Sobre a questão do reassentamento comercial, principal mobilizadora da audiência, embora, segundo a vereadora Elaine Matozinhos, nesse momento “foi ressaltado a dificuldade legal que teríamos para modificar a lei para garantir aos comerciantes o reassentamento” (Vereadora Elaine Matozinhos), a própria vereadora encaminhou um projeto de lei para que esse reassentamento ocorresse na obra prevista. Em relação aos moradores presentes, embora houvesse discordância em relação ao reassentamento no bairro Granja de Freitas, a Prefeitura de Belo Horizonte se abriu à possibilidade de reassentamento dentro da própria comunidade. Por fim, sobre a questão do clima de insegurança que havia se instaurado na comunidade devido à falta de informação sobre a obra prevista, ressaltada pelo Programa Polos da UFMG, a URBEL se mostrou aberta a disponibilizar o anteprojeto de alargamento à essa instituição.

Tento em vista os três grandes temas eleitos como fundamentais para a compreensão de todo o processo de discussão e rejeição do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, é possível afirmar que o primeiro tema, o do reassentamento comercial, foi o catalizador da

mobilização dos actantes em torno dessa questão. A questão do acesso à informação já se manifestou até o momento acima descrito, embora, até então, a informação técnica tenha sido reivindicada entre um número de atores restritos: lideranças comunitárias, vereadores e alguns comerciantes da rua. No entanto, a proposição de Bruno sobre a disponibilização do anteprojeto contribuiu, dentro da controvérsia em questão, para o surgimento e para o agravamento dessa nova temática. Por fim, a questão da representatividade das lideranças comunitárias ainda não demonstrou sinais de fragilidade. Pelo contrário, até o relato presente sobre a controvérsia em torno do alargamento da rua, a liderança comunitária representou uma peça essencial na definição dos rumos de todo esse processo.

3.2 A questão do acesso à informação

Aí saímos de lá com o encaminhamento que o projeto seria disponibilizado. Mas, como sempre, eles não disponibilizaram e nós tivemos que oficiar o Ministério Público Federal para ele solicitar à URBEL, que só assim atendeu à solicitação. Nós do Polos pegamos o projeto e a primeira surpresa que nós tivemos foi a de que esse levantamento inicial já era um cadastro completo com fotos, identificação das famílias, nome das pessoas, etc. Agora, o que seria feito com o projeto disponibilizado, a URBEL não sinalizou nada. (Bruno, coordenador do Programa Polos da UFMG)

As ações do Programa Polos de Cidadania da UFMG, segundo Bruno, nesse período, estavam centradas na mediação dos conflitos provenientes do Programa Vila Viva no Aglomerado Santa Lúcia. Essas ações constituíam-se na realização de reuniões e de assembleias comunitárias, visitas às casas com aplicação de questionários socioeconômicos, além de diálogos interinstitucionais com o intuito de mediar a política habitacional nesse espaço (Carvalho et al., 2013). Ainda segundo Bruno, na Audiência Pública realizada pela vereadora Elaine Matozinhos, ele descobriu problemas em relação à contagem das famílias destinadas à remoção com o Vila Viva no Santa Lúcia. Devido aos atritos em relação aos moradores e ao poder público sobre a retirada de casas desse Aglomerado, Bruno conta que

nós ficamos sabendo, nessa audiência pública, que lá eles tinham feito a contagem de casas pelo Google Maps de imagem de satélite, e chegaram a um acordo com o Ministério Público completamente fictício de famílias removidas (Bruno, coordenador do Programa Polos da UFMG).

Ao tomar conhecimento das irregularidades sobre a contagem de casas no Aglomerado Santa Lúcia, o Polos iniciou um processo de divulgação das informações oficiais sobre os

imóveis destinados à remoção e de localização das casas a serem removidas em mapas impressos. Esses mapas foram disponibilizados em três pontos do Aglomerado Santa Lúcia por estagiários desse programa - na Avenida Nossa Senhora do Carmo, na Barragem Santa Lúcia e em uma igreja na Vila Santa Rita – mas, segundo Bruno, “foi um processo super tenso e pouco planejado” (Bruno, coordenador do Programa Polos da UFMG).

No Aglomerado da Serra, o Programa Polos da UFMG, nesse período, estava focada na mobilização contra os problemas gerados pelo Vila-Viva I na comunidade. Conta Frida, que, nesse período, ela e o Programa Polos começaram a acionar judicialmente, via Ministério Público, a Prefeitura de Belo Horizonte e a URBEL pelos caminhos interditados e pelos entulhos deixados no Aglomerado. Além disso, buscaram convocar uma audiência pública para que essas instituições fossem pressionadas a solucionar esses problemas.

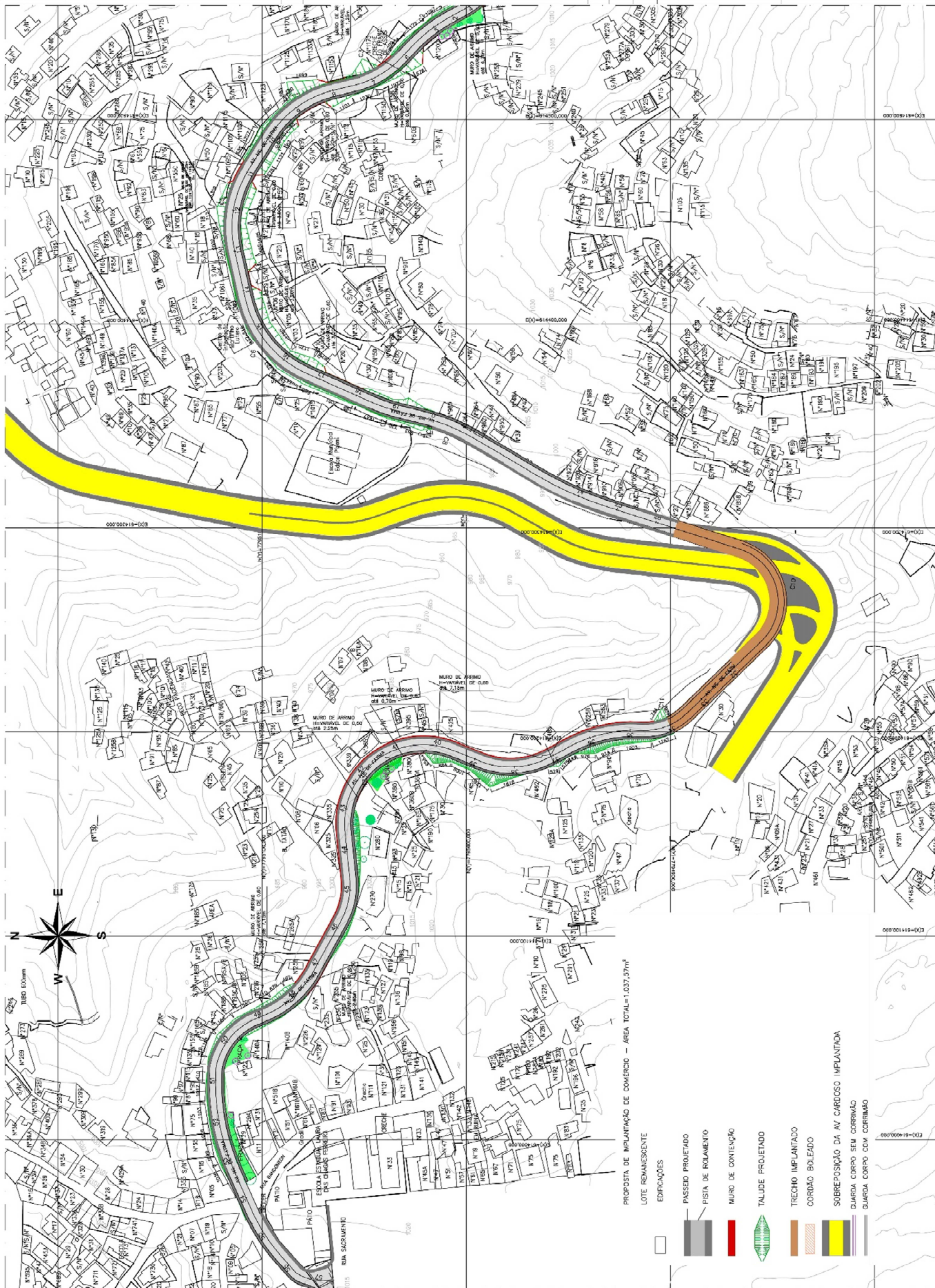
Uma vez que o Programa Polos da UFMG passou a ter acesso ao anteprojeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima via Ministério Público Federal, suas ações diante do Aglomerado da Serra tomaram um novo rumo. Prevendo o acesso apenas a informações incipientes sobre o alargamento, o Polos obteve, além do anteprojeto de alargamento, o cadastro de remoção com as fotos, endereço e nome de todos os moradores e comerciantes dessa rua. Nesse cadastro, ainda havia especificações das áreas dos imóveis e do uso dos mesmos – comercial ou residencial. Esse cadastro havia sido realizado por uma equipe da URBEL composta por Carlos e por outros técnicos, como mencionado anteriormente. Fato esse que, diante das visitas e da contagem das moradias, despertou a primeira preocupação nos moradores e comerciantes.

Figura 9: Trechos do caderno do cadastro de remoções de moradores e comerciantes da Rua Nossa Senhora de Fátima

OBRA / EMPREENDIMENTO / OP	TRECHO:	BARRO:	CP:	PLANTA:	ZONA:	FR:				
Abertura de rua - Nossa Senhora de Fátima	Entre a Rua N.S de Fátima nº 595 a a Savassi/Inha	Vila Nossa Senhora de Fátima	-	-	-	-				
QUADRA	LOTE	CT Nº	EDIF.	PROPRIETÁRIO	ENDEREÇO	ETAPA / POS	ÁREA (M²)	EDIFICAÇÃO	DOBTOS	OBSERVAÇÕES
-	53	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 210	-	43,71	-	-	-
-	54	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 235	-	55,33	-	-	-
-	55	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 235A	-	46,18	-	-	1º andar
-	56	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 238B	-	46,19	-	-	2º andar
-	57	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 235C	-	27,51	-	-	-
-	58	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 258	-	75,07	-	-	-
-	59	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 262	-	75,07	-	-	-
-	60	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 58	-	-	-	-	-
-	61	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 280	-	-	-	-	-
-	62	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 280	-	104,34	-	-	-
-	63	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 280	-	104,34	-	-	comércio
-	64	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 288	-	24,47	-	-	remoção parcial - escada
-	65	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 290	-	60,03	-	-	casa - frente
-	66	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 290	-	60,03	-	-	casa - fundos
-	67	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 330	-	46,63	-	-	-
-	68	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 330A	-	52,45	-	-	1º andar
-	69	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 330A	-	52,45	-	-	2º andar
-	70	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 342	-	52,45	-	-	2º andar
-	71	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 362	-	53,83	-	-	-
-	72	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 370	-	46,70	-	-	-
-	73	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 400	-	41,77	-	-	1º Andar
-	74	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 400	-	41,77	-	-	1º Andar
-	75	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 410B	-	41,77	-	-	2º andar
-	76	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 420	-	65,42	-	-	garagem
-	77	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 420	-	65,42	-	-	2º andar
-	78	-	-	-	Rua N. Senhora de Fátima, 420	-	65,42	-	-	1º andar

CADASTRO TÉCNICO PARA FINS DE REMOÇÃO		ÁREA CONSTRUIDA	COMPLEMENTO	1º e 2º Andar
PROPRIETÁRIO	RESPONSÁVEL	147,28		
OCCUPANTE	OCCUPANTES			
USO DOMICÍLIO	RESIDENCIAL			
EDIFICADORA	EDIF.			
EDIFICAÇÃO	EDIF. Nº			

Fonte: Programa Polos UFMG



Além dos documentos relativos às intervenções na Rua Nossa Senhora de Fátima, conta Frida que o Polos obteve a documentação de outras intervenções do Programa Vila Viva II no Aglomerado da Serra, previstas na Vila Nossa Senhora da Conceição, no Vila Nossa Senhora Aparecida e no Novo São Lucas²¹ financiadas pela Caixa Econômica Federal. Segundo Bruno, a metodologia de trabalho de exposição de mapas aos moradores, desenvolvida no Aglomerado Santa Lúcia, foi reelaborada para essas intervenções previstas no Aglomerado da Serra.

Nós dividimos o Aglomerado nessas três áreas e realizamos diversos grupos de discussão desses projetos, grupos pequenos, onde a gente colocava o projeto na mesa, disponibilizava esse cadastro das pessoas que seriam removidas, tirava dúvidas, e problematizávamos com a comunidade e levantávamos dúvidas que pudessem ser dúvidas não somente individuais, mas que pudessem atender àquela coletividade. Os encontros eram na rua, em igrejas, centros comunitários que foram disponibilizados na época. (Bruno, coordenador do Polos da UFMG)

Entre os meses de setembro a dezembro, a exposição das intervenções previstas no Aglomerado da Serra aos moradores visava levantar questões para serem expostas em uma nova audiência pública, convocada pelo próprio Programa Polos da UFMG. Nessa audiência, realizada no dia 12 de dezembro de 2012, a expectativa era de que a URBEL respondesse aos questionamentos da comunidade diante dessas intervenções.

Em relação ao anteprojeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, as ações de mobilização deram-se em reuniões mobilizadas pelo Polos em igrejas dentro da comunidade.

²¹ As intervenções do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra – Parte II consistem na urbanização de vias, tratamento de áreas de risco e recuperação ambiental, remoção de famílias e seu reassentamento em unidades habitacionais a serem construídas, conforme relacionado abaixo: Construção de 212 unidades habitacionais sendo 32 na área de reassentamento denominada UH União, localizada na Rua União esquina com Rua Herval, na Vila Nossa Senhora da Conceição, e 180 unidades na área de reassentamento denominada UH Campo, localizada na Rua F, nas proximidades do Conjunto Jorge Dário já implantado pelo Programa Vila Viva, na Vila Nossa Senhora Aparecida. Cada um dos conjuntos habitacionais é composto por tipologias verticalizadas de 4 pavimentos de 16 e 08 unidades por blocos de apartamentos de 2 e 3 quartos, além de áreas verdes e de estacionamento. A urbanização de vias prevê a abertura da Rua José Dircio, na Vila Nossa Senhora da Conceição, a meia encosta no talvegue da Rua União, interligando as Ruas Herval e Oriente, com uma largura de 7,70m de caixa e extensão de 370m. Além dela há previsão de urbanização dos becos Estrela Dalva e Dirão, também na Vila Nossa Senhora da Conceição, e sua interligação, na extensão de aproximadamente 180m entre a Rua Dr. Camilo e o Beco das Flores para o Beco Estrela Dalva e a Rua Sacramento para o Beco Dirão, ambos com largura média de 1,20m. Por fim, está previsto o tratamento do talvegue da Vila Novo São Lucas – Parque Talvegue - entre as Ruas Regência e América, caracterizado por área de risco alto e muito alto, cuja intervenção prevê a remoção dos moradores da área, a recuperação ambiental da mesma com a implantação de revegetação e becos nos seus limites para instalação de infraestrutura de saneamento básico, principalmente redes de esgotamento sanitário. Fonte: Diário Oficial do Município, 19 de julho de 2012. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1084415>> acesso 14 de maio de 2015.

Nessas reuniões, o anteprojeto foi exposto pelo Programa Polos aos moradores e comerciantes, como conta Antônio:

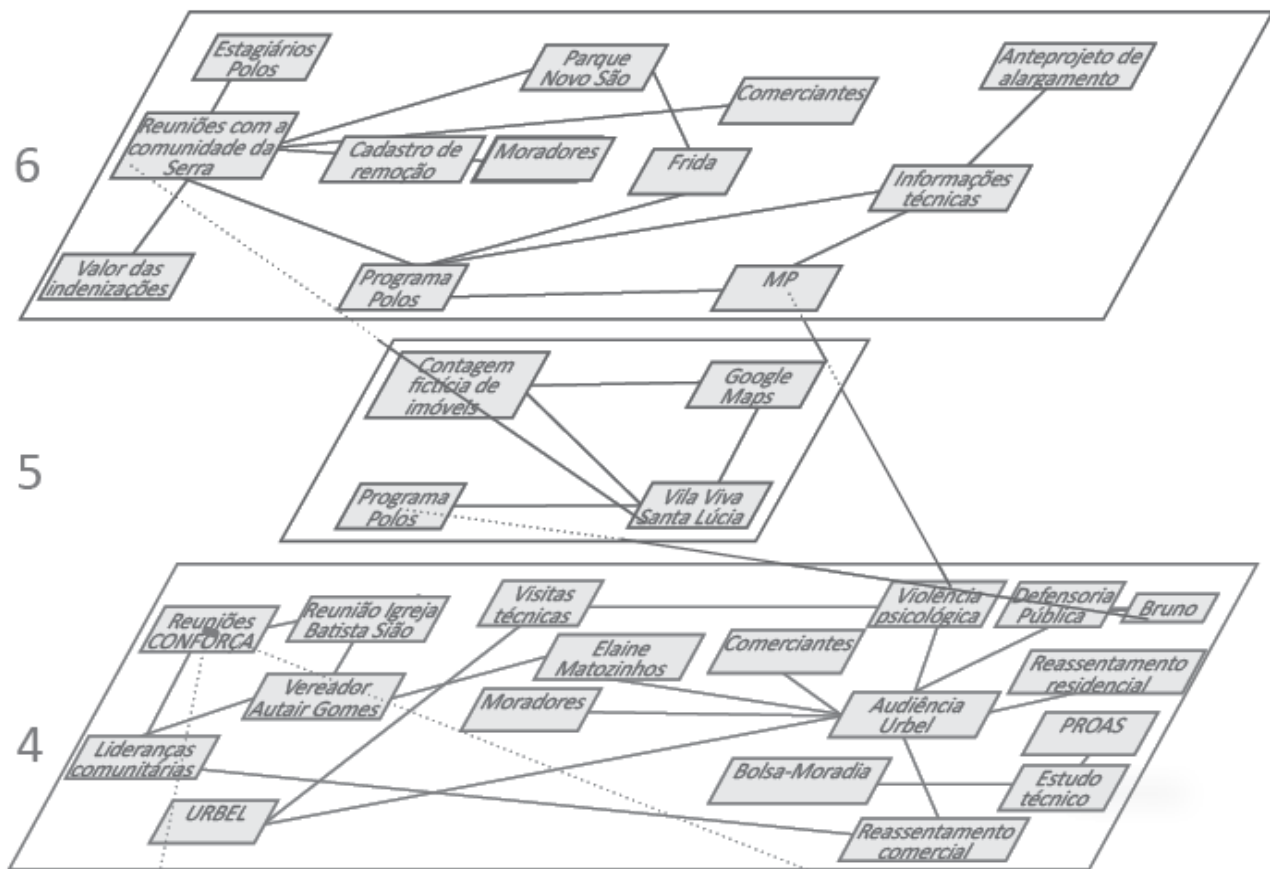
Eu lembro de serem reuniões basicamente em algumas igrejas, que inclusive eram reuniões cheias, em que surgia muito essa dúvida do reassentamento de comércios. Quem acompanhou mais esse processo fui eu e a equipe de estagiários da mediação comunitária. A gente tocava essas assembleias e respondia às dúvidas dos moradores quanto aos valores das indenizações, apontávamos no projeto as casas que estavam previstas para a remoção, então a gente levava também esse projeto que a gente conseguiu via Ministério Público Federal. Eu lembro que os moradores e comerciantes tinham muito essa vontade de ver se a casa deles estava de fato indicada para a remoção. (Antônio, ex-coordenador do Núcleo de Mediação e Cidadania do Aglomerado da Serra).

Frida conta que se envolveu com as obras do Parque Novo São Lucas no Aglomerado da Serra, já que, segundo ela, nesse espaço havia uma preocupação maior em relação a total falta de conhecimento dos moradores em relação a essa proposta:

A gente chamou o pessoal do Novo São Lucas, imprimiu tudo, fez reunião com eles, fez os cadernos, e falamos que eles iam sair. A URBEL já tinha as fotos, a metragem das casas, tinha tudo, e eles não sabiam que iam sair! Ai a URBEL chamou eles para uma reunião 6 meses depois, chamaram 20 dos 100 moradores que iam sair. Ai alguém que estava lá na reunião perguntou: “A gente já estava sabendo disso, por que que vocês chamaram só a gente e não todo mundo que vai sair?”. Ai eles desmentiram o que a gente disse, falaram que só esses 20 moradores que iriam sair e que as informações que a gente levou era mentira. Ai eles foram fazendo reuniões com grupos pequenos, reunia com um grupo e tirava esse grupo, depois reunia com outro e tirava o outro. (...) Então essa é uma prática deles, essa sonegação de informação”. (Frida, moradora da Serra e vice-diretora da Escola Estadual Edson Pisani)

Assim, retomando a construção do diagrama da rede sociotécnica, na audiência pública provocada pela Vereadora Elaine Matozinhos, realizada na URBEL, Bruno por meio do argumento da violência psicológica que os moradores e os comerciantes da Serra estavam sofrendo, conseguiu ter acesso ao anteprojeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima via Ministério Público Federal, por meio de uma ação judicial realizada pelo Programa Polos. Além do anteprojeto, o Programa obteve o cadastro de remoção dos moradores, e esses documentos motivaram a realização de reuniões com a comunidade da Serra com o objetivo de dar publicidade à obra e a promoção de uma nova audiência pública. Essas reuniões, inspiradas na ação anterior do Polos no Vila Viva Santa Lúcia de exposição dos projetos à população, foram mobilizadas pelos estagiários desse Programa, e envolveram comerciantes e moradores na discussão do reassentamento residencial e comercial.

Diagrama 5/6: A disputa pelo acesso à informação I



Fonte: Elaboração Própria

Na audiência pública, realizada no dia 12 de dezembro de 2012 na Escola Estadual Mendes Júnior, além de problematizar as questões relativas às novas intervenções urbanas previstas no Programa Vila Viva II, o Programa Polos da UFMG também objetivou realizar cobranças em relação ao Programa Vila Viva I de acordo com a ata dessa reunião (Anexo C). Essas cobranças foram em relação aos entulhos deixados pelo Programa Vila Viva I no Aglomerado da Serra, às promessas de regularização fundiária do Aglomerado da Serra desde o Vila Viva I, ao valor das indenizações pagos pela Prefeitura às famílias removidas, que não levava em consideração a valorização imobiliária da Serra, e às rachaduras dos predinhos construídos por esse programa.

Em relação ao Vila Viva II, o Programa Polos ainda divulgou a lista de remoções previstas aos moradores da Serra, questionou novamente o reassentamento das famílias fora do Aglomerado, o reassentamento comercial e expôs o clima de insegurança que está se instaurando entre moradores e comerciantes devido à falta de respostas à comunidade. Em resposta, Carlos, representante da URBEL, afirmou que não havia mais entulhos na Serra e que

a regularização fundiária já estava em curso, mas que seria um processo mais demorado, pois se tratava de um **terreno público**. Sobre o valor das indenizações, Carlos ainda afirmou que elas seguiriam a **planilha da Superintendência de Desenvolvimento da Capital** (SUDECAP), que leva em consideração o índice de construção civil e o aumento do custo de vida. A propósito da divulgação da lista do cadastro de remoções aos moradores, Carlos julgou irresponsável essa ação, uma vez que os projetos ainda estavam sendo elaborados. Afirmando, a respeito do reassentamento comercial, que uma nova proposta já estava sendo trabalhada na Câmara dos Vereadores. Em resposta à Carlos, os representantes do Programa Polos afirmaram que o processo de regularização fundiária, por se tratar de um terreno público, deveria ser mais fácil do que se o terreno do Aglomerado da Serra fosse privado. Como encaminhamento da audiência pública, decidiu-se: Fazer reuniões com a comunidade para debater as obras já iniciadas; averiguar a existência de entulhos da Serra; promover uma mesa de negociações junto ao Ministério Público Federal para debater questões levantadas a respeito do Programa Vila-Viva I e II.

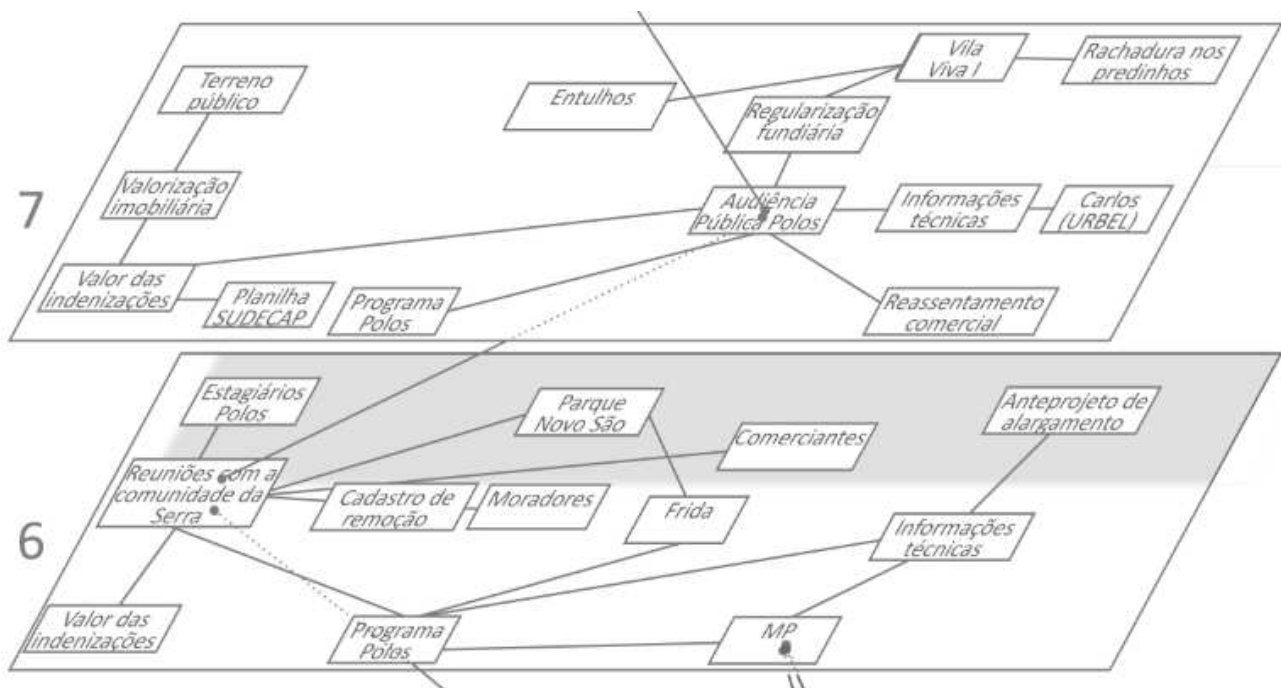
Segundo Bruno, a audiência pública promovida pelo Programa Polos não trouxe resultados exitosos para a comunidade da Serra, e as reuniões com os moradores, realizadas entre os meses de setembro e dezembro, foram mais produtivas do que essa própria reunião. Ainda segundo o coordenador do Programa, não era esperado que, por meio dessa audiência pública, a URBEL respondesse às demandas da população, já que:

A gente já apostava, em função de outras audiências públicas que a gente já tinha promovido, que a coisa não ia funcionar por vários motivos. O primeiro é que eles mandam um cara, no caso o Carlos, que é da área social, que pouco sabe acerca da área de projetos, porque a coisa lá também é toda fragmentada. A parte social só entra no final. Então a gente já entendia que esse processo seria completamente estéril, porque ele ia chegar lá, tomar pancada de tudo quanto é lado, não ia dar nenhuma resposta, como foi o caso (...). Você não tem ninguém ali que tem o conhecimento das **informações técnicas** do projeto, você não tem ninguém ali que tem nenhum processo decisório em relação ao projeto, então você põe o cara ali pra ele tomar porrada. E é assim que eles fazem. (...) Hoje eu penso que aquela audiência não deveria ter acontecido com a presença do Carlos, e que a gente devia ter cancelado ela sabendo que ele seria o único representante da URBEL presente. (Bruno, coordenador do Programa Polos da UFMG)

No novo diagrama da rede sociotécnica, assim, partindo de dois importantes eventos nesse processo provocado pelo Programa Polos da UFMG – as **reuniões com a comunidade** e a **audiência pública** – passou a ser composta por diversos novos actantes. O **Programa Polos**, por ser um núcleo de mediação de conflitos fundiários e por ter presenciado a implementação do

Vila Viva I no Aglomerado da Serra e no Aglomerado Santa Lúcia, uma vez que obteve a documentação referente ao anteprojeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, procurou agir no sentido de antecipar a informação técnica aos moradores e de evitar que novos conflitos fundiários fossem desencadeados em função dessa obra. Nesse sentido, com a entrada desse actante no processo, a questão referente ao acesso às **informações técnicas** ganhou maior destaque, já que a maioria dos demais actantes associados ao Programa Polos relacionam-se a essa questão: o **reassentamento comercial**, a **valorização imobiliária** recente do Aglomerado da Serra, o baixo valor previsto para o pagamento das **indenizações** provocadas pelas remoções dos imóveis, e a **regularização fundiária** que poderia ser um instrumento para garantir maior segurança jurídica aos moradores da favela, segundo as falas obtidas na ata da audiência pública realizada pelo Polos no dia 12 de dezembro.

Diagrama 7: A questão do acesso à informação II



[Fonte: Elaboração própria]

A reivindicação do acesso à informação, conforme exposto, está diretamente relacionada com a insegurança da posse dos moradores e comerciantes de vilas e favelas. Mediante uma intervenção urbanística em um terreno público, embora ocupado por um assentamento informal, os moradores possuem garantias de indenização e reassentamento muitas vezes aquém do valor real de seus imóveis. O Aglomerado da Serra é um forte exemplo disso, uma vez que essa favela, durante e depois da execução do Programa Vila-Viva I, sofreu um intenso processo de valorização imobiliária.

Desde 1988, a Constituição Federal, por meio da noção de função social da propriedade pública, permite a legalização de terras e outras propriedades da União que se encontram ocupadas por assentamentos informais consolidados. Ainda, a aprovação do Estatuto da Cidade pela Lei Federal nº10.257/2001, permitiu que os municípios brasileiros criassem seus próprios programas de regularização fundiária de terras públicas e privadas, por meio da concessão de uso especial para fins de moradia em terras públicas e a usucapião urbana coletiva, respectivamente. (FERNANDES e PEREIRA, 2010). Ambas as formas de regularização fundiária têm como objetivo, além de garantir a segurança jurídica de posse para seus ocupantes, evitar a titulação individual da propriedade, que torna os assentamentos mais vulneráveis aos interesses do mercado imobiliário formal. No entanto, em Belo Horizonte, ainda que as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) tivessem sido regulamentadas em 1993, nesse município a proposta de regularização fundiária em vigor desde 1983 -com o PROFAVELA - foi a titulação por propriedade individual (FERNANDES e PEREIRA, 2010).

A partir de 1997, a Prefeitura de Belo Horizonte instituiu o Plano Global Específico (PGE) como instrumento de política pública para as ZEIS, e, assim, no PGE do Aglomerado da Serra - concluído em 2000 – uma das ações prioritárias é a regularização fundiária dessa favela por meio da titulação individual. Embora essa forma de regularização objetive ordenar o adensamento do Aglomerado por meio de titulações condicionadas às áreas sem proteção ambiental e sem risco geológico, ela não retira o risco de que os terrenos da favela sejam apropriados pelo mercado imobiliário formal (TONUCCI FILHO e ÁVILA, 2008).

As questões em torno das formas de regularização fundiária do Aglomerado da Serra e dos demais assentamentos informais demonstram como ela pode possuir efeitos bastante controversos. Se, por um lado, a regularização fundiária garante a segurança jurídica da posse dos imóveis pelos moradores da favela, por outro, quando é realizada por meio de titulações individuais, torna esses espaços vulneráveis em relação à atuação do mercado imobiliário formal, o que contribui para a valorização dos imóveis, e assim, para a expulsão da população mais pobre. No caso do Aglomerado da Serra, se tratando de uma favela localizada na região centro-sul de Belo Horizonte – a mais valorizada do município - esse último efeito pode ter consequências ainda maiores. Nesse sentido, segundo Fernandes (2001), a concessão coletiva de uso do solo urbano pode ser a forma mais apropriada para a regularização fundiária de favelas, uma vez que esse tipo de concessão, ao mesmo tempo de garante juridicamente a permanência dos moradores, impede que sejam realizadas comercializações diretas com os incorporadores imobiliários da cidade formal.

Por outro lado, uma vez que a favela se encontra juridicamente desprotegida, ou seja, seu terreno não pertence a seus ocupantes, mas sim ao poder público, com a remoção de imóveis em decorrência da realização de obras públicas nesses espaços, seus proprietários passam a ser atendido pelo Programa de Reassentamento de Famílias Removidas em Decorrente da Execução de Obras Públicas (PROAS), e, quando indenizados, têm direito de receber apenas as benfeitorias realizadas nos imóveis. Assim, o valor gasto pelo poder público para o pagamento de indenizações em terrenos públicos é menor do que em assentamentos regularizados, tornando vantajosa essa condição para a execução de obras públicas nesses espaços.

Nesse sentido, como, até os dias de hoje, a posse de nenhum imóvel foi regularizada no Aglomerado da Serra - nem mesmo dos conjuntos habitacionais construídos pelo Vila Viva -, uma das principais exigências do Programa Polos perante o poder público é que esse processo seja agilizado. A justificativa da demora segundo a URBEL, de acordo com a ata da audiência pública do dia 12 de dezembro de 2013, é que a regularização fundiária de terrenos públicos é mais demorada e burocrática do que em terrenos privados. Ainda, de acordo com a transcrição de entrevista realizada com um técnico da URBEL na publicação “Saneamento Básico em Vilas e Favelas: qual o papel da regularização fundiária?” de Uende Gomes e Leo Heller (2008), como a maior parte do terreno onde se localiza o Aglomerado da Serra pertence ao município e parte ao Estado de Minas Gerais, para que a regularização ocorra deve haver um acordo político entre as duas entidades federativas.

Depois da audiência pública do dia 12 de dezembro de 2012, embora um dos encaminhamentos tivesse sido a realização de reuniões com a comunidade para debater o projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, bem como as outras intervenções previstas na Serra, no primeiro semestre de 2013 as discussões e mobilizações em torno desse processo esfriaram. Segundo Bruno, após essa audiência,

começou a rolar esse boato na comunidade de que o recurso poderia não vir. A gente até ficou desconfiado aqui no Polos que pudesse ser alguma trama, algum jogo do ponto de vista da URBEL em relação a isso. Não é possível que a URBEL contrata um projeto, contrata uma empresa para fazer o projeto, e esse processo de repente ele esfria... porque quando perguntado pelas próprias lideranças, o próprio Carlos ele falava isso: “eu não sei se o projeto vai mais acontecer, a coisa esfriou”. Mas a gente suspeitava que isso pudesse ser uma estratégia de desmobilização, porque, de fato, essa estratégia que a gente adotou, dos pequenos grupos de discussão, dos pequenos grupos de trabalho, essa audiência pública que nós convocamos ela estava completamente entupida! Completamente! Tava muito cheia! Eu acho que eles devem ter levado um certo susto. (Bruno, coordenador Programa Polos da UFMG)

Assim, a questão do acesso à informação foi catalizadora para a entrada de novos actantes e para agravar ainda mais a controvérsia em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima. Por se tratar de um procedimento bastante atípico na URBEL, conforme o relato de Bruno, a disponibilização das informações incipientes sobre o alargamento da rua, ainda que forçadamente via Ministério Público Federal, foi decisiva para mudar o curso da controvérsia em questão. A apropriação das informações disponibilizadas contribuiu, ainda, para a aumentar a possibilidade de um importante ator – o Programa Polos - intervir ainda mais no processo. Ainda, tendo em vista as reflexões de Bruno Latour, a atuação desse programa não pode ser compreendida sem a sua associação com entidades não humanas como as informações técnicas (o anteprojecto e o cadastro de remoções).

Embora enfatizada no presente subitem, a questão do acesso à informação técnica passará a ser recorrente em todo o processo, até a rejeição da proposta de alargamento da rua. Para além da associação com o Programa Polos, a informação técnica sobre essa proposta permanecerá, conforme descrito adiante, agregando mais novos actantes – como os moradores e os comerciantes - e tensionando ainda mais a controvérsia em questão.

Sendo assim, o movimento de discussão do projecto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, iniciado pelas lideranças comunitárias, acolhido pelos vereadores da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte e ampliado pelo Programa Polos da UFMG, pareceu ter indicado aos técnicos da URBEL sobre a existência de fortes entraves para a sua execução. Sobre esse processo, Regina, diretora de Planeamento da URBEL afirmou que, além do movimento de contestação de vários grupos e entidades, a instituição também se deparou com outro problema:

Depois que captamos o recurso, ocorreram dois movimentos. Um primeiro movimento da população, principalmente dos comerciantes. Foi quando a gente começou a construir um projecto de lei que hoje está na câmara, que está tramitando na câmara. (...) Mas de qualquer jeito, mesmo depois desses encaminhamentos, os comerciantes continuaram fazendo um movimento, o que envolveu outras lideranças, e não mais aquelas iniciais, envolveu outras entidades, Grupo Polos, a UFMG, o Ministério Público, questionando o projecto. (...) O segundo problema foi que na hora que o projecto ficou pronto, o valor dele aumentou em relação aquele anteprojecto que a gente tinha lá atrás, então a prefeitura teria que assumir o excedente. Então valor ficou alto, e aí a gente tava nesse momento de financiar dentro da prefeitura esse acréscimo de contrapartida. (Regina, Diretora de Planeamento da URBEL).

O novo projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, então, passou a depender de recursos municipais para a sua execução, já que o financiamento advindo pelo programa PAC II, baseado no anteprojeto, se mostrou insuficiente diante da quantidade de remoções e reassentamentos previstos para essa intervenção. Como Regina afirmou, a elaboração do anteprojeto não considerou os diferentes usos dessa rua – residencial e comercial. Uma vez que a URBEL passou a considerar a possibilidade de indenizações específicas aos comerciantes advindos do tesouro municipal, o montante previsto para a execução da obra excedeu o recurso federal captado. Essa instituição, assim, iniciou um processo interno de busca desse recurso na Prefeitura de Belo Horizonte, deixando semeada a discussão sobre esse projeto entre diversos atores.

3.3 A representatividade comunitária

As ações do Programa Polos de exposição do anteprojeto, obtida via Ministério Público Federal à comunidade no final de 2012, contribuíram para que a URBEL repensasse algumas das diretrizes previstas no projeto de alargamento - como o reassentamento comercial e residencial. No entanto, essas ações repercutiram, ainda, na forma como algumas lideranças comunitárias passaram enxergar a atuação desse programa de extensão na Serra, como pontuou Bruno:

nós ficamos sabendo que esse trabalho de mobilização em pequenos grupos tinha sido importante dentro do Aglomerado, a gente tentou acompanhar isso, mas estávamos sendo muito demandados por outros trabalhos. Além disso, o Polos passou a ser visto como tumultuador desse processo por algumas lideranças comunitárias, então ficamos um pouco a margem disso tudo depois. (Bruno, coordenador Programa Polos da UFMG)

Enquanto, durante o Vila Viva I, a atuação do Polos, como afirmou Antônio anteriormente, se limitou à pesquisa sobre os impactos das intervenções urbanísticas aos moradores na Serra e às consultorias jurídicas individuais nas questões referentes aos conflitos fundiários, com as propostas de intervenção do PAC II, esse programa passou a ter uma atuação mais incisiva na Serra. Por meio da exposição do anteprojeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, antecipando informações sobre o projeto antes restritas à URBEL aos moradores e comerciantes da Serra, o programa passou a ser um importante ator nesse processo,

e assim, passou a gerar desconforto nas lideranças que apoiavam a execução do projeto, como Francisco:

O problema foi que o pessoal do Polos pôs uma coisa na cabeça do povo: implantaram uma semente a cabeça do povo que a URBEL ia pagar uma indenização irrisória. Aí a maioria aceitou essa sugestão, colocaram na cabeça que eles estavam certos. Inclusive, tem pessoas deles lá que saía falando para as pessoas aí que eles eram poderosos! Agora, poderoso que eu conheço, é Deus. O homem Deus dá sabedoria, mas poder não. Então as pessoas caíram naquilo! Simplesmente acreditavam. (Francisco, liderança comunitária da Serra)

O argumento de Francisco em relação à atuação do Polos mostra como essa instituição, ao questionar a atuação do Estado nas intervenções urbanas da Serra se pautando em argumentos técnicos e jurídicos, representou, de certa forma, uma ameaça ao sistema de representatividade e de tomada de decisões instituído na Serra – a liderança comunitária. Ainda que o projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima tenha sido elaborado pela URBEL, segundo Regina, ele foi demandado por algumas lideranças comunitárias. Nesse sentido, o Polos aparece como um ator de peso nesse processo, já que, seu “poder”, mencionado por Francisco, se dá pela capacidade desse programa de recorrer aos instrumentos jurídicos de contestação e às instituições públicas de reinvidicação de direitos - como a Defensoria Pública e o Ministério Público Estadual e Federal. Além de ter pouco domínio dos instrumentos jurídicos, Frida também destaca, em relação às lideranças comunitárias, a questão da incapacidade dessas pessoas de compreender tecnicamente os projetos propostos pelo poder público, e assim, de contestá-los:

O Vila-Viva foi mais um desgaste, acho que muitas lideranças foram enganadas. Falaram coisas que eram um deslumbre, visualmente incríveis, e falaram “vamos aprovar porque isso é muito bom, o povo vai adorar!”, por ignorância técnica mesmo, falta de conhecimento para perguntar as coisas, foi passando muita coisa e foram deixando mesmo... (...) Então, sobre o projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, o entendimento era pouco quando ele existia, e elas não tinham essa humildade de procurar pessoas e falar assim: “olha, vocês podiam entender isso aqui pra gente? Explicar, esse projeto aqui, eu não estou entendendo direito”, entendeu? Porque foi isso que nós fizemos, nós fomos atrás do povo da arquitetura para eles explicarem pra gente o que a gente não entendia, e abrir isso para as pessoas. (Frida, moradora da Serra e vice-diretora da Escola Estadual Edson Pisani)

A fala de Frida demonstra como a questão do acesso à informação foi intensificada a partir do momento que o Programa Polos obteve os documentos técnicos relativos à intervenção. A necessidade de compreensão das informações técnicas por parte de Frida e

outros moradores envolvidos no processo e de utilização das informações a favor desse grupo promoveu a entrada de novos actantes: os arquitetos.

A relação de Frida com a Escola de Arquitetura da UFMG, em especial com a professora **Matilda**, teve início em meados de 2012, nas **pesquisas de campo de doutorado** dessa professora no Aglomerado da Serra. Desde então, as duas passaram a trabalhar juntas, principalmente na disciplina de **Oficina Integrada De Arquitetura, Urbanismo E Paisagismo**- OFIAUP: Problemas De Requalificação E Urbanização De Assentamentos Precários, lecionada por Matilda no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Nessa disciplina, os alunos realizam propostas de intervenção arquitetônica na escala da edificação ou urbana, partindo de uma realidade empírica. No primeiro semestre de 2013, a professora sugeriu que esses trabalhos fossem elaborados no Aglomerado da Serra na região da 1ª água, e assim, Frida acompanhou os alunos nas atividades de campo. Matilda destaca, em relação a sua prática de docência, que

a gente tem que voltar a conhecer a realidade de campo, coisa que a universidade se afastou. E isso eu acho que é compulsório! (...) E meu argumento com isso não é que nós estamos tratando de uma questão social, não é isso! É que eu considero a cidade como um sistema, integral. Nós estamos muito concentrados em uma parte da cidade, e isso gera prejuízos enormes para a cidade, nós precisamos ser um profissional integral, de enxergar a cidade como esse sistema. E aí de novo, essa ótica que eu tenho, de que no planejamento urbano você tem que trabalhar com a ótica de micro bacias hidrográficas. Qualquer coisa que a gente faz fora disso a gente vai estar gerando problemas seríssimos, que poderiam ser até criminalizados, porque você resolve uma coisa aqui e gera problema ali. Como inúmeras questões. Então eu me sinto na obrigação de formar o aluno nessa ótica. (Matilda, professora da Escola de Arquitetura da UFMG)

Quando Frida contou a Matilda que o Programa Polos havia conseguido os documentos do anteprojeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, Matilda se interessou em obtê-los, já que, segundo ela, “é muito raro a gente poder ver esses documentos de obra, porque, geralmente, eles não disponibilizam nada para ninguém” (Matilda, professora da Escola de Arquitetura da UFMG). Nesse sentido, é possível observar, por meio da afirmação de Matilda, que a dificuldade de acesso à informação técnica das intervenções urbanas não é somente dos moradores atingidos, mas também dos próprios educadores de arquitetura e urbanismo que objetivam, por meio desses documentos, refletir empiricamente sobre o planejamento urbano na formação dos arquitetos.

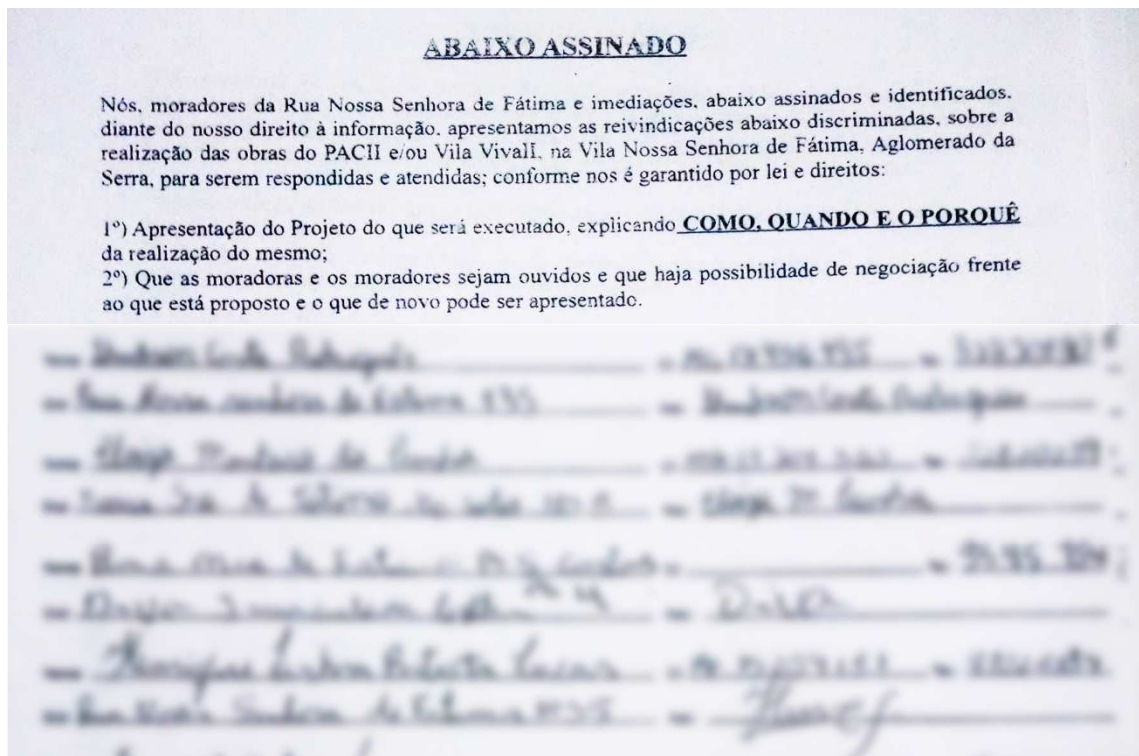
Matilda conta ainda que, durante as atividades com os alunos de graduação em arquitetura na região da 1º água, no primeiro semestre de 2013, estavam ocorrendo algumas **reuniões da Escola Estadual Edson Pisani** “de pessoas que tinham ouvido falar dessa obra, mas que não

sabiam exatamente o que era e quando ela iria acontecer” (Matilda, professora da Escola de Arquitetura da UFMG). Sobre esse período, conta Frida que ocorreram duas reuniões, nas quais estiveram presentes

alguns moradores, a gente, o pessoal da arquitetura, da engenharia, e o pessoal do Polos, pra entender o projeto. Aí a gente abriu o projeto, perguntava, olhava, aí eles iam tirando as nossas dúvidas. Ai nessas reuniões a gente decidiu: temos que apresentar o projeto, as pessoas precisam conhecer. (Frida, moradora da Serra e vice-diretora da Escola Estadual Edson Pisani)

Ainda nesse período, o Polos elaborou um abaixo assinado contendo 145 assinaturas de comerciantes e de moradores da Rua Nossa Senhora de Fátima e suas imediações, reivindicando a apresentação do projeto de alargamento dessa rua, bem como explicações de como, quanto e o porquê da realização do mesmo por parte da URBEL. Além disso, foi exigido que “as moradoras e os moradores fossem ouvidos e que houvesse possibilidade de negociação frente ao que estava sendo proposto” (Trecho de Abaixo assinado realizado pelo Programa Polos da UFMG). Mais uma vez, a questão do acesso à informação técnica é manifestada:

Figura 11: Trecho de Abaixo assinado reivindicando mais informações sobre o projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Programa Polos de Cidadania

O abaixo-assinado tinha como objetivo forçar a **URBEL** a dar continuidade aos encaminhamentos da audiência pública ocorrida no final do ano anterior e promover reuniões com a comunidade para debater a obra proposta. Conta Frida que no mês de agosto de 2013, tomou conhecimento, por meio de um comerciante, da **convocação para uma audiência pública** no auditório da URBEL do Aglomerado da Serra para discutir o projeto de alargamento da rua, mas que haviam sido convidadas apenas as **lideranças comunitárias**

Aí depois dessas duas reuniões um comerciante que me falou assim: “ô Frida, eles me pediram para não te falar” - porque quem falou com ele foi o Francisco - “pediram pra não te falar porque você vai levar um tanto de gente e tal, mas você tem que ir”. Aí eu falei, “não, quem tem que ir são vocês”, aí ele falou “a gente vai, mas eles não querem que a gente vai não, eles não convidaram ninguém, olha pra você ver, ele veio aqui hoje por acaso me explicar a situação, então você tem que ir”. Aí eu falei “tá, vou falar com o pessoal e nós vamos”. (...) Aí eu fui e convidei os arquitetos, porque teve uma reunião que eu questionei algumas coisas e sabe o que eles falaram comigo? “você tem **CREA**²²?” Aí eu pensei assim: “Agora eu vou levar quem tem!”. (Frida, moradora da Serra e vice-diretora da Escola Estadual Edson Pisani)

Novamente, a disputa pela informação técnica é manifestada nesse processo. Essa disputa, segundo o relato de Frida, também está diretamente relacionada com a autoridade técnica, legitimada pela formação acadêmica de engenharia ou de arquitetura.

Quem contou para à Frida sobre essa audiência pública foi **Daniel** dono de uma mercearia na Rua Nossa Senhora de Fátima. Apesar de ter participado das discussões sobre o alargamento desde o início, em 2011, Daniel estava insatisfeito com as alternativas de reassentamento propostas pelas lideranças comunitárias e pela URBEL. Segundo ele,

As lideranças falavam muito que a gente ia ser reassentado de forma diferente das casas, mas muitos comerciantes não aceitaram essa história de fazer um centro comercial, porque como que você vai fazer várias lojas e colocar o mesmo tipo de comércio em um mesmo lugar? Poderia ter um centro comercial, mas com uma mercearia, um salão de beleza, uma loja de eletrônicos. Como você vai colocar todas as mercearias em um único centro comercial? Não funciona assim, não faz sentido nenhum. (Daniel, comerciante da Rua Nossa Senhora de Fátima)

²² O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG), era o conselho de fiscalização da atividade profissional dos engenheiros e arquitetos. A partir do ano de 2010, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais (CAU-MG) passou a exercer essa função para os profissionais da área de arquitetura e urbanismo.

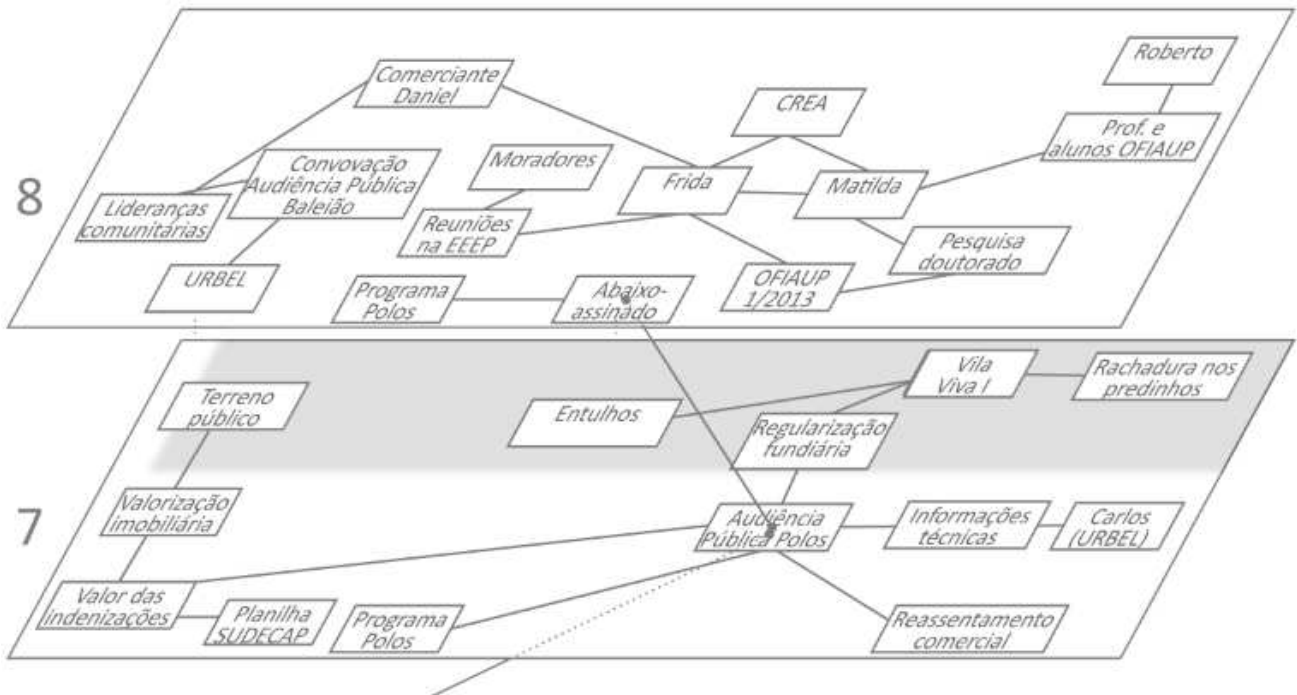
Frida, por meio do contato com Matilda, aproveitou o início do semestre letivo para sugerir uma proposta à nova turma de OFIAUP. Essa nova turma também contou com Roberto monitor da disciplina e aluno de mestrado do NPGAU. Segundo Matilda:

Quando começou o semestre, em 2013, encontrei a Frida lá na Escola de Arquitetura e ela me falou:” tenho uma demanda para a sua turma”. Isso porque ela já conhecia esse esquema de levar os alunos aos lugares. Aí eu falei: “Uai, passa lá na sala e comunica diretamente a eles”. Aí ela veio e falou que a demanda era para a próxima aula, em uma quarta-feira, que seria uma reunião no Baleião, lá onde foi o escritório do Vila-Viva, e ela pensava que era uma reunião a pedido deles, pelo abaixo assinado que eles fizeram. Aí os alunos toparam, e, na quarta-feira, os alunos foram direto para lá. (Matilda, professora da Escola de Arquitetura da UFMG)

Como, segundo Matilda, a disciplina de OFIAUP busca levar os alunos onde existe alguma demanda para realização de projetos de intervenções urbanas locais, a proposta de Frida representou uma boa oportunidade de envolvimento da turma no início do semestre. Assim, no dia 7 de agosto de 2013, alguns alunos, junto aos professores dessa disciplina, foram à reunião convocada pela URBEL. Luiza, uma das alunas presentes, gravou toda a audiência pública, e contou que

essa reunião estava marcada só com os líderes comunitários e a população não tinha conhecimento dessa reunião, então a gente aproveitou a deixa e fomos nessa reunião, nós alunos e professores. Nessa reunião, que eu inclusive gravei, os projetos foram mostrados e ali mesmo a prefeitura queria forçar uma votação a favor da ampliação da rua. (Luiza, aluna de graduação da Escola de Arquitetura da UFMG)

Assim, uma nova rede passou a ser configurada:

Diagrama 8: A representatividade comunitária I

Fonte: Elaboração própria

A audiência pública, ocorrida no escritório do Baleião, localizado na Vila Fazendinha no Aglomerado da Serra, contou com a participação das **lideranças comunitárias** dos representantes da **URBEL** (Carlos, Regina e outros técnicos), dos representantes do **Programa Polos da UFMG** (Antônio e outros representantes), da Escola de Arquitetura (**alunos e professores da disciplina de OFIAUP**), **Frida** e de alguns **moradores** da rua. A reunião começou com a apresentação do anteprojeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima pelos representantes da URBEL, expondo as alterações no traçado da via e o número de remoções previstas. Segundo Roberto,

Nessa reunião ficou clara a falta de cuidado, de dedicação, em promover a informação técnica, em traduzi-la para aquela população leiga. Leiga eu digo qualquer pessoa, até quem tem faculdade não sabe ler uma planta, um documento técnico. O que foi apresentado foi uma projeção de desenhos reduzidos do desenho técnico do projeto de engenharia. Isso é muito difícil de entender, muito precário, apenas o que estava colorido eram as casas que seriam retiradas. (Roberto, monitor da disciplina de OFIAUP)

Após essa exposição, algumas lideranças tomaram a palavra, enfatizando a importância da obra, e, em seguida, uma das representantes da URBEL sugeriu a seguinte proposta de encaminhamento:

Para agilizar o processo de aprovação ou não, a princípio a gente tinha trazido a cópia do projeto para todo mundo que fosse a favor assinar. Mas eu acho que como tem muitas pessoas - graças a Deus teve uma participação muito boa - a gente pode fazer por votação, aí a gente coloca na ata e fica registrado quantas pessoas votaram. Aí a gente vai ter que contar quantas pessoas são da vila. Então eu vou pedir primeiro pra todo mundo levantar quem é morador da vila, a gente conta, e depois faz a votação de quem aprova ou não. (Representante da URBEL, transcrição da Audiência Pública²³ ocorrida no dia 07.08.13 no Aglomerado da Serra)

Depois dessa proposta, Frida tomou a palavra e questionou a representatividade da audiência, uma vez que não havia nenhum morador diretamente atingido presente. Nesse sentido, sugeriu que fosse realizada uma assembleia com todos os moradores diretamente atingidos para decidir a realização ou não da obra, e ofereceu o espaço da Escola Estadual Edson Pisani para tal:

Na reunião não tinha um morador diretamente atingido! Um! Mentira que a URBEL convidou todos, tanto que é mentira que se você convidar, eles vão! E tem outra coisa também: por que fizeram a reunião naquele cubículo lá no Baleião, se você tem uma escola aqui no meio, bem no lugar onde vai ser diretamente atingido? Então eu cheguei lá, eles projetaram uma projeção de custo, 22 milhões e tal, algumas coisas da comunidade, e aí tem o projeto impresso. E aí eu fui perguntando algumas coisas. Aí depois disso eles viraram e falaram assim: agora nós vamos assinar. Aí eu falei: “Não vamos não! Quem está aqui que vai assinar? O povo diretamente atingido não está aqui!”. (Frida, moradora da Serra e vice-diretora da Escola Estadual Edson Pisani)

A sugestão de Frida provocou grande tumulto entre os presentes, principalmente entre algumas lideranças comunitárias que compreendiam que a comunidade já estava representada por meio delas. Nesse momento, uma das lideranças comunitárias presentes e interveio da seguinte forma:

Deixa eu falar! Silêncio! Eu sou a moradora mais antiga desse lugar! Quem abriu aquela rua na mão até aqui na Baleia foi eu, com outras lideranças e seus familiares, tenho tudo isso escrito na minha casa, sobre quem ajudou a abrir aquela rua! Se o posto médico está aqui, fui eu quem consegui! Se a Escola Estadual Edson Pisani está aqui fui eu quem coloquei ela lá! Eu estou aqui há muitos anos! Se for pra obra não acontecer, então acaba com a CONFORÇA, acaba com o Orçamento Participativo! Acaba com tudo! (transcrição da fala de Francisca, liderança comunitária em Audiência Pública de 7 de agosto de 2013)

²³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1iXLdoj0pn8> acesso 01 de junho de 2015

Ainda durante o tumulto entre as lideranças comunitárias, os comerciantes e moradores e a URBEL, Frida afirmou que entendia que aquela reunião havia sido convocada por uma demanda da população, tendo em vista a realização do abaixo assinado entre os moradores exigindo uma melhor compreensão daquela obra. Nesse momento, Carlos respondeu: “Isso é oportunismo da sua parte! Essa reunião está sendo chamada pela instituição no momento que ela teve condições técnicas de apresentar o projeto! Não teve abaixo-assinado nenhum que chegou para nós!” (Carlos, técnico social da URBEL). Sua resposta gerou um tumulto ainda maior, agora motivado pelos representantes do Polos que se envolveram na elaboração do abaixo assinado. Segundo Matilda:

Quando a gente chegou lá, uma das coisas que na reunião o pessoal da URBEL tentou deixar claro era que aquela reunião não tinha sido em resposta a nenhum abaixo-assinado, tinha sido um procedimento de praxe, porque toda vez que tem uma obra as pessoas são comunicadas e que elas têm acesso à informação e tudo mais. E as pessoas que estavam ali porque ficaram sabendo da reunião através de um comerciante que tava participando desse grupo, esse cara que comunicou que ia ter a reunião. E uma coisa que aquelas pessoas estavam ali colocaram foi isso: se foi uma reunião de praxe, onde estavam as pessoas que iam ser convocadas? Onde é que elas estão? Porque ali só estavam aquelas pessoas que eram chamadas de lideranças de sempre, eu e os meus alunos, e eles que estavam organizados em torno disso, e mais o povo da URBEL. Então na verdade eles não fizeram nenhuma convocação ampla para aquela reunião. (Matilda, professora da Escola de Arquitetura da UFMG)

Depois do tumulto, Carlos esclareceu que a convocação daquela audiência havia sido realizada por meio das lideranças comunitárias, já que, segundo ele, expor o projeto em uma assembleia com todos os moradores da vila dificultaria a compreensão da proposta, uma vez que o prazo para o vencimento do recurso estava se aproximando. Nesse momento, no entanto, um comerciante presente questionou a legitimidade das lideranças comunitárias, e afirmou que não se sabia quando havia sido realizada a última eleição de presidentes de associações comunitárias na Serra. Carlos, em resposta, indagou aos presentes: “Mas vocês é que são da comunidade, vocês é que elegem, e agora você quer que a gente te responda quando é que foi a escolha do presidente de uma associação comunitária da sua comunidade?” (Carlos, técnico social da URBEL).

Depois de muita discussão entre Carlos, moradores e lideranças comunitárias, a sugestão de Frida sobre a realização de uma assembleia para decidir, com toda a comunidade, a aprovação ou não do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, foi acatada pela URBEL. Essa decisão, no entanto, gerou um desconforto ainda maior nas lideranças comunitárias, uma

vez que a URBEL, com essa decisão, pareceu dar respaldo à deslegitimação desses representantes, como pode ser observado no diálogo transcrito dessa audiência:

Francisco: Pera aí, isso aí é uma bomba que você está pondo na nossa mão, porque isso aí é difícil! Quem tem que ouvir as pessoas que estão insatisfeitas são vocês! Vocês que são os representantes e vocês que tem a possibilidade de fazer a proposta para eles do quê que eles querem, porque nós não podemos prometer nada!

Representante da URBEL: Francisco, nós fizemos essa reunião aqui hoje com esse propósito, tá? O que eu ouvi aqui hoje: que essa assembleia aqui não era suficiente, não era legítimo para votar isso. Então vocês procurem a legitimidade de vocês e nos tragam! Nós tivemos aqui hoje essa oportunidade e essa oportunidade se foi, né? Então agora fica na mão de vocês. Se essa assembleia que a gente considera legítima de chamar os presidentes das Associações Comunitárias, as lideranças mais representativas, os organismos atuantes aqui dentro, se essa representação não é legítima, então a gente sai fora do processo, vocês escolham uma representação legítima e nos tragam ela! A oportunidade de votar foi dada aqui dentro e vocês não quiseram. Ou se a maioria não quis, a maioria se calou.

(Transcrição audiência pública do auditório do Baleião, Aglomerado da Serra, 7 de agosto de 2013)

A audiência pública ocorrida no dia 7 de agosto de 2013, assim, evidenciou um novo conflito em torno da proposta de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, para além da questão do reassentamento comercial e da questão do acesso à informação: a questão da representatividade da liderança comunitária. Enquanto, para a URBEL, a consulta às lideranças comunitárias era suficiente para legitimar a participação da comunidade, para os demais atores presentes, ficou evidente que aquele processo deveria ser ampliado para todos os moradores diretamente atingidos pela intervenção. O encaminhamento da audiência pública, assim, desagradou tanto aos representantes da URBEL, já que, ampliar a tomada de decisão sobre a realização ou não da obra para toda a comunidade poderia comprometer a sua execução, quanto às lideranças comunitárias. Afirmou Francisco, assim, que a URBEL

jogou toda a responsabilidade em cima da liderança comunitária. O poder público não interessou em discutir, a envolver a população na discussão e jogou tudo isso nas costas das lideranças. Quer dizer, na época, até a gente falou: a liderança não tem o projeto para mostrar para o povo, a liderança não tem empresa para executar a obra. Liderança comunitária não executa obra. E não temos proposta de indenização para ninguém porque liderança não tem verba. Então os órgãos públicos, que são encarregados disso, tiraram o dele fora e jogaram o abacaxi em cima da liderança comunitária. Então a liderança comunitária foi humilhada e tivemos que engolir. (Francisco, liderança comunitária)

O relato de Francisco demonstra como, mesmo que a questão da representatividade tenha sido questionada, a questão do acesso à informação ainda permeia toda a controvérsia até então. Isso porque, segundo o argumento de Francisco, a liderança comunitária não tem acesso às informações sobre o projeto para discutir com a comunidade e, dessa forma, não possui o poder de modificar as propostas sugeridas pela URBEL.

Segundo Antônio, mesmo se manifestando, a princípio, contrárias a realização de uma assembleia, as lideranças comunitárias não se opuseram ao encaminhamento dessa audiência pública, já que

elas também compreenderam um pouco que a URBEL atrapalharia um processo democrático. Então elas também não fizeram uma defesa tão veemente para aprovar o projeto. Aí a gente conseguiu dividir um pouco as opiniões, porque se as lideranças estavam mais tendentes a aprovar a obra naquele momento, depois que a gente começou a falar e a URBEL começou a se esquivar, criou uma certa divisão e não teve ambiente para URBEL aprovar. No fundo, a URBEL percebeu que se ela aprovasse a gente poderia denunciar aquela situação, pois aquela aprovação não seria legítima do ponto de vista da participação popular. (Antônio, ex-coordenador do núcleo de mediação comunitária do Programa Polos da UFMG).

Para compreender as controvérsias em torno da representatividade das lideranças comunitárias no Aglomerado da Serra, é preciso remeter ao histórico de mobilização dos moradores de vilas e favelas em Belo Horizonte. Segundo Juvenal Gomes (2001), iniciado no período militar, a União dos Trabalhadores de Periferia (UTP) surgiu clandestinamente em 1978, no momento em que era desenvolvido um amplo programa de desfavelamento dos grandes centros urbanos no Brasil. Em Belo Horizonte esse programa teve como principal instituição a Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL), que objetivava eliminar os assentamentos informais substituindo-os por bairros populares compostos de moradias de baixo custo (OSTOS, 2004). Com a progressiva abertura do regime militar, os movimentos populares passam a se organizar e a pressionar por uma mudança na lógica de intervenção baseada no desfavelamento para uma lógica da urbanização das favelas (PIMENTA et al., 2009). Assim, em Belo Horizonte, é criado o PRODECOM (Programa de Desenvolvimento de Comunidades) em 1979, que tinha como objetivo melhorar a infraestrutura dos assentamentos informais, ao contrário da CHISBEL, que propunha a eliminação desses assentamentos. A partir de muita luta e da incisiva reivindicação dos movimentos como FAMOBH (Federação das Associações de Moradores de Belo Horizonte), UTP (União dos Trabalhadores de Periferia), a Pastoral de Favelas entre outras, é criado o PROFAVELA, programa municipal que visava conceder a posse da terra aos moradores de favelas em 1983 e

em 1986. Foi criada também a URBEL (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte), com o objetivo de gerenciar o esse programa e de possibilitar urbanização, regularização e titulação fundiária das favelas na capital. Na década de 90, a gestão municipal de Patrus Ananias (PT) trouxe importantes avanços para política habitacional de Belo Horizonte, como a estruturação em 1993 do Sistema Municipal de Habitação (SMH), do Fundo Municipal de Habitação Popular (FMHP) e do Conselho Municipal de Habitação (CMH) e a instituição do Orçamento Participativo da Habitação (OPH) em 1995. Essas medidas deram maior legitimidade e poder de decisão para os movimentos populares organizados das Vilas e Favelas de Belo Horizonte, o que estimulou a criação de novas associações de bairro, inclusive no Aglomerado da Serra, como destaca Iracema:

Antigamente o Aglomerado da Serra não tinha nada: não tinha água, não tinha luz, não tinha coleta de lixo em hipótese nenhuma. O lixo era jogado em qualquer lugar. Na Vila toda, quando começava a chover, havia família morrendo em área de risco. Onde hoje é a Avenida do Cardoso era o Córrego do Cardoso que engolia as famílias todas, morreu muita gente na época. Aí a gente ia vendo aquilo e humanamente fazia a parte da gente, e ia fazendo amigo. Não era liderança nem nada, mas era a vontade que a gente tinha que o bairro ganhasse um tratamento diferente, para que nós não ficássemos isolados. Pra que isso não acontecesse, eu fundei uma associação a 20 anos atrás e desde então essa associação tem dado um conforto muito grande para as vilas e favelas. Nós unimos todas as lideranças em prol do Aglomerado Serra e de outros aglomerados! Entrou Francisca, José, e com isso nós trouxemos tudo o que é de bom pra cá (Iracema, liderança comunitária do Aglomerado da Serra)

Assim, apesar das associações comunitárias do Aglomerado da Serra terem se constituído nas décadas de 1980 e 1990²⁴, graças ao início de um processo participativo na gestão municipal da habitação, muitas das lideranças comunitárias dessas Vilas já possuíam grande destaque em seus processos de ocupação desde a década de 70. Conta Dona Francisca sobre o processo de ocupação da Vila Nossa Senhora de Fátima que:

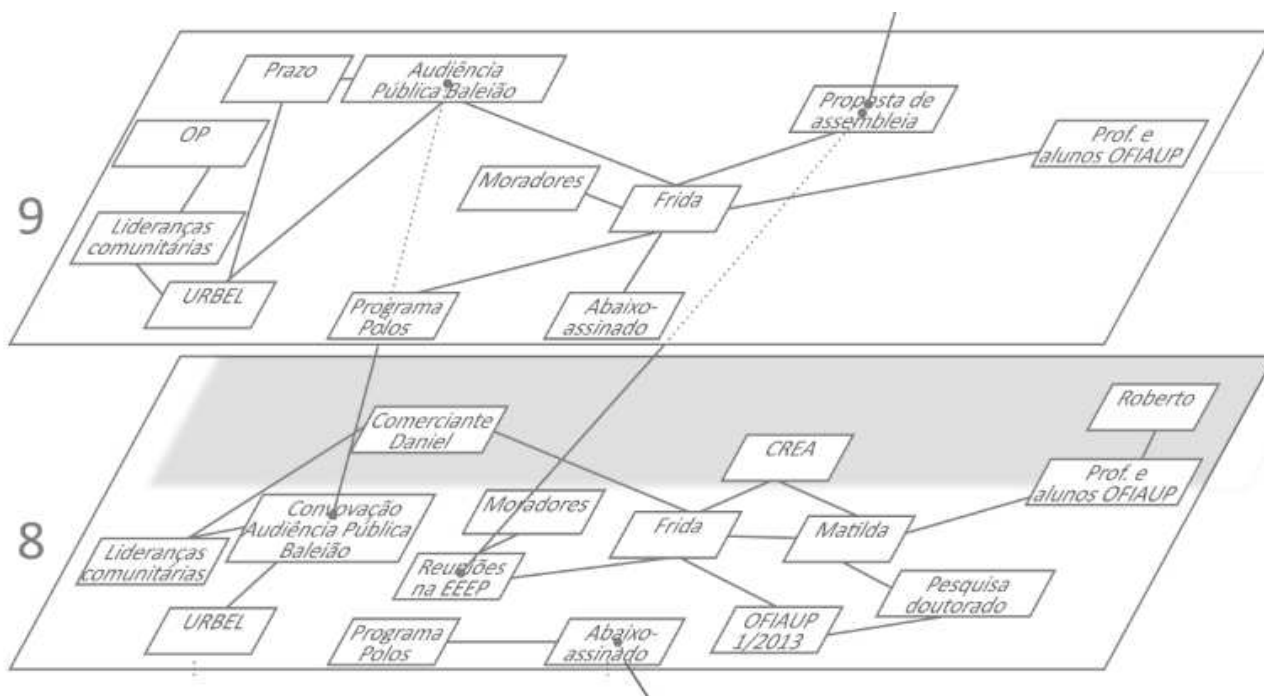
um coronel começava a vender terras, um policial aposentado vendendo terras e tudo... foi uma grande história..., venderam muita coisa... (...) E foi aí que nós fomos invadindo aquela parte do morro... Eu achei que aquilo era um crime que nem Deus perdoava, (...) aí eu falei: “Bom, se é que eles estão vendendo, aí eu posso invadir para o povo que está na rua para morar”. (...) Arrumei um caminhão, enchemos de gente e material e dentro de um dia nós acampamos 30 famílias na terceira água. (Transcrição de entrevista realizada

²⁴ A Associação Comunitária da Vila Fátima foi fundada em 1993, a Associação Comunitária dos Moradores da Vila Nossa Senhora da Conceição em 1992, a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional João Pio de Souza em 1991, a Associação Comunitária dos Moradores da Vila Santana do Cafezal, a Associação de Moradores da Vila Nossa Senhora Aparecida/São Lucas e a Associação Comunitária Organizada dos Moradores e Amigos da Vila Marçola na década de 80. Fonte: <http://portalpbh.pbh.gov.br/>

com Francisca pelo Morar de Outras Maneiras (MOM), grupo de extensão da Escola de Arquitetura da UFMG, no dia 12.12.2006)

Vários fatores, no entanto, contribuíram para diminuir a representatividade das lideranças comunitárias perante ao poder público e à população do Aglomerado da Serra. Em relação ao processo de discussão sobre o alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, pude observar pelo menos dois fatores. O primeiro deles, descrito em detalhe no capítulo “Antecedentes do anteprojeto de alargamento”, diz respeito à perda de legitimidade das lideranças comunitárias durante a execução do Programa Vila Viva I. Durante esse processo, como afirmou José, muitas lideranças comunitárias se sentiram enganadas em relação às promessas desse programa e àquilo que foi de fato executado pela prefeitura. Ainda segundo Iracema e Francisco, as prefeituras de Fernando Pimentel (2002 a 2008) e Márcio Lacerda (2009, em exercício) foram marcadas por uma desestruturação da articulação entre a gestão municipal e os movimentos populares de vilas e favelas, reforçada nas prefeituras de Patrus Ananias (1993 a 1996) e Célio de Castro (1997 a 2002). Outro fator observado é o baixo envolvimento da população com as associações comunitárias. Se, por um lado, as associações conquistaram diversas melhorias para o Aglomerado da Serra, por outro, com o acesso aos serviços básicos pela prefeitura (escolas, postos de saúde, academias públicas, creches, etc), os moradores deixaram de se envolver com as mobilizações por mais melhorias. Além disso, como foi destacado na audiência pública ocorrida no dia 7 de agosto de 2013, muitas das associações comunitárias do Aglomerado da Serra não realizam eleições de presidentes regulares, dificultando a renovação de nomes dessas lideranças.

A aprovação do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, assim, passou a depender da realização de uma assembleia com os moradores diretamente atingidos pela intervenção e entorno. Por fim, o diagrama da sociotécnica construída a partir da audiência pública promovida pela URBEL contou com actantes como o [prazo], que forçou a [URBEL] a realizar a audiência e a induzir a uma votação da obra, as [lideranças comunitárias] principais convidadas dessa audiência, o [Programa Polos], que anteriormente havia realizado um [abaixo-assinado] como forma de pressionar o diálogo da URBEL com a comunidade, [os professores e alunos da disciplina de OFIAUP] da Escola de Arquitetura da UFMG, convidados por meio de [Frida]. A proposta de realização de uma [assembleia] com toda a comunidade da Serra foi o objeto de maior discussão dessa audiência pública, já que, mesmo não estando presentes, os [moradores] diretamente atingidos pela obra foram importantes actantes evocados por Frida.

Diagrama 9: A representatividade comunitária II

Fonte: Elaboração Própria

3.4 O desfecho da controvérsia

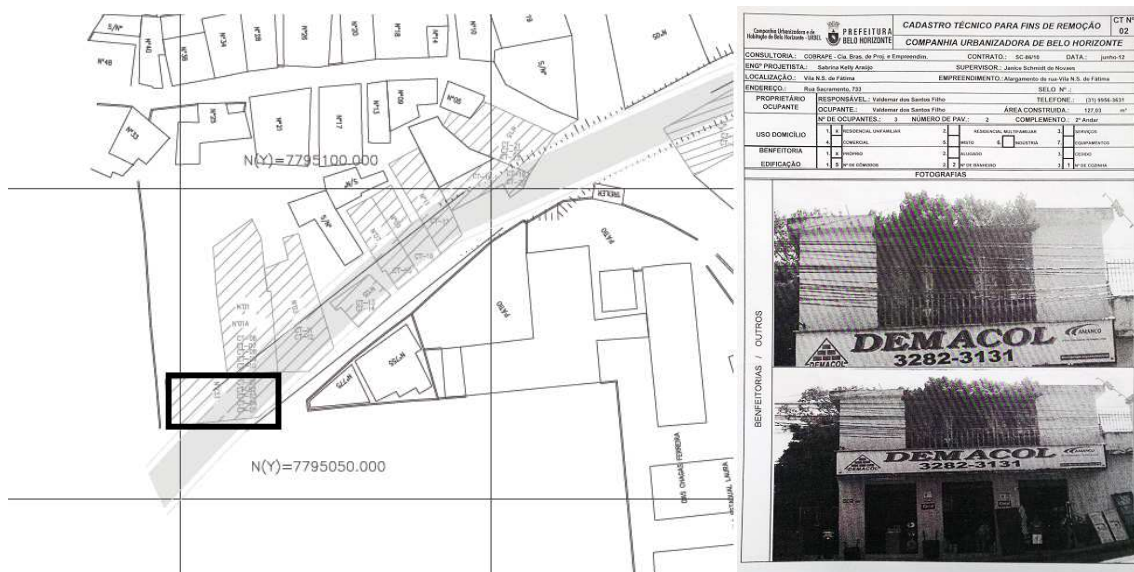
Embora, o Programa Polos tivesse obtido os documentos referentes ao alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima por meio do Ministério Público Federal no ano de 2012, somente após a associação dos professores e alunos da Escola de Arquitetura da UFMG em meados de 2013 ao antiggrupo, o anteprojeto se tornou objeto de disputa técnica. Enquanto, para o Programa Polos, o cadastro de remoção, bem como o traçado proposto para a via, representava uma ferramenta de mobilização dos moradores e dos comerciantes previstos para remoção, para os arquitetos, o traçado proposto, por si só, estava carregado de contradições. Segundo Roberto,

E aí eu lembro de um comentário nessa reunião que foi a Regina, que é a diretora de Planejamento, que fez, “a gente precisa aprovar essa obra, porque o dinheiro está aguardando lá na caixa desde 2011 e ele vence agora em 2014, e se a gente não contratar essa obra a gente vai perder esse recurso”. Isso foi falado claramente, inclusive em um momento que os debates estavam bem intensos. Essa coisa do tempo, a gente pode ver o seguinte: se a gente olha o documento técnico das plantas, você vê que esse projeto está sendo produzido pela empresa contratada desde 2011. E eles vieram apresentar o projeto só no segundo semestre de 2013, já vencendo a verba! A burocracia do financiamento é uma e a burocracia do planejamento urbano é outra! Isso não impede que a obra seja feita, basta você obter os recursos de outra fonte, inclusive do próprio tesouro direto, ou do Vila-Viva, mas não é por isso que você não pode discutir o projeto. (...) Quando o Polos mandou para a gente as

plantas da obra, e a gente pensou: “vamos fazer, como arquitetos, o que a URBEL não faz: vamos tentar apontar as questões técnicas que a gente acha que são contraditórias, e as possibilidades técnicas de alteração aqui sem comprometer uma diretriz de viabilidade de obra pública”. (Roberto, monitor da disciplina de OFIAUP)

A primeira das contradições no anteprojeto de alargamento foi observada por Matilda já na audiência pública do dia 7 de agosto de 2013, quando ela, Roberto e seus alunos foram convidados por Frida a participar dessa audiência. Como Matilda já havia tido um primeiro contato com a primeira versão do anteprojeto de alargamento no início de 2013 por meio do Programa Polos, notou que, no projeto apresentado pela URBEL nessa audiência pública, havia uma alteração na esquina entre as Ruas Sacramento e Serenata, ponto inicial do alargamento previsto. Nesse ponto, no primeiro projeto, uma loja de material de construções, o **Demacol**, estava prevista para ser removida:

Figura 12: Detalhe do depósito Demacol da primeira versão do anteprojeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima e do Cadastro de Remoção



Fonte: Programa Polos da UFMG

No novo projeto apresentado pela URBEL na audiência pública do dia 7 de agosto de 2013, a remoção desse imóvel deixou de estar prevista, como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 14: Foto aérea da articulação entre a Rua Engenheiro Lucas Júlio Proença e da Rua Serenata



Fonte: Google Maps, 2014

Outra questão destacada pelos arquitetos na audiência pública do dia 7 de agosto foi em relação ao lado previsto para a remoção de imóveis da Rua Nossa Senhora de Fátima entre a Savassinha e a Avenida do Cardoso. Essa questão é justificada porque no lado escolhido pela URBEL para remoção é justamente onde há maior quantidade de comércio e de casas da Rua Nossa Senhora de Fátima. Segundo Carlos,

nessa reunião conflituosa alguém propôs: “por que vocês não removem do lado de baixo?” Porque o lado de baixo, como é a piramba, tem muitos vazios, então, em tese, você removeria menos. Agora, a quantidade de muro de arrimo que teria que ser colocado... porque, em tese, quanto menos tiver que remover, tanto melhor. Mas se para remover menos você tem que fazer uma obra de um volume de engenharia absurdo e de um custo quase que inexequível, aí não tem jeito, nós temos que encontrar um outro caminho então. (Carlos, técnico social da URBEL)

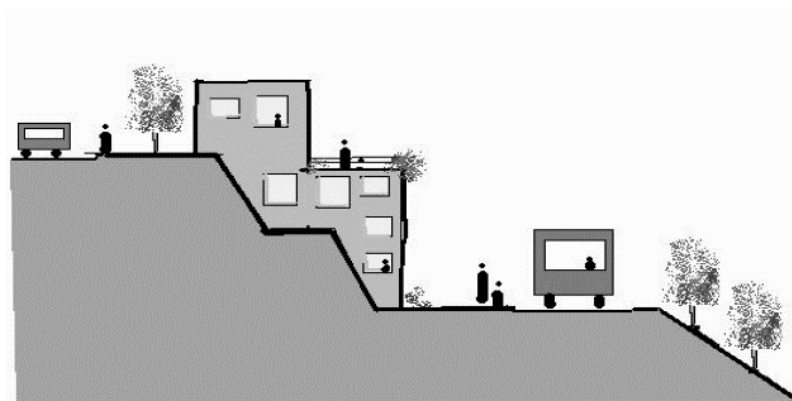
Segundo Roberto, no entanto, a escolha tomada pela URBEL – de remover o lado da rua onde havia a presença de mais casas e comércio - também implicaria a construção de uma estrutura de contenção, já que, “ao cortar a montanha acima eles também teriam que conter, então alargando a parte de baixo, além de ter que fazer a mesma contenção, você evitaria o impacto da remoção”. (Roberto, monitor da disciplina de OFIAUP). Ainda, segundo Apolo, pastor de uma igreja localizada no lado previsto para remoção,

o que eles querem é tirar o maior número de pessoas possíveis daqui da favela. Quanto mais gente sai, mais frágil a favela fica, e mais fácil fica roubar essa terra da gente. Para eles não custa nada sair demolindo tudo. Não importa se é Igreja, ou comércio, ou gente morando. Para eles é tudo a mesma coisa. Agora, a Igreja tem um papel social aqui dentro, de resgatar drogados, bêbados, traficantes. Isso não vale nada? (Apolo, pastor de uma igreja na Rua Nossa Senhora de Fátima)

Além da preservação do Demacol e a escolha do lado para remoção onde havia o maior número de residências, comércios e uma igreja, outra falha apontada por Roberto em relação ao anteprojeto de alargamento foi a ausência de moradias associadas à proposta de alargar a rua, como está previsto pelo PGE. Segundo o PGE,

a partir de estudos do terreno e dos custos das vias verificou-se que se ampliássemos a faixa de intervenção para abertura de uma via em cerca de 6 metros poderíamos implantar conjuntos lineares que aproveitam as estruturas de contenção das vias. Para isto, o primeiro pavimento fica destinado à garagens ou lojas (PGE Aglomerado da Serra, pág. 24)

Figura 15: Croqui de aproveitamento e contenção de encosta por edificação, retirado do diagnóstico final do PGE Serra



Fonte: PGE Aglomerado da Serra

Assim, segundo Roberto, a intervenção viária poderia estar associada à construção de conjuntos habitacionais e de imóveis comerciais. No entanto,

o desenho que eles apresentaram foi apenas a construção de uma caixa de rua conforme a legislação manda, para ser uma via de mão dupla, sem estacionamento, sem baias de retorno. Então eles constroem mais de 1 km no tecido urbano da favela sem nenhum retorno, e com uma calçada mínima da Legislação para ZEIS, que é a calçada de 80 cm. E quando a gente vai olhar o detalhamento desse desenho urbanístico, ele não está terminado no projeto executivo. Ao analisar o projeto geométrico, tem calçadas que estão lá que estão voando, ou seja, é um desenho precariamente concebido, mal detalhado, pouco integrado com o lugar que vai ser resultante, o tecido urbano que fica

desarticulado, ele fica pendurado em cima de um muro. (Roberto, monitor da disciplina de OFIAUP)

Os diversos pontos contraditórios levantados por Roberto e Matilda em torno do anteprojeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, no entanto, poderiam ser justificados por uma simples questão: por não se tratar de um projeto executivo, mas sim um anteprojeto (ou de um projeto básico). O desenho técnico apresentado pela URBEL tinha como principal finalidade promover uma estimativa de custos da obra e definir prazos para a sua execução. De acordo com o artigo 7º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993,

As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência: I - projeto básico; II - projeto executivo; III - execução das obras e serviços. § 1º A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração. (Constituição Federal, 1988)

Sendo assim, a Constituição Federal permite que obras sejam licitadas pelo poder público apenas por meio do anteprojeto, sem o conjunto de elementos necessários e suficientes à sua execução completa – o projeto executivo. Assim, em obras licitadas por meio do anteprojeto, a elaboração do projeto executivo fica a cargo da empresa vencedora da licitação. Segundo Roberto,

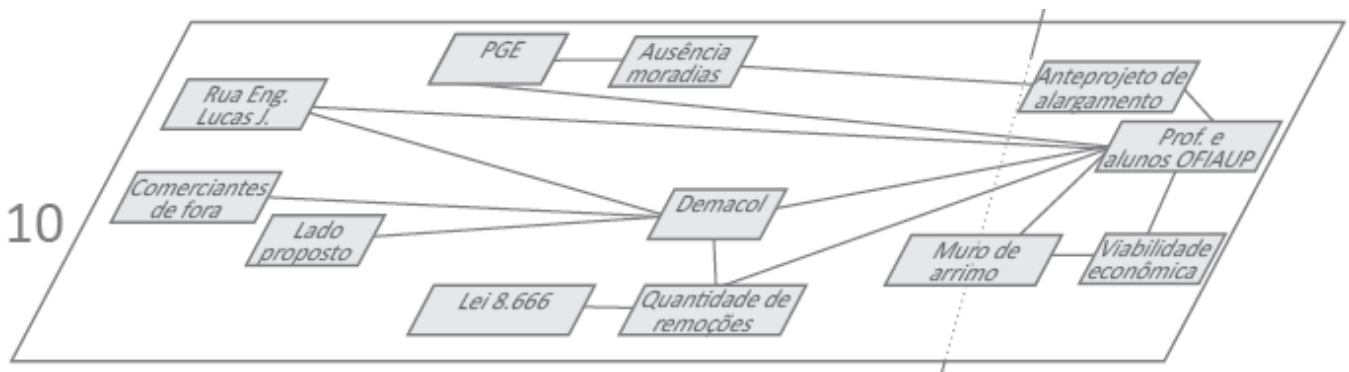
Isso é uma prática que até a lei 8.666 permite, mas que quando você chega naquele espaço urbano, naquele tecido urbano muito peculiar, a gente não sabe o que vai acontecer. Na verdade, em uma entrevista que eu fiz com um técnico da URBEL ele diz: “na verdade não adianta você fazer projeto executivo, porque o topógrafo vai lá e as vezes tem uma casa embaixo de um lugar que você acha que não tem, aí você só sabe o que tem que fazer quando você abre o espaço”. Eu acho que eles já incorporaram essa prática mas eu discordo dela. Se o mapeamento inicial, que é a base do detalhamento, ele não está dando conta, a gente tem que aprofundar esse mapeamento. Ou, se estamos fazendo uma obra que não está dando conta da velocidade de haver um planejamento adequado, então vamos diminuir essa velocidade das obras. Eu acredito que se isso for compartilhado honestamente com a comunidade, ela vai ser a primeira a esperar o tempo de elaboração do projeto. (Roberto, monitor da disciplina de OFIAUP)

Assim, se na cidade formal a diferença entre um anteprojeto e um projeto executivo se resume no nível de detalhamento, nas favelas, os anteprojeto também deveriam exigir um grande nível de detalhamento. Isso se justifica pelo fato da favela se tratar de um tecido urbano

de grande densidade de residências e composta por moradores de alta vulnerabilidade social, e, sendo assim, qualquer detalhe pode ser determinante para a aprovação ou não da obra por sua população diretamente atingida. As contradições em torno do anteprojeto de alargamento revelam, da mesma forma, uma contradição da lei 8.666 para as obras licitadas em vilas e favelas.

Se, por um lado, uma nova rede sociotécnica passou a ser construída na própria audiência pública promovida pela URBEL por meio da apresentação do anteprojeto de alargamento, por outro, ela ganhou uma dimensão maior após essa audiência, uma vez que os arquitetos se apropriaram das informações atualizadas sobre a obra. Nessa nova rede, os actantes a ela associada estão relacionados ao próprio desenho proposto pela URBEL já que, por meio da perspectiva técnica, os arquitetos puderam visualizar diversas contradições presentes nesse desenho urbanístico.

Diagrama 10: Desfecho da controvérsia I

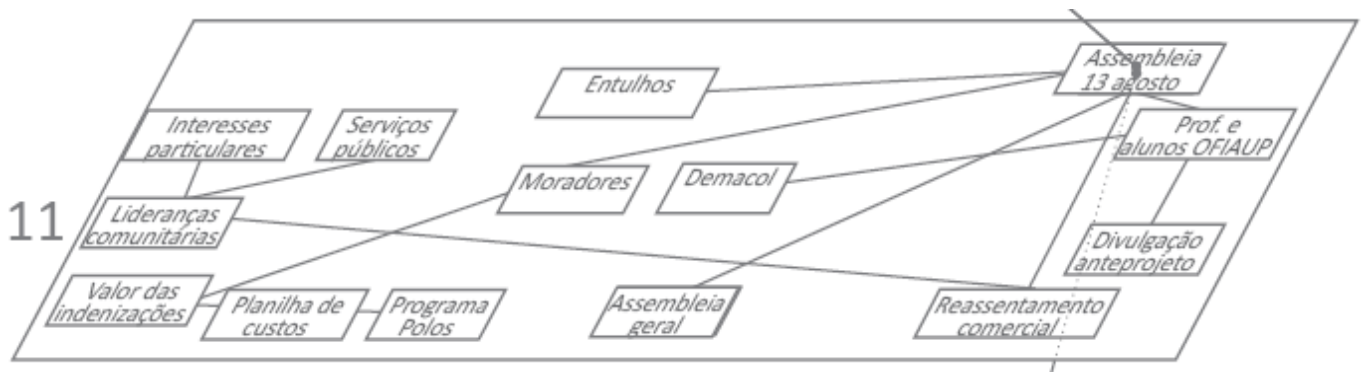


Fonte: Elaboração Própria

Diante dessas questões, levantadas por Matilda e Roberto, e de outras questões referentes ao reassentamento comercial e residencial, uma nova assembleia foi marcada com todos os moradores diretamente atingidos e de seu entorno, no dia 13 de agosto de 2013, uma semana depois da audiência pública ocorrida no auditório do Baleião. De acordo com a ata elaborada nessa assembleia (Anexo D), estiveram presentes, além dos moradores diretamente atingidos pela obra, as lideranças comunitárias, os representantes do Programa Polos da UFMG, e os professores e estudantes da Escola de Arquitetura da UFMG. Nela, foram retomados pelo Programa Polos os principais pontos críticos referentes à aprovação da obra, como o do reassentamento comercial e do baixo valor indenizações residenciais. Além disso, os professores da Escola de Arquitetura apresentaram o anteprojeto de alargamento e a questão da preservação do Demacol, um grande comércio de pessoas externas à vila. Após essas

exposições, Francisco afirmou que as lideranças comunitárias estavam acompanhando o processo desde o início, e que a obra era em favorecimento do acesso aos serviços públicos (caminhões de lixo e ambulância) dentro do Aglomerado. A liderança afirmou também estar encaminhado, na câmara dos vereadores, um projeto de lei que visava garantir o reassentamento dos imóveis comerciais e a construção de um centro comercial nessa obra. Sobre o valor das indenizações, afirmou que o Programa Polos não se baseava em informações oficiais para inferir isso. A defesa das lideranças comunitárias em relação à aprovação da obra foi contestada por alguns moradores presentes, que alegaram haver interesses particulares dos presidentes de associação na aprovação da obra. Como encaminhamento, foi decidido realizar um encontro de divulgação com as pessoas da Serra, por meio de uma barraca de rua, para que a população tomasse maior conhecimento da obra. Os presentes também decidiram exigir da URBEL, que não tinha nenhum representante presente, a divulgação da planilha de custos prevista para a obra, de forma a compreender quanto dos 22 milhões estavam previstos para o pagamento das indenizações dos moradores e comerciantes. Mais uma vez, a questão da circulação de informações se torna latente nesse processo. Por fim, ficou marcada uma Assembleia Geral para decidir a aprovação ou não da obra, no dia 27 de agosto de 2013, na Escola Estadual Edson Pisani. Segue o novo Diagrama da Rede sociotécnica em resumo dos acontecimentos dessa assembleia:

Diagrama 11: Desfecho da controvérsia II



Fonte: Elaboração Própria

Os encaminhamentos da assembleia abriram uma nova possibilidade de atuação aos alunos da Escola de Arquitetura da UFMG, que se dedicaram em planejar a exposição do anteprojeto de alargamento e realizar o cadastro de remoções de moradores e comerciantes, ao longo da Rua Nossa Senhora de Fátima. Embora essa ação já tivesse sido realizada pelo Programa Polos no final de 2012, a exposição do anteprojeto dos alunos da arquitetura também

foi acompanhada por uma coleta de ideias alternativas à obra feitas pelos moradores e comerciantes ao longo do trecho, como conta Matilda:

Aí apareceu essa ideia da gente apresentar o projeto para os moradores, quer dizer, apresentar o projeto não, mas apresentar as informações que a gente tinha, que era o anteprojeto, aquela lista de cadastro das pessoas que seriam removidas, e, ao mesmo tempo, como trabalho dos alunos, de conversar com as pessoas para dizerem o que que elas enxergavam como alternativa. E em várias conversas que a gente teve com os moradores e pela própria observação nossa a gente sabia que poderiam ter outras alternativas que não significasse a remoção, que não significasse ampliar tanto a via pra ser mão e contramão, porque a gente sabia que poderia ser um binário, ou, pelo menos, alguns trechos poderiam ser, e outros trechos onde aparecessem a necessidade de ampliar, a ampliação poderia não ser necessariamente do lado que estava sendo proposto. (Matilda, professora da disciplina de OFIAUP)

No dia 24 de agosto, no sábado anterior à assembleia geral do dia 27 de agosto, foi realizada a montagem de três barracas de exposição do anteprojeto de alargamento: a primeira Savassinha, a segunda em frente à Escola Estadual Edson Pisani e a terceira na segunda água. Além de exporem o material obtido da URBEL referente ao alargamento da rua e coletarem sugestões de alternativas à obra, os alunos da Escola de Arquitetura, acompanhados por integrantes do Programa Polos da UFMG, distribuíram um panfleto explicando o processo e convidando os moradores para a assembleia geral do dia 27 de agosto. Também foi exibido filme “Uma Avenida no Meu Quintal” aos moradores na própria rua. Sobre a elaboração desse panfleto, Luiza conta que

Havia uma necessidade de esclarecimento de termo técnico, mas a gente tentava o tempo todo trazer um esclarecimento por meio da informação traduzida Simplificada, mas não por isso menos técnica. A gente tentava mostrar no papel a proximidade deles com a via, a casa deles, fazer com que eles se vissem ali naquele projeto. (Luiza, aluna da disciplina de OFIAUP).

Figura 16: Imagens da exposição do anteprojeto de alargamento no dia 24 de agosto de 2013



Fonte: Escola de Arquitetura da UFMG

Figura 17: Panfleto (frente e verso) distribuído no dia 24 de Agosto de 2013

**ATENÇÃO MORADORES DA RUA
NOSSA SENHORA DE FÁTIMA!!!**

Você sabia?

Que a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) está dando encaminhamento ao projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima. E que trata-se de um projeto em que a URBEL/PBH pretende, inicialmente, gastar cerca de 22 milhões de reais?

Que só após a determinação do Ministério Público Federal, por meio do Programa Pólos de Cidadania, é que parte do projeto tornou-se público?

Que no dia 07 de agosto de 2013 foi realizada uma reunião com a URBEL, no Baleião, onde a Prefeitura queria que esse projeto fosse aprovado. E que algumas pessoas presentes não acharam justo isso acontecer sem antes passar pelo conhecimento dos moradores da rua?

Que foi realizado o primeiro encontro de moradores da Vila Fátima na Escola Municipal Edson Pisani, no dia 13 de agosto? Nesse encontro foram discutidos vários pontos importantes, e foi marcado um 2º ENCONTRO.

A partir de agora, a comunidade precisa ampliar essa discussão. São decisões, projetos e recursos que afetam a sua vida.
PARTICIPE!

1

PRECISAMOS AGIR, E RÁPIDO!

Pense...

Quanto vale a sua casa?!

Qual o valor da sua história e da sua relação com a comunidade: isso tem preço?!

Você quer sair dessa comunidade?!

Será que a sua indenização será o valor real da sua moradia?!

Onde você vai morar?!

E os comerciantes removidos, para onde vão?!

E a sua Igreja, para onde vai?!

Você teve participação na elaboração do projeto de alargamento da rua?!

Todas as remoções são realmente necessárias para a melhoria dessa rua?!

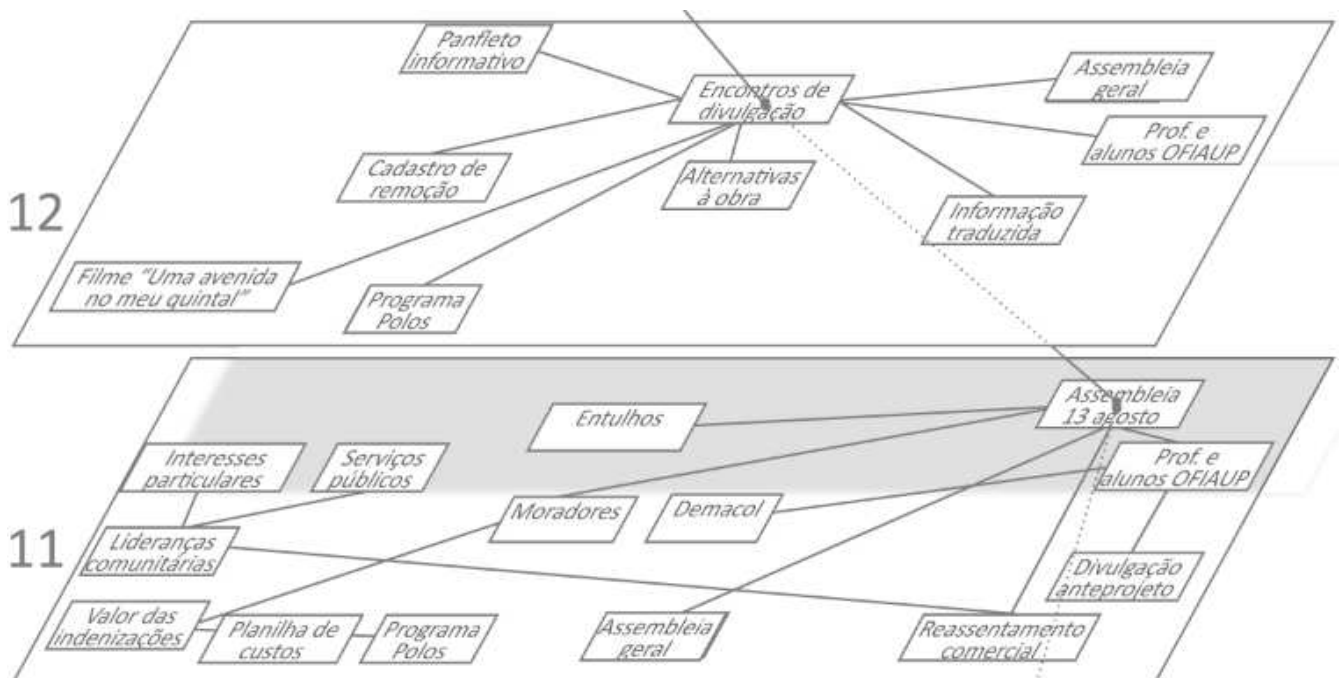
Existem outras alternativas para a melhoria da Rua Nossa Senhora de Fátima?!

**ESSAS E OUTRAS QUESTÕES
PRECISAM SER DISCUTIDAS
PELA COMUNIDADE. NÃO
DEIXE ESSA OPORTUNIDADE
PASSAR!!!**

3

Durante o dia de hoje (sábado, 24/08) até às 12h, exibiremos o filme "Uma Avenida em Meu Quintal", na Rua Nossa Senhora de Fátima, no final do ônibus 9031.

2

Diagrama 12: Desfecho da controvérsia III

Fonte: Elaboração Própria

No dia 27 de agosto de 2013 foi realizada a **Assembleia Geral** para retomar a discussão na Escola Estadual Edson Pisani. Nessa Assembleia, de acordo com as gravações realizadas por Luiza, estiveram presentes Antônio e outros integrantes do **Programa Polos**, os **alunos e professores da Escola de Arquitetura da UFMG**, Frida, e 121 **moradores** e **comerciantes** do Aglomerado da Serra. Segundo Frida, essa assembleia contou com um volume muito maior de pessoas em relação à anterior, graças à divulgação realizada por meio dos panfletos distribuídos no dia 24 de agosto. A única **liderança comunitária** presente foi José. No início dessa Assembleia, Matilda apresentou o anteprojeto de alargamento e esclareceu alguns de seus pontos mais críticos, como o trecho entre a Savassinha e a Avenida do Cardoso, e apontou que ele não priorizava a permanência dos imóveis, mas sim a diminuição dos custos da obra. Segundo ela, como o **valor das indenizações** a ser pago pela URBEL era baixo, fazia sentido o argumento de que o alargamento do lado que havia o maior número de imóveis traria redução de custos, uma vez que a remoção do imóvel seria menos dispendiosa que a construção de uma estrutura de contenção do lado oposto. Além de Matilda, os alunos de arquitetura expuseram algumas **alternativas à obra** obtidas no encontro do sábado anterior:

Aí no segundo encontro na Escola, a gente tentou muito promover esse compartilhamento da fala de todos os moradores de qual eram as soluções pensadas, e a quantidade de soluções foi tão grande e tão rica... A gente pensou: “cara, vamos começar um ateliê de projeto urbano aqui agora!”. Se a

URBEL tivesse para fazer o executivo, ela teria uma série de estratégias que mudariam demais o desenho que foi projetado. (Roberto, monitor da disciplina de OFIAUP)

Na Assembleia Geral, os integrantes do Programa Polos ainda esclareceram que a indenização prevista pela URBEL é com base na Legislação Municipal, ou pelo Decreto 8.543 de 5 de janeiro 1996, que institui o Programa de Assentamento de famílias removidas em decorrência de execução de obras públicas (PROAS). Nesse programa, a indenização de imóveis pertencentes a terrenos públicos é realizada apenas pelo valor da benfeitoria investida pelo proprietário. Ainda, segundo o Polos, somente por meio da conquista do direito de propriedade, ou seja, da regularização fundiária da favela do Aglomerado da Serra, o valor da indenização pago pela URBEL poderia atingir um valor compatível com o valor praticado no mercado de imóveis da Serra. Em relação à audiência pública do auditório do Baleião, Roberto contou que somente as lideranças comunitárias foram convidadas a participar, já que a URBEL considerava ser suficiente o aval dos presidentes de associações comunitárias para a realização da obra. Nesse momento, alguns moradores se manifestaram contra as lideranças comunitárias, afirmando que elas representavam apenas seus interesses individuais e não os coletivos. José então tomou a fala e disse:

Pessoal, eu só gostaria de dizer que vocês são soberanos. Liderança ou qualquer coisa é voto de minerva. Vocês têm que conscientizar que o coletivo é lei, o individual não. Vocês pensem bem, porque não pode deixar as coisas acontecerem do jeito que está para acontecer aí. Fiquem firmes na defesa porque vocês são soberanos. (José, liderança comunitária da Serra, em transcrição própria realizada da assembleia do dia 27 de agosto de 2013)

Mesmo José se colocando favorável ao clima de insatisfação em relação à obra, alguns moradores interromperam a sua fala com deboche. Em seguida, Luiz sugeriu a realização da votação para decidir sobre a aprovação ou não da obra. A primeira sugestão foi a da realização de duas votações: quem era a favor da obra e quem era contra a obra. No entanto, uma moradora afirmou:

Não acho que a votação deve ser assim. Essa obra eu, pelo menos, não quero. Não sei se alguém quer, mas eu não quero, porque no mapa da para ver que da igreja nova até a Joana D'arc, no mapa deles já está como demolido! Mas o cabelereiro ainda está lá, a igreja ainda está lá, tá todo mundo lá, entendeu? Então é isso que nós temos que entender. A obra vai melhorar alguma coisa? Vai. Mas esse projeto que eles apresentaram, esse nós não queremos! (Transcrição própria realizada da fala de uma moradora na assembleia realizada no dia 27 de agosto 2013).

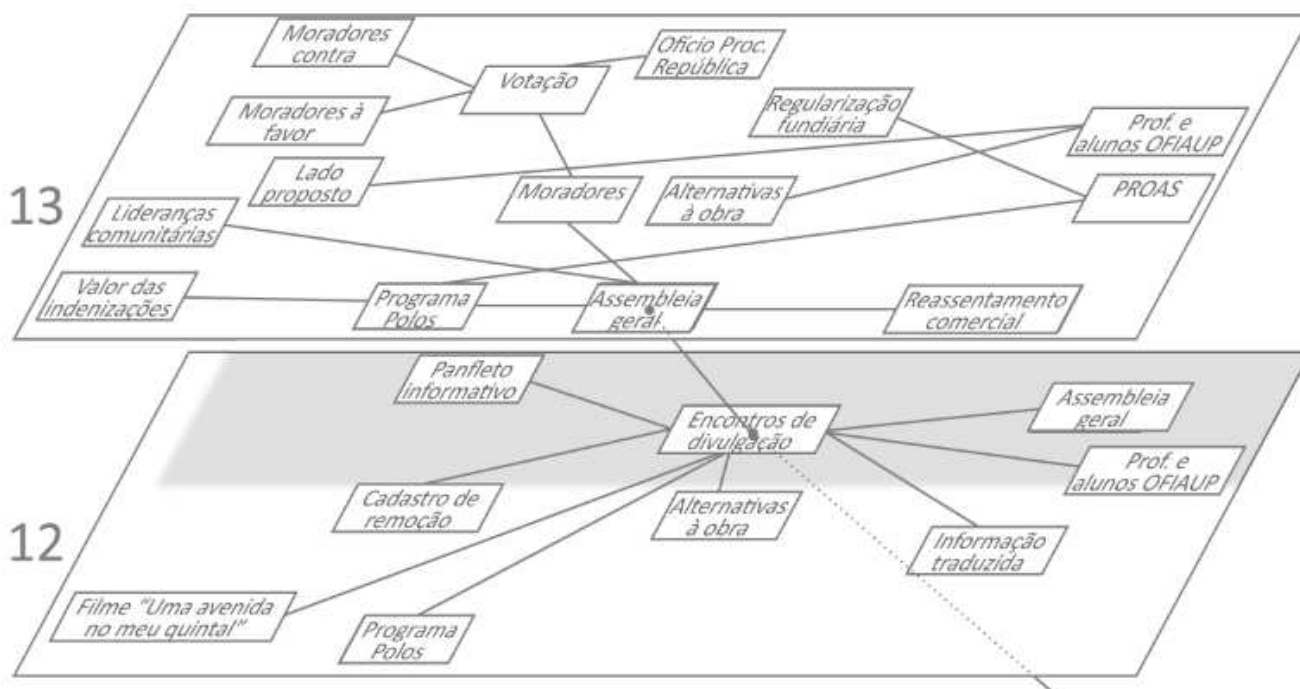
Depois da manifestação da moradora, Antônio sugeriu a realização de uma terceira votação além das duas já sugeridas: quem era a favor da obra com alterações no projeto. A votação foi realizada e obteve o seguinte resultado: **88 pessoas votaram contrárias** à realização da obra, **31 pessoas se declararam a favor da obra**, com a ressalva de haver participação popular efetiva na construção e na execução do projeto e 2 pessoas se abstiveram. Após a apuração dos votos, todas as pessoas votantes assinaram um ofício que foi encaminhado à URBEL por meio do Programa Polos de Cidadania. Além disso o Programa Polos enviou o mesmo **ofício ao Procurador da República** como forma de dar maior respaldo jurídico ao processo (Anexo E).

Figura 18: Imagens da gravação de vídeo da Assembleia Geral do dia 27 de agosto de 2013: exposição do anteprojeto, votação da obra e assinatura da ata



Fonte: Escola de Arquitetura da UFMG

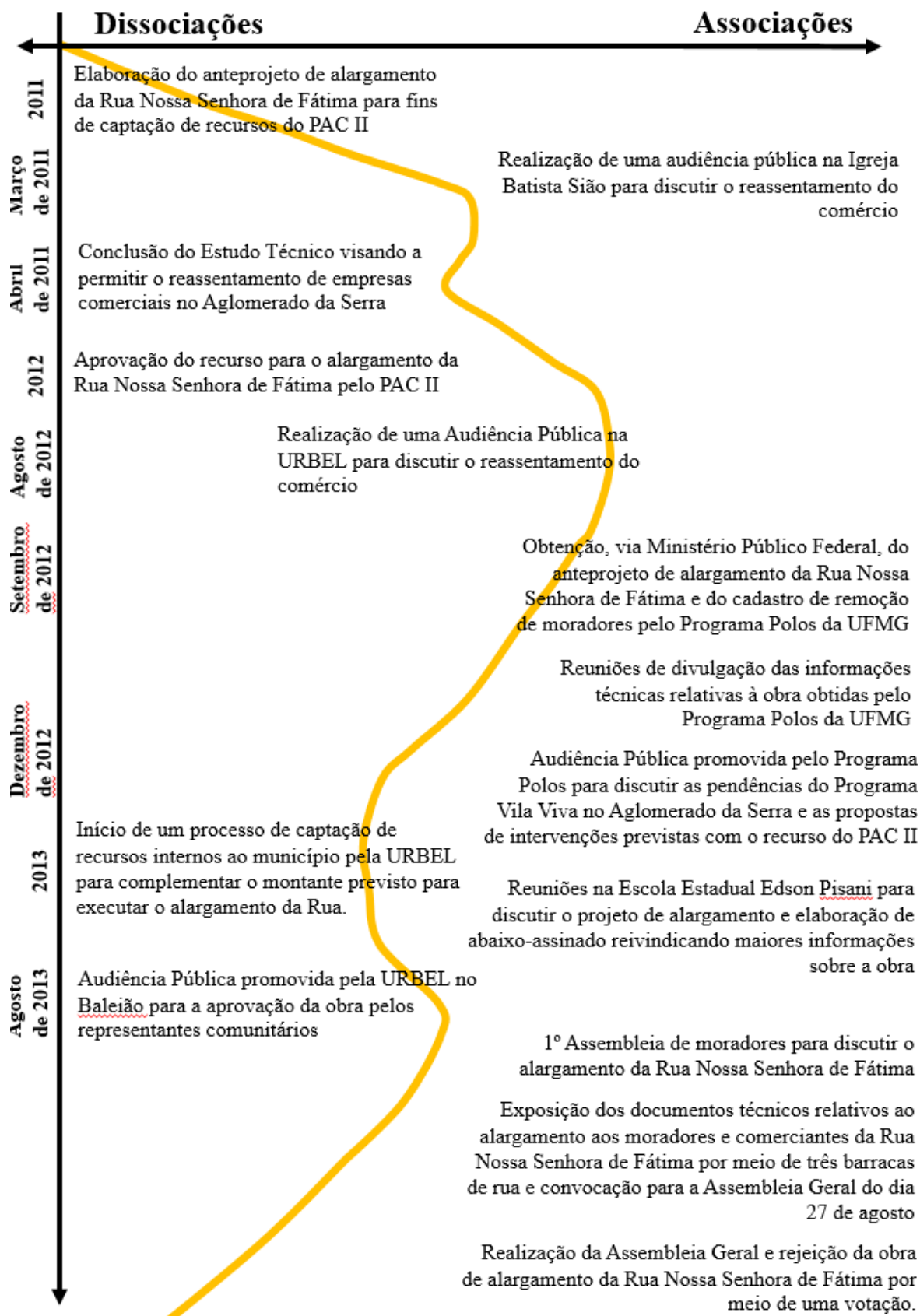
Diagrama 13: Desfecho da controvérsia IV



Fonte: Elaboração Própria

Por fim, apresento a segunda parte do Diagrama de Translações, que agrega os principais eventos sobre a controvérsia em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima:

Figura 19: Diagrama de Translações - Controvérsia em torno do alargamento



Fonte: Elaboração Própria

4. Algumas Impressões dos atores sobre o desfecho e considerações finais.

A obra de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima foi um caso atípico, porque ela foi paralisada ou interrompida antes de virar licitação. Nunca isso tinha acontecido antes. A gente teve alguns problemas já durante a intervenção, mas também não foi na Serra. Como lá na Serra foi a primeira experiência [de Vila Viva], e aí os preços das coisas na cidade ainda estava relativamente baixo, de imóveis, de indenização, então a gente achou muita casa na Serra pra comprar, mas hoje você não acha mais. As intervenções públicas têm esse problema: você faz uma melhoria, mas você eleva tudo que é valor de imóvel na região, e isso acontece tanto na cidade quanto na favela, claro! E esse excedente de valorização teria que ser a prefeitura que ia bancar. E nós estávamos começando a buscar isso aqui dentro da prefeitura, e não estava difícil não, porque quando a gente tava colocando o valor aprovado no OP, ele praticamente pagava esse adicional de valorização, e a gente já tinha construído um argumento que era bem plausível de passar, não estava complicado. Só que nesse momento a gente recebeu o abaixo-assinado feito pelo Polos, aí não valia a pena você encaminhar isso sabendo que o povo não estava querendo. Você começar uma intervenção com essa mobilização toda aqui de população, de comerciante, de universidade, não vale a pena. (Regina, Diretora de Planejamento da URBEL)

Segundo a fala de Regina, Diretora de Planejamento da URBEL, houveram dois principais motivos que justificaram a rejeição ao alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima. O primeiro motivo se deu pela grande valorização imobiliária da Serra, provocada, em grande parte, pelas intervenções do Vila Viva. Segundo a diretora, a URBEL estava buscando alternativas orçamentárias dentro da Prefeitura de Belo Horizonte para suprir esse excedente de valorização. O segundo motivo, ocasionado pelo primeiro, foi proveniente da grande mobilização, envolvendo moradores, comerciantes e a UFMG, contrária à execução da obra nos moldes propostos pela URBEL. No entanto, segundo Carlos, a questão da mobilização contrária à obra foi a principal ocasionadora da sua não execução. Segundo o técnico, essa mobilização não foi motivada pelas questões inerentes à proposta de alargamento elaborada pela URBEL, mas sim por um movimento de oposição à gestão municipal que se consolidou em Belo Horizonte, composto principalmente por universitários, desde a entrada de Márcio Lacerda, o atual prefeito:

Durante a execução do Vila Viva nós nunca tivemos nenhuma abordagem! Primeiro porque eles percebiam o volume da intervenção. Segundo porque eles sabiam que a comunidade estava extremamente mobilizada e que eles não sabiam como seriam recebidos. Essa Frida, o povo do Programa Polos, da defensoria pública, da UFMG, ninguém pra ajudar a gente a remover as famílias, ou pra fazer alguma proposta, ou até mesmo pra ser contra e dificultar a obra. Ninguém apareceu. É isso que me estranhou... eles viram depois que a onça estava morta que estava fácil tirar o couro para fazer essa

partilha. (...) Eu tô te falando isso até com certo entusiasmo porque era uma proposta extremamente avançada! E eles deram as costas para isso. Ouviram isso, fingiram que não entenderam, ou entenderam e como o objetivo não era o de contribuir, o objetivo era boicotar, não sei se porque são contra o Márcio Lacerda, e talvez por isso não quiseram nem ouvir! (...) Eu posso até entender do ponto de vista político, e pode ser até legítimo isso, o que não é legítimo é fazer disso o comprometimento de uma política pública! Porque nem essa força política que está aí, por mais que seja passível de alguma crítica, ela não deixou de fazer o mesmo investimento, seguir a mesma concepção que era a anterior, que era a mesma concepção do Vila-Viva. Então para mim tem um aspecto de oportunismo político muito intenso. Porque eles não vieram aqui enquanto a onça estava viva? (Carlos, Técnico Social URBEL)

Embora a atuação de professores e alunos da UFMG no debate em torno da proposta de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima tenha sido compreendida por Carlos como um oportunismo político, para Matilda, professora que orientou os alunos da disciplina de OFIAUP, essa atuação esteve muito mais relacionada à sua prática pedagógica. Segundo Matilda, a participação nesse processo teve como intuito estimular a criação, pelos alunos, de interfaces estimuladoras da autonomia de cidadãos não arquitetos:

Aqui na escola tem essa discussão se o arquiteto como mediador e arquiteto como criador de interfaces, então assim, a discussão é: se um trabalho depende de você estar lá, a capacidade de reprodução desse trabalho ele é limitado. Então vamos trabalhar na linha de produzir interfaces para a autonomia, instrumentos que possam ser apropriados pelo sujeito, independente de estar lá, e ainda assim, aquilo que eu estou produzindo, ser útil. Eu concordo com essa abordagem, só que nessas discussões eu falo: gente eu concordo muito com isso mas acho que em um primeiro momento a interface somos nós mesmos, porque se nós não tivermos a vivência do lugar, dificilmente a gente vai conseguir produzir uma interface que seja útil para aquele cara, então eu preciso experimentar aquela realidade para conseguir propor alguma coisa que seja útil para eles quando eu não estiver lá. Se não for de mão-dupla, não faz sentido, se o que a gente faz não tiver tendo utilidade para nós, não faria sentido estar ali. (...) Colocar a ciência em questão é uma coisa que o cidadão comum pode fazer com a maior tranquilidade, o difícil é o universitário, que está apostando nisso, fazer. (Matilda, professora de OFIAUP)

Nesse sentido, na perspectiva de Matilda, a atuação da disciplina de OFIAUP teve como principal objetivo colocar os arquitetos em formação a serviço da população da Serra no sentido de compreensão técnica do anteprojeto apresentado, ao mesmo tempo em que, partindo da experiência vivida dos moradores, fazer com que os alunos compreendessem as alternativas ao projeto técnico apresentado. É nesse sentido que a professora afirma que a experiência deve ser de mão-dupla, e que a experiência do espaço vivido trazida pelos moradores era o principal ingrediente de crítica ao conhecimento técnico apresentado pela URBEL e ao próprio conhecimento praticado na academia.

Conforme foi descrito ao longo desse estudo, a entrada dos arquitetos apenas contribuiu para ampliar uma rede de controvérsias já construída, e assim acrescentar novas questões e actantes a ela. Sendo assim, não há como afirmar que essas novas questões levantadas em relação ao anteprojeto de alargamento foram as únicas decisivas para a sua interrupção. Ainda, segundo Luiza, uma das alunas da disciplina,

A princípio a gente está muito habituado com o processo de remoção e de indenização, e a gente não vê, não tem contato com o processo de participação da comunidade e interferência de forma que ou interrompa ou altere o curso do processo. E foi o que a gente viu ali, foi uma participação efetiva dos moradores na decisão e com uma abertura muito grande ao que o outro queria, independente se era a remoção, se era a saída dali, se era trocar por um apartamentozinho, havia essa abertura, mas aceitaram essa decisão coletiva, e, no final das contas, optaram por interromper o processo da prefeitura. E realmente interromperam. Não houve a vitória da força formal, mas sim dos próprios moradores. Acho que acrescentou muito para mim, como aluna, e para todo mundo que participou desse processo. Não somente ver, mas de ter a oportunidade de participar e de influenciar nisso, de se ver como instrumento ali, como um agente mesmo da mudança dos processos da cidade. (Luiza, aluna da disciplina de OFIAUP)

A fala de Luiza revela como os alunos e professores da Escola de Arquitetura da UFMG se depararam com um processo de mobilização já em curso. Se essa participação contribuiu para ampliar a compreensão do anteprojeto e para a divulgação da assembleia geral com as ações na Rua Nossa Senhora de Fátima, segundo Luiza, os principais protagonistas no curso desse processo foram os próprios moradores da Serra. Ainda segundo Luiza, o processo coletivo construído entre as pessoas envolvidas contribuir para uma tomada de decisão conjunta. Sobre isso, também afirma Frida que

mais do que qualquer lugar no mundo, a favela é muito dinâmica. Nós sempre vivemos há muito tempo à margem, com as nossas próprias leis, com as nossas próprias regras, com tudo muito nosso. Não adianta você chegar aqui e colocar uma placa de mão-única porque as pessoas não vão respeitar, entendeu? Porque não é assim que as coisas se fazem dentro das comunidades. Tem que ser feito aqui, dentro da comunidade, pela comunidade. Hoje eu vejo que aqui na Serra as pessoas estão estudando mais e conseguindo mais conversar sobre as coisas. Hoje a gente está cada vez mais individualista, seguindo a perspectiva do capitalismo mesmo, cada um dentro da sua casa, mas uma coisa que a gente aprendeu foi conversar sobre o coletivo. (Frida, moradora da Serra e vice-diretora da EEEP)

Assim, a rejeição ao alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, conforme apresentado, me permitiu a visualização de diversos elementos controversos em torno das intervenções urbanas em vilas e favelas. Por meio da cartografia das controvérsias foi possível

mapear diversos atores, ações e eventos sobre as discussões em torno do alargamento, bem como observar e descrever diversos pontos de vistas para além dos meus próprios pressupostos iniciais sobre esse processo. Essa abordagem ainda me permitiu organizar as informações obtidas, compreendendo a participação de cada actante – humanos e não humanos - bem como a sua importância na controvérsia em questão.

Sendo assim, o reconhecimento dos não-humanos foi imprescindível para a visualização da controvérsia em torno do alargamento da rua. Sem a proposta de alargamento, as lideranças comunitárias não teriam mobilizado os vereadores a convocar uma audiência pública. Sem o estudo técnico sobre o reassentamento comercial elaborado na câmara dos vereadores, a Vereadora Elaine Matozinhos não teria convocado uma nova audiência, da qual participou Bruno do Programa Polos da UFMG. Se não tivesse se associado ao Ministério Público Federal por meio do argumento da violência psicológica, o Polos não teria tido acesso ao anteprojeto de alargamento. Caso o Polos não tivesse acesso ao anteprojeto, ele não o teria difundido à população da Serra, mobilizado uma outra audiência pública e nem realizado um abaixo-assinado com os moradores reivindicando maiores informações sobre a obra. Sem essa mobilização, novos atores, como Frida, não teriam se associado ao processo e recorrido a um novo grupo com maior domínio do conhecimento técnico – os arquitetos. Os professores e alunos da Escola de Arquitetura não teriam observado e apresentado as incoerências da obra caso não tivessem se associado ao anteprojeto de alargamento. Duas assembleias com os moradores e comerciantes diretamente atingidos pela obra não teriam sido convocadas e mobilizadas não fossem todas as questões levantadas durante todo esse processo. Assim, a proposta de alargamento da rua, o estudo técnico, a violência psicológica, o anteprojeto de alargamento ou o abaixo-assinado são exemplos de actantes indispensáveis para a compreensão do processo assim como as lideranças comunitárias, os vereadores, os integrantes do Programa Polos da UFMG, os moradores e comerciantes da Serra e os professores e alunos da Escola de Arquitetura da UFMG.

Por meio das reflexões da Teoria Ator-Rede, assumi que a origem das ações dos atores é sempre incerta. No caso do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, foi possível observar a existência de diversos atores que podem se encaixar nas categorias de moradores, de comerciantes ou de lideranças comunitárias, embora não tenha sido possível partir dessas categorias para definir os posicionamentos contra ou a favor da execução da obra, e assim, para definir suas ações e associações diante desse processo. A dificuldade de realizar uma categorização entre os atores envolvidos se deu não somente pela multiplicidade de interesses

e questões envolvidas nesse conflito, mas também pela existência de questões contemporâneas que impossibilitam a criação de um esquema fixo de categorias como as de Estado, de capitalismo, de universidade, de moradores e de comerciantes. Sendo assim, a controvérsia em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima foi melhor compreendida por meio de três grandes temáticas atuais que, embora separadas ao longo da exposição, atravessaram todo o relato sobre esse processo. Essas três temáticas – a do reassentamento comercial, do acesso à informação e da representatividade comunitária – assim, além de se tratarem de questões contemporâneas no âmbito do planejamento urbano, contribuem para a diluição das fronteiras categóricas entre os diversos atores envolvidos.

Em relação a primeira temática relacionada à controvérsia em torno do alargamento - o reassentamento comercial -, dentre várias outras questões, expõe um tensionamento na fronteira entre comerciantes e moradores de uma favela no que diz respeito à garantia de direitos. Embora, desde 1998, o município de Belo Horizonte tenha criado um mecanismo para garantir o reassentamento residencial de famílias removidas em decorrência da execução de obras públicas (por meio do PROAS), os imóveis comerciais pertencentes aos assentamentos informais nunca tiveram esse tipo de garantia. Sendo assim, a questão do reassentamento comercial demonstra como, diante do poder público e das intervenções urbanas em favelas, o comércio é dado como inexistente. A favela é encarada, tendo em vista a estrutura jurídica vigente, como um simples aglomerado de residências, não sendo assim reconhecida como um espaço que também agrega práticas de produção, comercialização e consumo assim como nos demais espaços da cidade formal. Nesse sentido, é possível afirmar sobre a existência de aspectos contemporâneos que despertaram a questão do reassentamento comercial, catalisada na controvérsia em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima. Um desses aspectos pode estar relacionado ao aumento do poder de consumo da Classe C e da ampliação do acesso ao crédito em espaços antigamente privados desse tipo de serviços, o que pode ter contribuído para o crescimento e fortalecimento comércio em vilas e favelas. Esse aspecto, embora observado no trabalho de campo do início da minha pesquisa na região da Savassinha, pode ser melhor aprofundado em pesquisas futuras sobre o comércio em vilas e favelas. Outro aspecto que pode ter contribuído para o agravamento da questão do reassentamento comercial no Aglomerado da Serra foi o da experiência anterior dos comerciantes com o Programa Vila Viva I. Nesse programa, o comércio removido foi indenizado apenas pelas benfeitorias realizadas pelos proprietários, o que impossibilitou muitos comerciantes de se reestabelecerem na Serra.

A questão em torno do reassentamento comercial de imóveis atingidos por obras públicas em vilas e favelas no município de Belo Horizonte, no entanto, pode estar caminhando para se resolver. Isso porque, graças a discussão em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima e o aprofundamento dessa questão nesse processo, foi encaminhado, na Câmara dos Vereadores, um projeto de lei que pode solucionar o reassentamento comercial em vilas e favelas. Assim, o Projeto de Lei nº 1461115, segundo o Anexo F, “cria no âmbito da Política Municipal de Habitação o Programa de Realocação de Atividade Comercial – PRAC – e o Programa Auxílio Comércio, altera a Lei nº6.326/1993 e dá outras providências”.

Já a segunda temática, o acesso à informação, expõe um tensionamento entre as fronteiras de favela e universidade bem como de Estado e favela. Retomando a fala de Frida, com a ampliação do acesso à informação pela via da ampliação do acesso à educação formal e superior, as pessoas da favela estão aprendendo a conversar mais sobre o coletivo. A própria Frida é um forte exemplo de sua própria afirmação, uma vez que ela, por meio de sua pesquisa de mestrado, passou a se engajar mais ativamente sobre as questões do Vila Viva I em sua própria comunidade e a se envolver com o Programa Polos de Cidadania da UFMG. Ao mesmo tempo, é possível afirmar sobre uma maior aproximação da universidade com o universo da favela. A própria disciplina de Oficina Integrada de Arquitetura, Urbanismo E Paisagismo - OFIAUP: Problemas de Requalificação e Urbanização de Assentamentos Precários da graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG é um exemplo dessa aproximação. Sendo assim, é possível afirmar, diante do processo de rejeição do alargamento, uma maior possibilidade de utilização da informação técnica sobre o planejamento urbano a favor dos interesses dos moradores da favela. O próprio aprendizado advindo pelas intervenções urbanísticas anteriores (como o Vila-Viva I) dos moradores da favela pode ter contribuído para a maior busca e compreensão dessa informação técnica. Não há como negar que a mediação da universidade – tanto do Programa Polos quanto dos professores e alunos da Escola de Arquitetura – foi imprescindível para que essa informação técnica fosse obtida, traduzida e difundida. No entanto, sem considerar os moradores e comerciantes da Serra como importantes mediadores nesse processo, não seria possível compreender a rejeição ao alargamento da rua em uma assembleia realizada pela própria comunidade. Sendo assim, é apresentado, nesse processo, algumas possibilidades de composição de associações entre actantes – moradores, universidade e informação técnica -, circunstanciadas de maneiras bastante diferentes se comparado com outros processos de intervenções urbanas em vilas e favelas.

Ainda em relação a questão do acesso à informação, não há como não a compreender por meio de um processo de disputa no qual o poder público – representado pela URBEL – tem um lugar dominante. Todo o processo em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima evidenciou que quando uma informação técnica restrita aos planejadores urbanos é apropriada por diferentes atores (como moradores, universidade, comerciantes, etc.), os processos de circulação e apropriação dessa informação podem ganhar rumos bastante imprevisíveis: nesse processo, a informação técnica, obtida na URBEL via Ministério Público Federal acabou sendo exposta em uma barraca de rua. Por esse motivo, o processo de rejeição ao alargamento é um exemplo de que o poder público, além de garantir o acesso à informação, deveria criar mais instâncias de participação que, de fato, possibilitem alterar os processos de planejamento em curso.

Por fim, a terceira questão, da representatividade comunitária, revela um atrito entre as categorias de liderança comunitária e de Estado. Se, por um lado, é possível afirmar que, em certos momentos, as duas categorias representam o mesmo interesse, por outro, como a própria controvérsia em torno do alargamento evidencia, essa afirmação deve ser um pouco mais cuidadosa. Nos próprios relatos de todas as lideranças comunitárias é possível identificar diversas fragilidades no que se refere a um pacto anteriormente estabelecido entre as associações comunitárias e a prefeitura. Nesse sentido, a questão da representatividade comunitária na controvérsia em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima expõe diversas questões contemporâneas sobre o planejamento urbano municipal atual, como a atual importância das lideranças nesses processos de intervenção urbana, bem como a efetividade dessa forma de representatividade nas instâncias de reivindicação estabelecidas para a garantia dos interesses comuns.

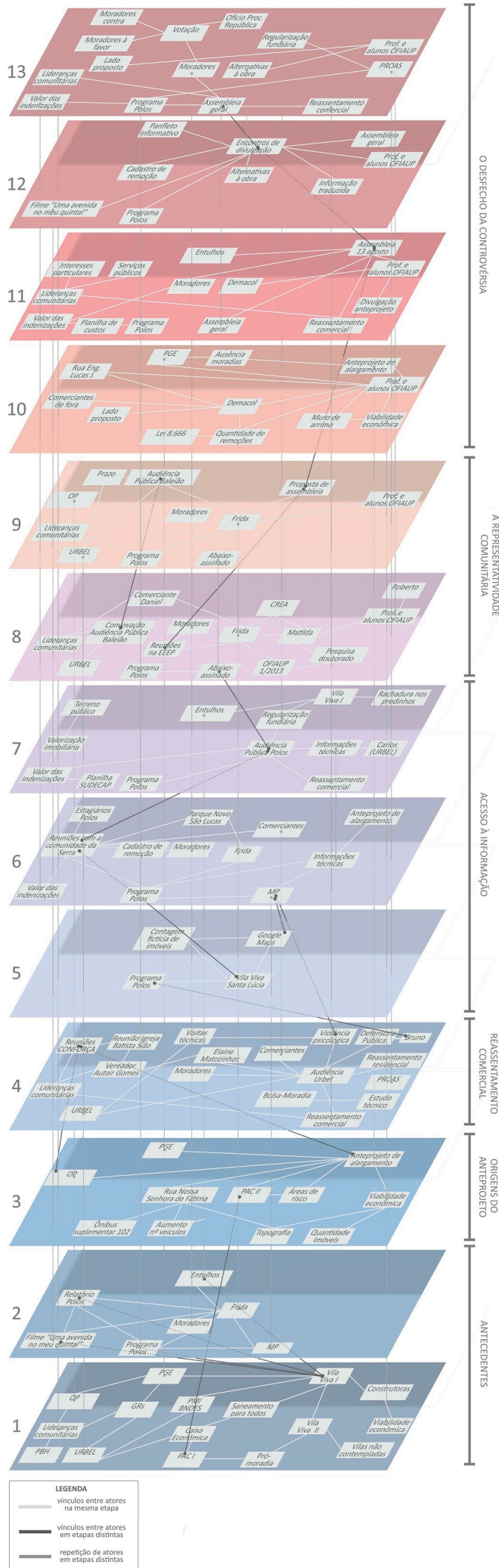
No entanto, expor a diluição das fronteiras categóricas entre comerciantes, moradores, favelados, universitários, lideranças comunitárias e gestores públicos, ou seja, entre categorias humanas em questão, significa abolir as relações de poder existentes entre esses atores? Relativizar as posições que cada um desses atores ocupam nas relações de poder significa se abster de uma proposição política crítica? E ainda, onde entram os demais actantes não-humanos nessas relações?

O presente estudo procurou evidenciar, por meio da disputa em torno do alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, que uma das possibilidades de compreensão dos conflitos coletivos passa pelo reconhecimento dos não-humanos e das suas associações com os humanos. Esse reconhecimento, no entanto, não se limita a uma simples proposta teórico-metodológica,

mas também busca ressaltar que na compreensão dos momentos de disputa de interesses, momentos em que a vida coletiva se constrói e reconstrói, as questões técnicas (não-humanas) não devem estar dissociadas das questões políticas (humanas). Nesse sentido, as proposições políticas da vida coletiva também devem levar em conta as relações de poder existente entre humanos e não-humanos.

Não há técnica sem política, não há política sem técnica. A separação entre técnica e política só se faz possível quando amparada pelo conhecimento científico compartimentado, do qual compreensão do mundo se faz pela separação entre as ciências humanas (da política) e as não-humanas (da técnica). Sendo assim, é possível redefinir a compreensão das relações de poder da vida coletiva por meio dos híbridos, da socialização entre humanos e não-humanos, e assim, da técnica. Enquanto a técnica, amparada pelo conhecimento científico, estiver restrita a poucos atores, ela se exercerá enquanto um instrumento de poder. No processo de rejeição ao alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, não é possível deixar de considerar o peso que o conhecimento técnico representou entre os diversos atores envolvidos. Ao mesmo tempo, enquanto a ciência insistir na constante tarefa de purificação da vida coletiva, ela permanecerá a serviço dos poucos atores que detêm a técnica como um instrumento de poder. Uma proposta política para as ciências é que ela deixe de crer na sua capacidade exclusiva de explicar a sociedade e a natureza, e passe a descrevê-las de forma indissociável. Talvez uma ciência que crê menos em seu poder explicativo esteja mais comprometida com as formas outras de compreender a vida coletiva, e assim, modificá-la.

Diagrama da Rede Sociotécnica Final



Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Reginaldo Magalhães de. *Favelas viraram bairros de verdade? Sobre a propaganda do programa Vila-Viva do Aglomerado da Serra*. Campinas. Oculum Ensaios, 2012 Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/1449>. Acesso em: 31 Jul. 2014.
- AMIN, Ash. *Collective culture and urban public space*, City, 12:1, 5 – 24. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13604810801933495> . Acesso em: 30 abr. 2015.
- ANAIS DA II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA. Secretaria Municipal da Coordenação de Política Urbana e Ambiental. 2013. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/comunicacao/RELATORIOS/Anais_da_II_Conferencia_de_politica_urbana.pdf> . Acesso em: 27 abr. 2015.
- BEDÊ, Mônica M. C. COSTA, Heloisa S.M. *Entre as ideias e o contexto: uma discussão sobre a política municipal de habitação na gestão da Frente BH Popular (1993-1996)*. In: Geografias, Belo Horizonte, 02(2) 56-73 julho-dezembro de 2006
- BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. *Processo de licenciamento ambiental do Programa Vila Viva*. Belo Horizonte: SMMA, 2011.
- BRANDENBERGER, F. *Plano Global Específico: um instrumento de planejamento urbano em assentamentos subnormais*. In: Seminário de Avaliação de Projetos IPT. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 2001. Disponível em: <http://www.habitare.org.br/pdf/publicacoes/arquivos/54.pdf> . Acesso em: 27 abr. 2015
- BITTENCOURT, Eduardo Moutinho Ramalho. *Intervenções estruturantes na urbanização de assentamentos precários: o caso da Vila Nossa Senhora de Fátima*. Dissertação de Mestrado, NPGAU, UFMG, 2014.
- CARVALHO, Ananda M. VIEIRA, Christiane V. OLIVEIRA, Lucas F. CRUZ, Marine R. GOMES, Tays N. DIAS, André L. F. *Participação popular na política habitacional de belo horizonte: a experiência do programa Polos de cidadania no Aglomerado Santa Lúcia*. 65º Reunião Anual SBPC. 2013. Disponível em <http://www.sbpcnet.org.br/livro/65ra/resumos/resumos/9418.htm> . Acesso em: 13 mai. 2015.
- CASTELLS, Manuel. *The urban question: a marxist approach*. London: Edward Arnold. 1977
- COSTA, G. M. *Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse?* In: VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1999, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: PROPUR/UFRGS/ANPUR. 1999
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 2011.
- FAINSTEIN, Susan. *Justice, politics and the creation of urban space*. In: MERRIFIELD A., SWYNGEDOUW, E. (1997). *The urbanization of injustice*. New York: New York University Press, p.18-44. 1997
- FARIA, Elisa Sampaio de. *Cartografia de controvérsias: conexões entre o conhecimento científico e a disputa sobre a instalação do Projeto Apolo na Serra do Gandarela*. Dissertação

de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da UFMG. 2014

FERNANDES, Edésio. *Perspectivas para a Renovação das Políticas de Legalização de Favelas no Brasil*. In: Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro: Ano XV, Nº 1, 2001.

_____; PEREIRA, Helena. D. Legalização das Favelas: qual é o problema de Belo Horizonte?. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, IPEA, p. 171-199, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/171/184> ; Acesso em: 11 mai. 2015.

GEETZ, Clifford. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

GODOY, Melissa G. MONOSALVA, Andrés. *Programa de Melhoria da Mobilidade para Moradores de Vilas e Favelas de Belo Horizonte*. 2004. Disponível em: http://www.innovacionlocal.org/files/011programa_de_melhoria_da_mobilidade_para_moradores_de_vilas_e_.pdf . Acesso em: 9 jun. 2015

GONÇALVES, Patrícia Garcia. *Estudo Técnico Referente à Possibilidade de Reformulação da Leis nº 7.597/98 e 8.566/03 visando a permitir o reassentamento de empresas comerciais no Aglomerado da Serra*. Divisão de Consultoria Legislativa. Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2011

GOMES, Juvenal L. *Condições de vida no passado, conquistas do presente: a luta das associações comunitárias do Aglomerado Santa Lúcia por cidadania*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Coimbra, 2011. Disponível em: http://www.programabolsa.org.br/pbolsa/pbolsaTeseFicha/arquivos/tese_juvenal_lima_gomes_.pdf . Acesso em: 19 jun. 2015

GOMES, Uende Aparecida F. HELLER, Léo. Saneamento Básico em Vilas e Favelas: qual o papel da regularização fundiária?. Revista VeraCidade. Ano IV. Nº5. Outubro de 2009. Disponível em: <https://rededepesquisasemfavelas.files.wordpress.com/2012/05/812.pdf> . Acesso em: 17 jun. 2015

GOTTDIENER, Mark. *The social production of urban space*. Austin: University of Texas Press. 1985

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1997, 2ª edição, 310 p

HALL, Stuart. *A questão multicultural*. In: Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003 [2000]

HARVEY, David. *Social Justice and the City* (University of Georgia Press: Athens, GA). 1973

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA; Baurú: EDUSC. 2012.

_____. 1994a. Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia simétrica. (Trad. Carlos Irineu da Costa) Rio de Janeiro: Ed.34. [1991]

_____. 1994b. On technical mediation: Philosophy, Sociology, Genealogy. *Common Knowledge* 3(2):29-64.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

LEME, Maria Cristina da Silva, PARTERNAK, Suzana. *Ensino e Pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais*. R.B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, V.4, N.1/2 – MAIO/NOVEMBRO. 2002

LEVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. Campinas, SP: Papirus, 1962

MALBURG, C. H. R. *As políticas públicas e o desafio das cidades – uma proposta de financiamento ao desenvolvimento urbano e regional*. In: ALÉM, A. C.; GIAMBIAGI, F. (Orgs.). *O BNDES em um Brasil em transição*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_brasil_em_transicao/brasil_em_transicao_completo.pdf. Acesso em: 9 abr. 2015.

MASSEY, Doreen. *Pelo Espaço: Uma nova política da espacialidade*. Tradução Hilda Pareto Macial, Rogério Haesbaert. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008

MELO, Izabel Dias de Oliveira Melo. *O espaço da política e as políticas do espaço: tensões entre o programa de urbanização de favelas "Vila Viva" e as práticas cotidianas no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado, IGC, UFMG, 2009.

MOTTA, Luana. D. *Da construção da nova capital mineira ao atual modelo de gestão de vilas e favelas: notas sobre um estudo de caso do Programa Vila Viva*. *Cadernos de História*, v. 13, p. 126-146, 2012.

OSTOS. Luciana Moreira; MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio. *As idéias dentro do lugar: Plano Global Específico. As idéias brotadas do lugar: participação e conteúdo. Um estudo a partir da Vila da Paz em Belo Horizonte – MG*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

PEREIRA, Claudius Vinícius Leite; AFONSO, Andrea Scalon; MAGALHÃES, Maria Cristina Fonseca de. *Programa Vila Viva: Intervenção estrutural em assentamentos precários*. Apresentado no 17º Encontro Nacional da Anamma, Recife, 2007. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=22546&chPlc=22546&viewbusca=s>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

PIMENTA, Denise A. O. JANUÁRIO, Fernanda S. PINTO, Geíse P., NOGUEIRA, Maria Luísa M., RIBEIRO, Thalles R. G. *Programa Vila Viva: Contradições e resistências no processo de urbanização de uma favela em Belo Horizonte*. XV Encontro Nacional da ABRAPSO, 2009. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/405.%20programa%20vila%20viva.pdf. Acesso em: 19 jun. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, *Anuário Estatístico – 2000*. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. Belo Horizonte, 2000^a.

_____. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. *Processo de licenciamento ambiental do Programa Vila Viva*. Belo Horizonte: SMMA, 2011.

PROGRAMA POLOS DE CIDADANIA. “Os efeitos do Vila Viva Serra na condição socioeconômica dos moradores afetados”. Belo Horizonte: 2011.

SILVA, Floriscena Estevam Carneiro da. *Construindo muros e derrubando barreiras, a (des)construção das representações do gênero feminino no trabalho das operárias do Programa Vila Viva*. Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Belo Horizonte, 2011. Dissertação (mestrado).

SILVA, Jailson de Souza e (organizador). *O que é favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

THIOLLENT, Michel. *Construção do conhecimento e metodologia da extensão*. I CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. João Pessoa: 2002. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/conferencias/construcao.pdf acesso 15 de abril de 2015

TIBLE, Jean François Germain. *Marx e a América indígena: diálogo a partir dos conceitos de abolição e recusa do Estado*. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2012

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura, ÁVILA, Jorge Luís Teixeira. *Urbanização da pobreza e regularização de favelas em Belo Horizonte*. In: Anais do XIII Seminário sobre Economia Mineira, Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A117.pdf , Acesso em: 17 jun. 2015.

VENTURINI, T. 2010. *Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory*. Public Understanding of Science, Londres, v. 19, n. 3, p 258-273. Disponível em: <http://spk.michael-flower.com/resources/DivingInMagma.pdf> . Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. 2012. *Building on Faults: how to represent controversies with digital methods*. Public Understanding of Science, Londres, 2(7), p. 796 – 812. Disponível em: http://www.medialab.sciences-po.fr/publications/Venturini-Building_on_Faults.pdf . Acesso em: 21 abr. 2015.

VIEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira Vieira, OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. *A questão da moradia popular no Brasil: desafios da questão urbana*. Unicamp. 2012

APÊNDICES:

APENDICE A – Roteiro das Entrevistas Semi-Estruturadas:

1. Antecedentes do projeto de alargamento: o que condicionou sua elaboração? (Representantes da URBEL)
2. Como você tomou conhecimento do projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima? Quais foram suas ações seguintes?
3. Você pode descrever os eventos mais importantes sobre esse processo? (apresentar à pessoa entrevistada os eventos já mapeados e perguntar à ela quais tomou conhecimento ou participou).
4. Quais foram os atores mais importantes em cada evento? (apresentar os atores mapeados, e perguntar a opinião da pessoa entrevistada sobre a sua participação no processo).
5. Em quais momentos as opiniões dos atores convergiam ou divergiam?
6. Como cada evento contribuiu para mudar o curso da discussão em torno do alargamento da rua?
7. Na sua opinião, qual foi o principal motivo que desencadeou na rejeição ao alargamento da rua?
8. E agora? Como você vê o futuro das intervenções urbanas na Serra?
9. Que outras pessoas que participaram desse processo você acha importante eu entrevistar?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento para Participação em Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Prezado(a) Sr.(a),

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “*Controvérsias em torno da resistência ao projeto de Alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima*”. Esse trabalho está ligado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais.

Sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária e não será remunerada.

Todas as informações geradas nas entrevistas (gravações, registros e transcrições) ficarão sob inteira responsabilidade da pesquisadora Júlia de Carvalho Nascimento. Os resultados das entrevistas farão parte de uma pesquisa de mestrado e de trabalhos a serem divulgados em congressos e revistas científicas. Nome, endereço e todas as outras informações que identifiquem os participantes não serão divulgadas.

Para qualquer outro esclarecimento, basta entrar em contato com a pesquisadora na UFMG.

Estando de acordo, assine o presente Termo de Consentimento em duas vias.

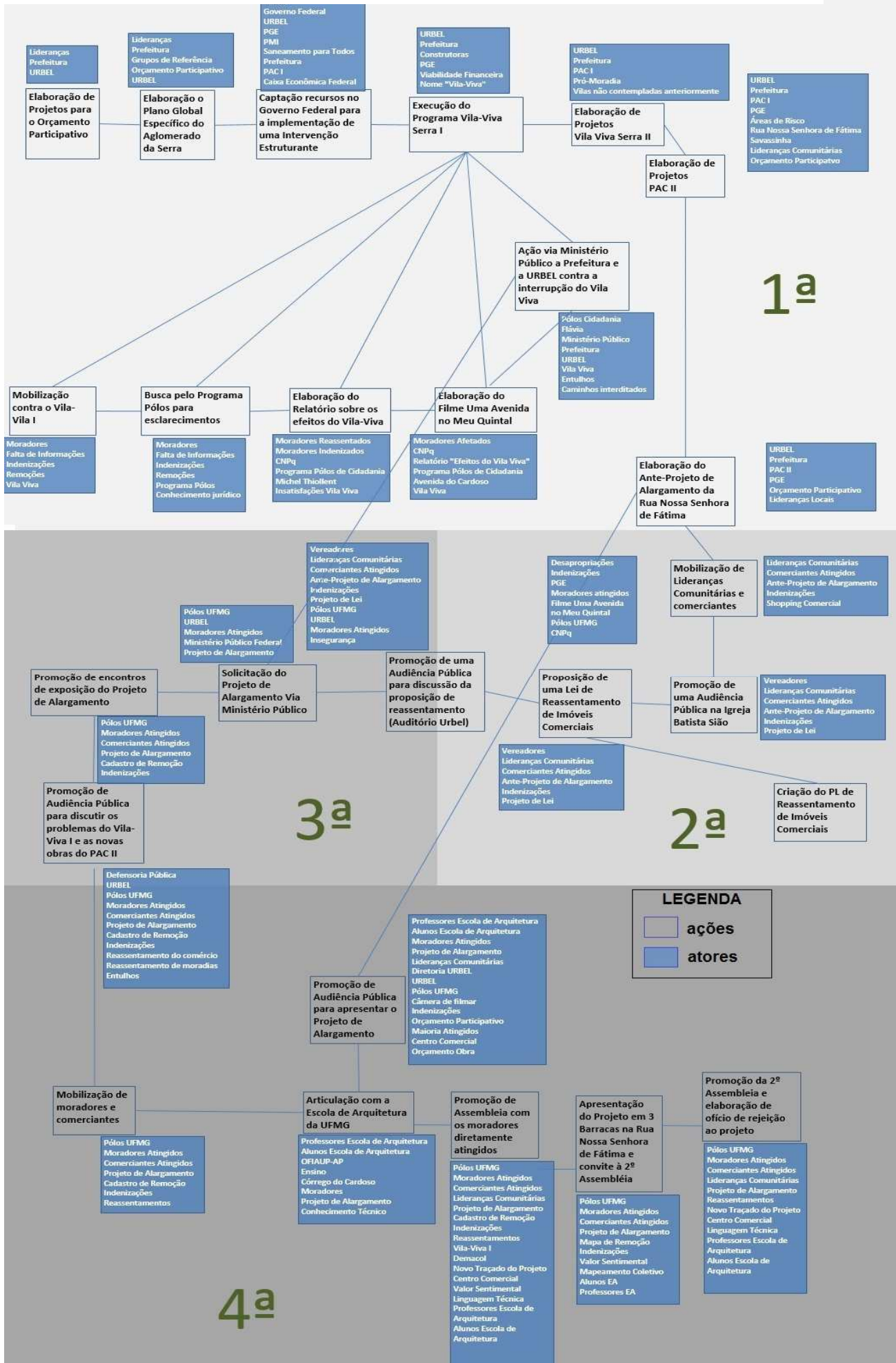
Nome do participante: _____

Declaro que li e entendi as informações relativas a esta pesquisa contidas neste Termo de Consentimento e concordo em participar voluntariamente da mesma. AUTORIZO a utilização das informações prestadas na pesquisa “*Controvérsias em torno da resistência ao Projeto de Alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima*”.

Belo Horizonte, 27 de Março de 2015.

Assinatura: _____
Participante

Assinatura:  _____
Júlia de Carvalho Nascimento
Pesquisadora Responsável
Telefones para contato: (31) 9192-7247
E-mail: juliacnascimento@gmail.com





CONVOCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº 213/2011

Requeremos a esta Comissão que solicite à Consultoria desta Casa estudos para possíveis reformulações nas Leis nºs 7.597/98 e 8.566/03, bem como o Decreto nº 14.344/11, visando possibilitar o reassentamento de empresas comerciais existentes nas regiões e de fundamental importância para a comunidade.

A demanda fundamenta-se no fato de que o alargamento das Ruas Nossa Senhora de Fátima, Bandonion e Savassinha, no aglomerado da Serra, terá como consequência a desapropriação de imóveis que abrigam empresas comerciais, muitas delas estabelecidas nos locais, há mais de 50 (cinquenta anos), o que tem causado sérias preocupações aos comerciantes e a comunidade.

Sugere a comunidade que o Poder Público proceda à construção de um centro comercial para manter no local a atividade comercial, conforme Audiência Pública, realizada na 5ª Reunião Extraordinária, em 30/3/11, na Igreja Batista Sião, Rua Bela Vista, nº 71, no Bairro Serra, pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana.

Belo Horizonte, 31 de março de 2011


VEREADOR AUTAIR GOMES


VEREADORA ELAINE MATOZINHOS


À Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana

Aprovado o requerimento

Plenário Elvécio Azeite

Em 31 / 03 / 11


Presidente da Comissão

Avisos distribuídos
Em 31 / 03 / 11


ANEXO B – Estudo Técnico referente à possibilidade de reformulação nas Leis nºs 7.597/98 e 8.566/03 visando permitir o reassentamento de empresas comerciais no Aglomerado da Serra



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

DIRETORIA DO LEGISLATIVO

DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA

ESTUDO TÉCNICO REFERENTE À POSSIBILIDADE DE REFORMULAÇÃO DAS LEIS Nº 7.597/98 E 8.566/03 VISANDO A PERMITIR O REASSENTAMENTO DE EMPRESAS COMERCIAIS NO AGLOMERADO DA SERRA

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este estudo técnico foi solicitado pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, conforme consta no Requerimento nº 213/2011, nos seguintes termos:

“Requeremos a esta Comissão que solicite à Consultoria desta Casa estudos para possíveis reformulações nas Leis nº 7.597/98 e 8.566/03, bem como o Decreto nº 14.344/11, visando possibilitar o reassentamento de empresas comerciais existentes nas regiões e de fundamental importância para a comunidade.

A demanda fundamenta-se no fato de que o alargamento das ruas Nossa Senhora de Fátima, Bandonion e Savassinha, no Aglomerado da Serra, terá como consequência a desapropriação de imóveis que abrigam empresas comerciais, muitas delas estabelecidas nos locais, há mais de 50 (cinquenta anos), o que tem causado sérias preocupações aos comerciantes e a comunidade.

Sugere a comunidade que o Poder Público proceda à construção de um centro comercial para manter no local a atividade comercial, conforme Audiência Pública, realizada na 5ª Reunião Extraordinária, em 30/03/11, na Igreja Batista Sião, Rua Bela Vista, nº 71, no Bairro Serra, pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana.”

Para atender ao solicitado, esta Consultoria pretende: entender a questão do direito à moradia e analisar a política municipal estabelecida para as áreas de interesse social; pesquisar e estudar a legislação citada pela Comissão (Lei nº 7.597/98, com as alterações promovidas pela Lei nº 8.566/03, e Decreto nº 11.283/03, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 14.344/11) e demais leis referentes às áreas de especial interesse social (Lei nº



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

8.137/00, com as alterações promovidas pela Lei nº 9.959/10); avaliar a possibilidade de reformulação da legislação estudada com o intuito de atender à solicitação da Comissão.

O DIREITO À MORADIA E A POLÍTICA HABITACIONAL EM BH

A solicitação apresentada pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana expressa um interesse em possível reformulação da Lei nº 7.597/98.

Considerando que essa Lei integra a legislação que embasa a política municipal de habitação em vigor no Município de Belo Horizonte, mostra-se importante neste estudo compreender a concepção de moradia que encontra-se subjacente às leis vigentes, bem como conhecer, ainda que sucintamente, o histórico da política habitacional no Município.

A QUESTÃO DA MORADIA

O direito à moradia tem como fonte originária a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A partir de então, a habitação passa a ser compreendida como uma necessidade de todo cidadão, tornando-se um parâmetro para identificar quando as pessoas vivem com dignidade e têm um padrão de vida adequado (JÚNIOR, 2006).

Com base na Declaração Universal e nessa nova concepção de habitação, as normas previstas em diversos instrumentos internacionais voltados para a proteção dos direitos humanos enfatizam o direito à moradia.

Segundo Júnior (2006), uma resolução das Nações Unidas¹ tratou dos componentes do direito à moradia, quais sejam:

1. segurança jurídica da posse (medidas a serem tomadas pelos Estados destinadas a conferir proteção legal contra despejo forçado, perturbação e outras ameaças);
2. disponibilidade dos serviços, materiais, benefícios e infra-estrutura (garantia de acesso a água potável, energia elétrica, saneamento, etc.);

¹ Comentário Geral nº 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

3. gastos suportáveis (medidas e subsídios a serem instituídos pelos Estados que assegurem que os gastos com a moradia sejam proporcionais ao nível de renda);
4. habitabilidade (garantia de segurança física e de espaço adequado);
5. acessibilidade (possibilidade de aquisição da habitação, priorizando grupos desfavorecidos);
6. localização (garantia de acesso aos serviços públicos essenciais);
7. adequação cultural (garantia de expressão da identidade e da diversidade cultural na moradia).

O que deve ser enfatizado é que, ao extrapolar a ideia de simples abrigo e incorporar uma série de questões relativas ao direito à uma vida digna e saudável, o direito à moradia torna-se a síntese de uma série de outros direitos, adquirindo uma centralidade e uma relevância ímpar nas discussões em torno da inclusão e da justiça social.

A QUESTÃO DA MORADIA EM BH: POLÍTICA HABITACIONAL EM BELO HORIZONTE

Bedê (2008) traça um histórico sobre a questão da habitação de interesse social no Município, que será aqui sintetizado.

Segundo a autora, as favelas integram Belo Horizonte desde a época de sua fundação, abrigando operários e suas famílias e antigos moradores, para os quais não fora previsto lugar de moradia no planejamento da nova capital.

Como ressalta Bedê (2008), com base no discurso da necessidade de obras viárias e de saneamento, as soluções encontradas pelo poder público municipal, principalmente a partir de 1930, são a erradicação das favelas.

Na década de 1950, o movimento de favelas se organiza e é criado o Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares, com a finalidade de de construir moradias para reassentamento de famílias moradoras de favelas.

Durante o período da ditadura, esse movimento é abafado e a política de erradicação de favelas é retomada, criando-se, em 1971, a Coordenação de Habitação de Interesse



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Social - CHISBEL – órgão dedicado à realização de tais operações. No entanto, no final da década de 70, o movimento de favelas se rearticula e o poder público passa a incorporar algumas de suas reivindicações em políticas e programas.

Em 1983, uma lei municipal, pioneira no Brasil, cria o Programa Municipal de Regularização de Favelas – PROFAVELA – e em 1985, a Lei de Ocupação e Uso do Solo (Lei nº 4.034/85) incorpora as favelas no zoneamento da cidade como Setor Especial – 4, sendo então definidos parâmetros e critérios específicos com o intuito de regularização urbanística desse tipo de assentamento. O PROFAVELA ficou a cargo da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL – e até o início dos anos 90 o trabalho enfatizou a regularização de favelas em áreas públicas municipais².

Bedê (2008) salienta que em 1993 inicia-se um processo de discussão sobre a criação de um sistema municipal de habitação envolvendo a equipe da URBEL, consultores contratados e representantes do movimento popular de luta pela moradia. Ao final das discussões, esse sistema fica assim configurado: o Fundo Municipal de Habitação, reunindo todos os recursos destinados a financiar a implementação de programas, projetos e ações da Política Municipal de Habitação para população de renda familiar mensal de até cinco salários mínimos; a URBEL, atuando como órgão proponente e executor da Política Municipal de Habitação e gestor do Fundo Municipal de Habitação; o Conselho Municipal de Habitação, exercendo a função de curador do Fundo e atuando como instância participativa de caráter deliberativo em questões afetas à Política Municipal de Habitação.

Em 1994, após muitos debates com entidades envolvidas com a questão, aprova-se a Política Municipal de Habitação, definindo-se, em Belo Horizonte, conceitos, princípios, diretrizes, prioridades, critérios e instrumentos para uma política habitacional local. A autora ressalta que o primeiro conceito importante apresentado na Política Municipal de Habitação é justamente o de habitação: "(...) entende-se como habitação a moradia inserida no contexto urbano, provida de infra-estrutura básica, serviços urbanos e equipamentos comunitários básicos" (Conselho Municipal de Habitação, 1994).

² Com a discussão de emendas relacionadas à reforma urbana, ocorrida durante o processo de elaboração da Constituição de 1988, ganhou força a mobilização em prol da questão urbana e do direito à habitação..



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Assim,

o direito à moradia fica vinculado ao direito à cidade, com os benefícios que ela pode oferecer e as funções sociais que ela deve cumprir, estabelecendo uma clara vinculação da Política Municipal de Habitação com o ideário da reforma urbana (BEDÊ, 2008).

No âmbito da Política Municipal de Habitação, foram estabelecidas duas linhas de atuação: uma voltada para intervenções em assentamentos habitacionais existentes (favelas e conjuntos habitacionais implantados pelo poder público), buscando melhorar as condições de moradia; outra voltada para a produção de novos assentamentos habitacionais, objetivando ampliar a oferta de moradia para população de baixa renda. A autora destaca ainda que a estratégia proposta para a atuação em assentamentos existentes baseia-se no planejamento integrado e participativo, rompendo com uma lógica seguida até então de intervenções pontuais e desarticuladas nas favelas. Nos novos assentamentos, a preocupação é garantir moradia em áreas regulares, urbanizadas e dotadas de infraestrutura, partindo de uma conceito abrangente de habitação.

A trajetória da política habitacional em Belo Horizonte revela que a criação de um sistema municipal de habitação nos moldes previstos permitiu avanços significativos na concepção da moradia e nas estratégias desenvolvidas para as áreas de interesse social. Além dessas conquistas, observa-se também a valorização da participação no planejamento e na gestão de tais áreas.

LEGISLAÇÃO VIGENTE

LEI Nº 7.597/98 (com as alterações promovidas pela Lei nº 8.566/03)

A Lei nº 7.597/98, que "Dispõe sobre assentamento de famílias no Município e dá outras providências", cria o Programa Municipal de Assentamento – PROAS – que deverá atender: família removida em virtude da execução de obra pública; família vítima de calamidade; família que resida em habitação precária e família sem casa.

O art. 2º da Lei define os requisitos a serem atendidos pelos beneficiários do PROAS: renda familiar de até 5 salários mínimos; não possuir outro imóvel em Belo Horizonte ou em



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sua região metropolitana; renunciar ao direito de pleitear indenização por benfeitorias; não ter sido beneficiado por outro programa de assentamento; ser ocupante de área pública pelo prazo mínimo de 12 meses; ser proprietário da benfeitoria e estar dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Municipal de Habitação. O art. 3º prevê o imediato assentamento (respeitado valor de referência definido pelo Conselho Municipal de Habitação); apoio para a desocupação da área e para o assentamento; direito de transferência e vaga em escolas.

Ressalta-se que o assentamento pode ser substituído por auxílio financeiro e que pode ser utilizado, temporariamente e sob a forma de Bolsa-Moradia, recursos do Tesouro Municipal, do Fundo Municipal de Habitação e do Fundo Municipal de Assistência Social para locação de imóvel habitacional com vistas ao assentamento.

A Lei ainda prevê a possibilidade de pagamento de indenização por benfeitoria realizada na área a ser desocupada, caso não sejam atendidos os requisitos definidos no art. 2º.

O art. 6º determina que os recursos para viabilização do PROAS serão originários do Fundo Municipal de Habitação Popular.

DECRETO Nº 11.283/03 (com as alterações promovidas pelo Decreto nº 14.344/11)

O Decreto nº 11.283/03 regulamenta a Lei nº 7.597/98 determinando, em seu art. 1º, que a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL – é a entidade responsável pela gerência do Fundo Municipal de Habitação Popular, competindo-lhe ainda a organização, execução e fiscalização da Política Habitacional Municipal.

O art. 4º do Decreto prevê que a remoção de famílias pode ocorrer dentro do Município ou para outro Município, a critério do beneficiário, e define o valor das unidades habitacionais, que varia de acordo com a situação em questão.

O Decreto contém também alguns critérios e condições para obtenção dos benefícios previstos no PROAS e explicita as competências da URBEL no processo de assentamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

LEI Nº 8.137/00 (com as alterações promovidas pela Lei nº 9.959/10)

A Lei nº 8.137/00, em seu Capítulo VI, promove a revisão do Programa Municipal de Regularização da Favelas – PROFAVELA - e regulamenta as Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS –, objetivando estabelecer critérios especiais de parcelamento, ocupação e uso do solo.

O PROFAVELA objetiva orientar as ações públicas ou privadas que impliquem na urbanização ou na regularização fundiária das ZEIS, compreendendo processos de regularização urbanística e jurídica.

O art. 138-A da Lei 8.137/00 prevê que a delimitação de ZEIS ocorrerá de 4 em 4 anos a partir de estudos do órgão gestor da Política Municipal de Habitação, com referendo do Conselho Municipal de Habitação.

A Lei nº 8.137/00 institui ainda a figura dos Planos Globais Específicos a serem elaborados para cada ZEIS considerando as abordagens físico-ambiental, jurídico-legal e socioeconômico-organizativo.

Com relação ao parcelamento do solo na ZEIS, a Lei especifica características das vias e dos lotes e critérios e condições gerais para o parcelamento.

As regras relacionadas ao uso e ocupação do solo em ZEIS visam a: garantir padrões mínimos de urbanização, segurança, higiene, salubridade e conforto; orientar a regularização das edificações existentes; orientar projetos de novas edificações e modificações nas edificações existentes; orientar os usos admitidos; evitar o processo de expulsão indireta dos moradores, decorrente da valorização do solo.

A Lei prevê que o uso predominante nas ZEIS é o residencial, sendo admitido o uso não residencial e misto, desde que compatíveis com o uso residencial. O licenciamento de atividades depende de parecer prévio da URBEL, que deverá considerar as características locais, a repercussão produzida pela atividade e a possibilidade de geração de emprego e renda.

A Lei prevê também condições para a ocupação, como: altura máxima, número de pavimentos, regras específicas para áreas destinadas a reassentamento e outros critérios, bem como normas gerais para as edificações.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Há ainda regramento para alienação de lotes aos moradores de ZEIS em áreas públicas municipais, determinando-se que os lotes de uso residencial destinados à locação e os lotes de uso não residencial poderão ser objeto de concessão do direito real de uso ou de permissão de uso, com ou sem ônus.

Ao final, a Lei prevê a criação de Grupos de Referência para cada área submetida à elaboração dos Planos Globais Específicos. Tais Grupos serão compostos por representantes da Associação de Moradores local, por grupos comunitários formais e informais da área, por grupos organizados das áreas de influência da ZEIS e por moradores interessados.

CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

A solicitação da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana - estudar a possibilidade de reformulação da Lei nº 7.597/98, com a finalidade de possibilitar o reassentamento de empresas instaladas em imóveis a serem desapropriados em virtude de alargamento de ruas no Aglomerado da Serra -, traz à tona questões relacionadas ao direito à moradia e à política estabelecida para as áreas de interesse social à luz desse direito.

Compreender que o direito à moradia sintetiza o próprio direito à cidade e aos benefícios urbanos, como explicitado anteriormente, é importante em qualquer estudo que vise a avaliar a possibilidade de rever as leis municipais vigentes que tratam da questão da habitação.

A análise da Política Municipal de Habitação e da legislação municipal referente às áreas de interesse social – ZEIS - revela que os avanços e conquistas obtidos objetivaram assegurar, acima de tudo, o direito à habitação a partir dessa concepção mais ampla: garantia de regularização da posse, de habitabilidade, de acessibilidade e de direito aos serviços urbanos. As condições estabelecidas para a regularização e para o parcelamento, ocupação e uso do solo em áreas de interesse social, previstas na legislação, também buscam assegurar o direito à moradia. A Lei nº 7.597/98 e seu decreto regulamentador estão inseridos nesse contexto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A possibilidade do exercício de atividade econômica em ZEIS encontra-se prevista na Lei nº 8.137/00, que enfatiza, porém, que deve predominar o uso residencial. A possibilidade de instalação de uso não residencial em tais áreas precisa ser considerada como alternativa de emprego e renda para os grupos sociais que nela vivem, como prevê a legislação, e também significa a facilidade de acesso a comércio e serviços por parte de seus moradores. No entanto, observa-se que a Lei demonstra uma preocupação com as repercussões decorrentes de tais atividades para o uso residencial.

Com base no estudo realizado e nas questões por ele evidenciadas, deve-se refletir se cabe ao poder público ir além dessa regulação de possibilidade de uso, criando garantias aos proprietários de estabelecimentos comerciais situados nessas áreas, em termos semelhantes ao previsto para a habitação. Essa reflexão, para além do aspecto técnico, deve ser compreendida em sua dimensão política e ideológica já que envolve decisão sobre o nível de intervenção e o grau de proteção a ser assegurado pelo poder público aos moradores dessas áreas. Nesse sentido, duas possibilidades se apresentam.

A primeira possibilidade parte da compreensão de que todas as questões referentes às áreas de interesse social devem ser consideradas como de interesse público tendo em vista a questão social subjacente a elas. Assim, caberia ao poder público intervir, além da questão habitacional, também no que se refere à proteção aos usos não residenciais instalados nessas áreas, entendendo-os como geradores de emprego e renda para seus moradores. Partindo desse entendimento, a localização e o funcionamento de atividades econômicas em ZEIS passam a ser vistos como de interesse social e não simplesmente como de interesse particular de seus proprietários.

Outra possibilidade a ser considerada parte do entendimento de que não cabe ao poder público instituir regras voltadas para a proteção das atividades econômicas localizadas em ZEIS, como ocorre com a habitação. Como nas demais áreas da cidade, a regulação do uso não residencial deve se restringir a questões relacionadas aos impactos e incômodos que tais atividades provocam sobre o meio ambiente e sobre sua vizinhança. Ainda como argumentação favorável a esse entendimento, pondera-se que o próprio reassentamento habitacional deve ter um uso restrito por ser uma ação que implica em custos financeiros e operacionais altos, além do custo social. Daí a previsão de requisitos e critérios na legislação que disciplina tal prática. A utilização de recursos originários do Fundo de Habitação Popular



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

em tais ações também deve ser salientada. A inclusão das atividades comerciais nesse tipo de ação envolve, portanto, questão relativa à decisão de priorização e direcionamento de recursos e investimentos nas áreas de interesse social.

Independente da compreensão a prevalecer e da opção a ser feita, o exercício de atividade econômica em áreas de interesse social precisa ser entendido como uma questão específica que não deve competir ou se confundir com a idéia do direito à moradia. Incluir o tema em uma legislação que foi pensada especificamente para a questão da moradia traz o risco de enfraquecer as ações ou redirecionar os investimentos e recursos que deveriam ser destinados exclusivamente para a política habitacional, deturpando o verdadeiro objetivo da lei.

O que se pretende enfatizar é que, do ponto de vista técnico, a solicitação da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana não deveria ser solucionada por meio de uma proposta de alteração na Lei nº 7.597/98, que vem garantir moradia digna para famílias pertencentes a grupos sociais desfavorecidos e em situação de risco ou precariedade e se insere na política habitacional instituída para o Município. Deve-se pensar na questão como uma nova política, ainda que complementar à política habitacional em vigor, no sentido de promoção de possibilidade de geração de renda para as populações residentes em tais áreas.

Para uma reflexão sobre o assunto, sugere-se que discussões sejam realizadas envolvendo a URBEL, o Conselho Municipal de Habitação, o movimento popular de luta pela moradia e representantes da comunidade envolvida. A partir dessas discussões talvez seja necessário rever a conceituação subjacente à regulação existente para as áreas de interesse social e, se for considerado conveniente, instituir lei específica que crie regras para a proteção dos usos não residenciais instalados nas ZEIS.

Quanto à construção de centro de comércio, entende-se que pode ser uma alternativa interessante para as ZEIS, podendo ser apresentada Indicação ao Poder Executivo solicitando avaliação dessa possibilidade, conforme minuta em anexo.

Cabe discutir se compete ao poder público implantar e gerenciar tal empreendimento, e nesse caso, debater sobre a forma mais adequada de fazê-lo; ou se seria o caso do poder público realizar parceria com a iniciativa privada para viabilizar esse tipo de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

empreendimento, como já aconteceu com os centros de comércio popular existentes no Município, sem perder de vista que, no caso das ZEIS, cabe ao poder público garantir que tais espaços cumpram seu papel social.

REFERÊNCIAS

BEDÊ, Mônica Cadaval. Trajetória da formulação e implantação da Política Habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH popular (1993-1996). In: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes. *Planejamento urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas*. Belo Horizonte: Editora c/Arte, 2008.

JÚNIOR, Nelson Saule. Instrumentos de monitoramento do direito humano à moradia adequada. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. *Direito Urbanístico: Estudos Brasileiros e Internacionais*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2011.

Patrícia Garcia Gonçalves
Patrícia Garcia Gonçalves

Arquiteta

Divisão de Consultoria Legislativa – DIVCOL

CIENTE:

Cristiane Regina Reis Ribeiro
Cristiane Regina Reis Ribeiro - CM 351
Divisão de Consultoria Legislativa

Frederico

Frederico Stefano de Oliveira Armeiro
Diretor do Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº

Senhor Presidente,

A Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 130, I, do Regimento Interno, a presente Indicação, a ser encaminhada ao Senhor Prefeito, Márcio Araújo de Lacerda, com cópia para o Presidente da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte - URBEL -, Claudius Vinícius Leite Pereira, a fim de solicitar estudo sobre a viabilidade de implantação de centro de comércio no Aglomerado da Serra.

Esclarecemos que tal solicitação decorre da necessidade de desapropriação de imóveis que abrigam empresas comerciais instaladas há muitos anos no Aglomerado da Serra, em virtude de intervenções urbanísticas na área - alargamento das ruas Nossa Senhora de Fátima, Bandonion e Savassinha.

A sugestão de construção de um centro comercial na região foi apresentada pela comunidade em audiência pública realizada na 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, ocorrida no dia 30 de março de 2011, na Igreja Batista Sião, Rua Bela Vista, nº 71, Bairro Serra.

Ressalta-se que para a comunidade é importante encontrar alternativas que possibilitem a permanência das atividades comerciais na região.

Belo Horizonte,

Vereador Autair Gomes
Presidente da Comissão

Vereadora Elaine Matozinhos
Vice-Presidente da Comissão

Vereador Tarcísio Caixeta
Membro da Comissão

Vereador Bruno Miranda
Membro da Comissão

Vereador Leonardo Mattos
Membro da Comissão

ANEXO C – Ata da Audiência Pública promovida pela URBEL no dia 12 de dezembro de 2012 na Escola Estadual Mendes Junior

Ata da Reunião do dia 12 de dezembro de 2012

Escola Estadual José Mendes Júnior 19:30

Encaminhamento da primeira audiência pública de agosto de 2012

Audiência realizada pelo Programa Polos na Defensoria Pública

Presentes: Defensoria Pública, URBEL (Carlos), Coordenador (Polos), moradores

Coordenador Programa POLOS: Levantou a questão do Vila-Viva 1, da quantidade de entulhos que foram deixados na Serra, e da regularização fundiária, que não teve nenhum avanço durante esse programa. Dentre outras coisas, levantou que:

1. No que diz respeito às remoções previstas nas obras do Vila-Viva II, os moradores tiveram acesso à lista divulgada pelo Programa Polos, adquirida via Ministério Público Federal
2. As indenizações previstas não levam em consideração as valorizações recentes dos imóveis da Serra, mas apenas a benfeitoria desses imóveis
3. Os reassentamentos não estão previstos dentro da própria Serra, o que causa insegurança aos moradores

Carlos URBEL: Respondeu

1. A regularização fundiária é um processo rigoroso, já que o terreno da região é público, mas está em processo
2. Afirmou que os predinhos são seguros, e que os moradores não precisam ter insegurança em relação a isso.
3. As indenizações previstas seguirão a planilha da SUDECAP, que leva em consideração o índice de construção civil e o aumento do custo de vida. Afirmou ainda que as indenizações ocorridas na Serra não podem ser tratadas como o restante das indenizações da regional Centro-Sul, já que se trata de uma ocupação urbana.
4. Afirmou que os moradores teriam duas opções, ou seriam reassentados nos predinhos, ou receberiam as indenizações.

Coordenador Programa POLOS: Segundo ele, a regularização fundiária deveria ser uma prioridade, e, já que o terreno é do Estado, então esse processo de regularização deveria ser mais fácil do que se tratando de terrenos privados. Defendeu a criação de um cronograma que estipule os prazos como parte obrigatória da obra. Discordou dos critérios de indenização apresentados, e afirmou que esses critérios deveriam ser mais flexíveis e agregar o valor da posse da terra além da benfeitoria, para que a indenização se aproximasse do valor de mercado dos imóveis.

Defensoria Pública: As dificuldades com a regularização fundiária trazem insegurança aos moradores. Sobre a questão dos entulhos, disse que isso não aconteceria caso as obras acontecessem em bairros nobres. Disse que as trincas nos predinhos devem ser reavaliadas por engenheiros. Em relação as indenizações, disse que esse é o ponto mais triste, e que a defensoria pública não concorda com os critérios apresentados pela URBEL. Falou que com as baixas remunerações das indenizações propostas, as pessoas passariam a morar distante de BH, o que traria outros problemas como para a saúde e para a mobilidade urbana.

Bruno Programa Polos: Criticou o Vila-Viva I, afirmou que ele não cumpriu seu objetivo de melhorar a vida da população. Disse ainda que a falta de informação sobre os programas é uma forma de violência aos moradores da Serra. Segundo ele, a prefeitura deve passar segurança aos moradores, e proporcionar maior participação dos moradores em todo o processo.

Carlos URBEL: A URBEL está aberta para ideias sobre o processo de remoção das famílias, de modo que ele seja menos traumático. Se sentiu desrespeitado, e afirmou que tudo na URBEL tem

sido feito com antecedência. Concordou com o Bruno quanto à necessidade de um planejamento mais eficiente para a obra. Disse que não pode informar, ainda, a programação dos projetos, mas que à medida que eles forem evoluindo, serão repassados ao Programa Polos e a Defensoria Pública. Classificou o Programa Polos de irresponsável por divulgar a lista de remoções à população de um projeto que ainda não estava pronto. Disse que o comércio seria tratado de forma detalhada, e que a URBEL já estava trabalhando com uma indenização específica para essa atividade. Afirmou que não há mais entulhos de obras finalizadas, e que o Ministério Público deve tomar providências quanto a isso.

“Os moradores tiveram ainda direito à fala, que foram separadas por cada vila. As perguntas dos moradores giraram em torno da preocupação com os comerciantes e as indenizações. Questionaram também a falta de informação no processo”.

Encaminhamentos:

1. Fazer reuniões com a comunidade para debater as obras já iniciadas
2. Averiguar a existência de entulhos da Serra
3. Promover uma mesa de negociações junto ao Ministério Público Federal para debater questões levantadas a respeito do Programa Vila-Viva I e II

ANEXO D – Ata da 1º Assembleia com os moradores diretamente atingidos pelo alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima no dia 13 de agosto de 2013

ATA – REUNIÃO DA COMUNIDADE DO AGLOMERADO DA SERRA

Local: Escola Municipal Professor Edson Pisani

Horário: 19horas

Presentes: Moradores e representantes populares da comunidade do Aglomerado da Serra, programa Pólos de Cidadania, professores e estudantes da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais e demais interessados.

Assunto: projeto de alargamento da Rua Nossa Senhora de Fátima, seus trâmites e implicações, e o interesse da comunidade e dos diretamente atingidos pelas possíveis remoções.

1. Apontamentos

A abertura da reunião foi feita pelo programa Pólos de Cidadania, com breve histórico do processo de reivindicação do esclarecimento sobre as possíveis obras da segunda etapa do programa Vila Viva. Foram apresentadas algumas questões colocadas na última reunião, realizada no estádio Baleião em 08 de agosto de 2013 com a URBEL (Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte). Foram ressaltados os encaminhamentos propostos, que incluía a formação de uma comissão pra lidar com a apresentação do projeto para a comunidade. Foram colocados: a questão da prefeitura não indenizar o solo, apenas a benfeitoria do imóvel, a ausência de uma contraproposta para os comércios, os reassentamentos no Minha Casa Minha Vida e possíveis localizações.

Foi levantado o projeto pré-apresentado em junho de 2012 sobre as remoções e o vencimento do prazo para os empréstimos da prefeitura, a retirada a Demacol das remoções de acordo com a proposta de novo projeto (revisto) – apresentada em contraponto de outros comércios que não deixarão de sair.

Sobre o acompanhamento do processo desde o início, a aprovação da obra nos trechos mais críticos (Demacol e “savassinha”) e o favorecimento de caminhões de lixo, de gás, etc. Sobre a melhoria da vida de todos sem o prejuízo de algum morador. Sobre a criação de um centro comercial para os comerciantes que tem de pagar aluguel. Sobre a luta para ajudar e não prejudicar a comunidade, e a indenização justa.

Alargamento previsto e verbas: até a rua da volta – obra do OP; depois é obra do PAC. Valor da obra: 22 milhões, sem o esclarecimento de quanto será utilizado para as indenizações.

Das pessoas presentes, algumas diretamente atingidas pelas remoções.

Sobre o papel das lideranças comunitárias, de encaminhar as decisões, e a decisão a partir dos moradores. Sobre os valores da indenização e possível revisão. Sobre a remoção da Demacol, que tem de ser feita caso sejam feitas as remoções dos outros comércios. A possibilidade de não inviabilização da obra. Sobre o valor sentimental e de outras relações com os imóveis, diferente e “maior” que o valor econômico.

Foi contestada a manifestação de líderes comunitários a favor da obra.

Apontada a solicitação do projeto revisto e atualizado pelo programa Pólos de Cidadania à PBH e não atendida.

Sobre a possibilidade de utilizar o Usucapião como forma de posse da terra. Sobre as melhorias das obras, que não alcançam a todos. A existência de moradores que saíram da comunidade que tinham boa moradia. Sobre mortes na Avenida do Cardoso. Sobre pessoas que saíram e estão voltando para a comunidade.

Sobre a obra ser do âmbito do Governo Federal (Programa de Aceleração do Crescimento II) e a necessidade de um shopping ou centro comercial. Declaração da presidente da Associação dos Moradores, sobre a solicitação direta ao poder público federal de um centro como esses.

Sobre a indenização, que paga apenas a estrutura construída, e não a valorização do imóvel. O questionamento quanto ao valor de um imóvel, e os valores de imóvel na comunidade. A região centro sul apresentada pela prefeitura como igual às outras regiões, em valor de moradia [questão contestada pelos moradores]. Sobre a possibilidade de mão única na rua.

Sobre a construção de um shopping que já esta sendo feito, sem a prefeitura pedir a abertura da Rua Serenata que mais congestiona em direção à Vila do Cafezal.

Declarou o morador não haver nenhuma necessidade de abrir a Rua Nossa Senhora de Fátima. Sobre o pagamento de IPTU. Sobre a obra o rio são Francisco, a candidatura do ex-presidente Lula e a necessidade de declarar a ausência de propriedade, em contraponto aos bens declarados pós-eleição, e possíveis relações com as obras realizadas de forma local. Defendeu que o melhor é não votar a obra.

Sobre o trabalho na Urbel, com uma a abordagem fortemente técnica, tratando de questões que afetam a vida dos moradores. Defende-se a questão como também política, e o projeto como solução não acabada. Sobre a incompatibilização de vários aspectos no projeto e o compartilhamento do desenho técnico com as pessoas moradoras do Aglomerado da Serra, e principalmente as moradoras da Vila Nossa Senhora de Fátima. Sobre a possibilidade de redesenhar o projeto, alterando o traçado existente.

Questionado por um morador o interesse dos representantes e líderes comunitários. Declarado o “não interesse” da comunidade na obra, principalmente os diretamente atingidos pelas remoções que não desejam sair da vila Nossa Senhora de Fátima. Argumentou que levou cerca de cinco anos para construir sua casa, e que o valor de 60 mil reais não responde pelos investimentos feitos. Sobre a relação de apoio mútuo com os vizinhos. Sobre a família que mora aqui há décadas. Sobre a cobrança em conta de luz de iluminação da avenida, que fica ligada às cinco horas da manhã. Sobre não precisar trancar a casa, em razão da confiança nas pessoas. Sobre a liderança não morar no local da obra.

Sobre o perigo da Rua Nossa Senhora de Fátima. “*A obra seria bem vinda se o impacto fosse minimizado.*” Sobre a retirada da igreja no qual é pastor, e a relação com uma casa condenada em frente à igreja. Sobre a possibilidade de usar o lado esquerdo da rua e a continuação de remoções já iniciadas. O entulho em local em que a prefeitura fala que não tem lixo. “*Não tem como evitar as remoções*”. Solicitou-se a orientação e esclarecimento do corpo de assistência técnica presente.

Sobre a comparação de valores da obra, em caso de aterro ou corte. Sobre o valor do lugar, do terreno, em contraponto a indenização pelo valor da construção. A colaboração no sentido de se propor e elaborar um outro desenho, dentro do valor proposto até então. Sobre a saída de pessoas, retiradas de áreas caras da cidade. Sobre a existência de pessoas que não querem sair e de outras que ao mesmo tempo querem sair. Sobre a pobreza do projeto, que é pouco criativo. Sobre atingir pessoas que moram nos becos e a necessidade de compatibilização da obra com esses.

Questionou-se até que ponto o projeto está determinado e limitado pelo traçado já apresentado.

Sobre a indenização com justiça, ou sobre a não retirada de pessoas. Sobre a retirada paulatina e constante de grande parte dos moradores. Morador e Pastor declarou ser “*informações celestiais*”, em que cerca de 70 a 75% dos moradores podem ser atingidos a prazos maiores.

Sobre a obra junto à infraestrutura sanitária, e sobre a duplicação de trechos no lugar da extensão completa da rua. Sobre a possibilidade de solicitação de saneamento, desvinculada da obra, por direito dos moradores. Sobre a posse das casas, que pode ser reivindicada antes da obra. Sobre a destruição da centralidade comercial da Rua Nossa Senhora de Fátima e a inversão de prioridades, primeiro a posse e depois a obra.

Questionou-se a possibilidade de cobranças nas melhorias realizadas na comunidade, pelos próprios moradores.

Levantados os processos de construção dos prédios, “IAPI”, “JK”, e relação do edifício com a topografia. “*(...) Nada é impossível. É impossível se o povo não cobrar. Pode demorar, mas se o povo cobrar, o poder público não aguenta a pressão. (...)*”

Sobre o significado da liderança comunitária. Defendido o líder como aquele que representa os interesses “*da comunidade*” [ênfase dada pela moradora]. Sobre a importância de cada um se representar e não esperar pelos líderes comunitários. Declarou não querer sair da comunidade, e ser uma das diretamente atingidas pelas possíveis remoções, mas ressaltou desejar a obra de um outra forma que não implique na retirada de pessoas da comunidade. Sobre a importância de se lutar pelas melhorias que os moradores desejam, pensando nas gerações que virão.

2. Propostas

Proposta de levar os projetos até as pessoas, através de uma barraca na rua, pelo boca a boca ou ainda pelo “porta a porta”, com a necessidade de ouvir as pessoas e as sugestões da comunidade, e de se alcançar o maior número de pessoas na divulgação das informações. Apresentou-se a necessidade da planilha de custos da obra prevista, e a possibilidade de se reivindicar o direito de posse dos moradores através de outros agentes, como a associação de moradores, o Ministério e a Defensoria Pública. Sobre a possibilidade das 177 famílias darem início ao processo de regularização fundiária.

Questionou-se o interesse da comunidade nos encaminhamentos e sugeriu-se uma assembleia pública.

3. Encaminhamentos

- A divulgação das informações pelos moradores
- A divulgação dos projetos pelo corpo de assistência técnica, por meio de barraca na Rua Nossa Senhora de Fátima, pela produção de material, e pelo porta a porta, com o auxílio dos moradores.
- A solicitação da Planilha de Custos pelo programa Pólos de Cidadania à Prefeitura de Belo Horizonte/Urbel.
- A realização de uma Assembléia Geral, no dia 27 de agosto (terça feira), às 19 horas, nesse mesmo local, para votação da obra.

4. Próxima reunião

- **27 de agosto (terça feira), na Escola Municipal Edson Pisani, às 19 horas: Assembléia Geral.**

ANEXO E – Ofício elaborado pelo Programa Polos ao Procurador da República relatando os resultados da votação realizada na assembleia do dia 27 de agosto de 2013.



Ofício n. 76 / 13

Belo Horizonte, 2 de setembro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Procurador da República
Edmundo Antônio Dias Netto Júnior

Conforme reunião popular realizada no dia 07 de agosto, coordenada pela URBEL, ficou acordado que os moradores da Rua Nossa Senhora de Fátima teriam um prazo de 30 dias para se manifestarem em relação à execução da obra de alargamento da referida rua, presente no escopo do PAC II – Serra.

Deste modo, o Programa Polos de Cidadania da Faculdade de Direito da UFMG comunicou à URBEL o resultado da assembleia realizada na Escola Estadual Edson Pisani, no dia 27 de agosto de 2013. Neste encontro, após debate sobre a obra, os moradores decidiram realizar uma votação sobre a posição de cada um acerca do empreendimento. Das (os) 121 moradoras (es) da Rua Nossa Senhora de Fátima presentes:

- a) 88 pessoas se mostraram contrárias à realização da obra;
- b) 31 pessoas se declararam favoráveis à realização da obra, com a ressalva de haver participação popular efetiva na construção e execução do projeto;
- c) e 02 pessoas se abstiveram.

Cabe ressaltar que, dos votantes, 48 pessoas eram moradoras e moradores diretamente afetados pela obra.

Após a apuração dos votos, as (os) participantes da assembleia solicitaram ao Programa Polos de Cidadania o encaminhamento de ofício à URBEL com um relato do ocorrido e ata da assembleia assinada por todos os presentes.

Tendo em vista o interesse público do processo de mobilização destas (es) moradoras (es) e dada a parceria, considerada pelo Programa Polos como fundamental para o trabalho de mediação, vimos comunicar estes resultados e relatar toda a comunicação entre a URBEL, o Programa e a comunidade.

Atenciosamente,

Prof. Dr. André Luiz Freitas Dias
Coordenador do Programa Polos de Cidadania
Faculdade de Direito - Universidade Federal de Minas Gerais



DIRLEG	FL.
01	01

PROJETO DE LEI Nº 1461115

Cria no âmbito da Política Municipal de Habitação o Programa de Realocação de Atividade Comercial – PRAC – e o Programa Auxílio Comércio, altera a Lei nº 6.326/1993 e dá outras providências.

**CAPÍTULO I
CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Art. 1º - Ficam criados, no âmbito da Administração Pública Municipal, o Programa de Realocação de Atividade Comercial – PRAC – e o Programa Auxílio Comércio, a serem executados pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel – e aplicados em imóveis de uso não residencial inseridos em Zona de Especial Interesse Social – Zeis.

Art. 2º - Para efeito da aplicação do disposto nesta Lei, considera-se:

I - uso não residencial: os usos passíveis de licenciamento em Zona de Especial Interesse Social – Zeis – previstos na Lei nº 8.137, de 21 de dezembro de 2000, classificados nas seguintes categorias:

- a) Categoria I: Serviço de Uso Coletivo;
 - b) Categoria II: Comércio, Serviço e Indústria.
- II - estabelecimento: atividade não residencial.

**CAPÍTULO II
DO PROGRAMA DE REALOCAÇÃO DE ATIVIDADE COMERCIAL**

Art. 3º - O PRAC tem por objetivo a realocação de atividade não residencial instalada em Zeis, cuja remoção seja necessária para a realização de obra pública, por meio de uma das seguintes alternativas:

I - outorga de permissão de uso ou de concessão de direito real de uso de lote não edificado, de propriedade do Município para a reconstrução do estabelecimento, às custas do seu proprietário;

II - outorga de permissão de uso ou de concessão de direito real de uso de imóvel edificado de propriedade do Município;

III - indenização pela acessão ou benfeitoria.

Art. 4º - A reconstrução de que trata o inciso I do art. 3º desta Lei deverá respeitar as orientações da Urbel.



DIRLEG	FL.
11	02

Art. 5º - A indenização pela acessão ou benfeitoria de uso não residencial a ser removida de que trata o inciso III do art. 3º desta Lei:

I - será paga ao proprietário da acessão ou benfeitoria;

II - não impede a concessão do benefício de que trata o inciso I do art. 3º desta Lei;

III - não será paga cumulativamente com a concessão do benefício de que trata o inciso II do art. 3º desta Lei.

Art. 6º - A concessão de direito real de uso e a permissão de uso de que tratam os incisos I e II do art. 3º desta Lei serão oferecidos de acordo com a disponibilidade de áreas remanescentes e passíveis de ocupação no empreendimento que motivou a realocação.

Art. 7º - Os benefícios de que tratam os incisos I e II do art. 3º desta Lei:

I - somente serão concedidos ao proprietário do estabelecimento;

II - não poderão ser concedidos mais de uma vez ao mesmo estabelecimento ou proprietário;

III - não serão concedidos ao proprietário da acessão ou benfeitoria que não seja proprietário do estabelecimento.

Art. 8º - O benefício de que trata o inciso II do art. 3º desta Lei não será concedido ao proprietário do estabelecimento que seja locatário do imóvel de origem.

Art. 9º - O imóvel objeto da concessão de direito real de uso ou da permissão de uso de que tratam os incisos I e II do art. 3º desta Lei deverá:

I - integrar o patrimônio do Município;

II - permitir a atividade pretendida;

III - ser proporcional à área de origem do estabelecimento demolido e adequada à disponibilidade ofertada pelo empreendimento;

IV - possuir área de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), respeitada a área máxima da atividade prevista na legislação pertinente;

V - estar inserido no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública.

Parágrafo único - O Poder Executivo poderá, por meio de decreto, desafetar áreas de propriedade do Município para serem destinadas aos programas previstos nesta Lei.

Art. 10 - A permissão de uso e a concessão de direito real de uso terão sempre caráter precário, ficando reservado ao Município e à Urbel, a qualquer tempo, a faculdade de retomada do imóvel, por infração a qualquer dispositivo legal ou cláusula do termo firmado, bem como por interesse público ou por conveniência administrativa.



DIRLEG	FL.
01	03

§ 1º - A retomada do imóvel a qualquer tempo não gera direito a indenização ou a retenção do bem usado por obras, acessões ou benfeitorias de qualquer natureza realizadas nesse, que serão incorporadas ao patrimônio do Município.

§ 2º - Caso o imóvel seja retomado pelo Município por interesse público ou por conveniência administrativa em prazo inferior a 10 (dez) anos, o beneficiário fará jus ao pagamento de indenização referente à avaliação da acessão ou benfeitoria de origem, inversamente proporcional ao período em que o imóvel foi por este utilizado no prazo de 10 (dez) anos.

Art. 11 - Deferida a permissão de uso ou a concessão de direito real de uso do imóvel, o beneficiário deverá se instalar e iniciar a atividade permitida no prazo máximo de:

I - quatro meses, em caso da concessão de direito real de uso ou da permissão de uso de que trata o inciso I do art. 3º desta Lei;

II - um mês, no caso da concessão de direito real de uso ou da permissão de uso de que trata o inciso II do art. 3º desta Lei.

Parágrafo único – Em casos excepcionais os prazos tratados neste artigo poderão ser prorrogados, conforme estabelecido na regulamentação desta Lei.

Art. 12 - Ao imóvel sobre o qual recaia a permissão de uso e a concessão de direito real de uso não poderá ser dada outra destinação, que não aquela estabelecida no termo firmado, sob pena de imediata reversão da posse ao Município.

Parágrafo único - O disposto no *caput* deste artigo também se aplica em caso de cessão, de locação, de empréstimo, de utilização por terceiros ou de dação em garantia do imóvel objeto da permissão de uso ou da concessão de direito real de uso.

Art. 13 - A permissão de uso e a concessão de direito real de uso de que tratam os incisos I e II do art. 3º desta Lei serão adequadas às categorias das atividades de origem removidas, priorizada a instalação das atividades essenciais, nos termos do § 1º deste artigo.

§ 1º - Para definição da priorização do atendimento por categoria serão observados os critérios e a pontuação previstos no Anexo Único desta Lei, observada a seguinte ordem a ser utilizada como critério de desempate ou de diversificação de atividades:

I - comércio varejista de produtos alimentício;

II - comércio varejista de artigos e aparelhos de uso pessoal e domiciliar;

III - comércio varejista de materiais de construção;

IV - serviços de comunicação;

V - serviços de locação de objetos pessoais, domésticos, máquinas e equipamentos;

VI - serviços pessoais;



DIRLEG	FL.
22	04

VII - serviços de alimentação.

§ 2º - Não sendo possível a concessão de direito real de uso ou a permissão de uso de que tratam os incisos I e II do art. 3º desta lei a todos os estabelecimentos de uso não residencial removidos, será paga somente a indenização da benfeitoria ao seu proprietário.

§ 3º - A solicitação da concessão de direito real de uso ou da permissão de uso será apresentada pelo interessado à Urbel, dentro do prazo a ser estabelecido por essa companhia, e deverá estar acompanhada:

I - da documentação comprobatória dos critérios previstos no Anexo Único desta Lei;

II - de declaração de que o interessado está de acordo com o valor da avaliação das acessões ou benfeitorias, caso seja o seu proprietário, e de renúncia expressa ao direito de pleitear, judicial ou administrativamente, eventual indenização pertinente à acessão ou benfeitoria e à área a ser desocupada.

Art. 14 - A concessão de direito real de uso ou a permissão de uso de que trata esta Lei somente será autorizada ao proprietário do estabelecimento que for ocupante da área pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

Art. 15 - A concessão de direito real de uso e a permissão de uso serão gratuitas quando se destinarem a entidades assistenciais, religiosas, educacionais ou esportivas, desde que verificado relevante interesse público.

Art. 16 - A concessão de direito real de uso e a permissão de uso serão remuneradas quando destinadas a finalidade econômica.

§ 1º - O valor do aluguel será definido pela Comissão de Destinação de Bens Imóveis Públicos Municipais com base em parecer elaborado pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – Urbel, que levará em consideração:

I - se o proprietário do estabelecimento era locatário do imóvel de origem;

II - se o proprietário do estabelecimento é morador de Zeis;

III - se o proprietário do estabelecimento desenvolve outra atividade não residencial;

IV - o faturamento e a renda familiar do proprietário do estabelecimento.

§ 2º - A renda arrecadada com a permissão de uso e com a concessão de direito real de uso onerosa será destinada ao Fundo Municipal de Habitação Popular.

CAPÍTULO III DO PROGRAMA AUXÍLIO COMÉRCIO

Art. 17 - O Programa Auxílio Comércio tem por objetivo diminuir o impacto da remoção da atividade não residencial instalada em ZEIS, por meio do pagamento de auxílio



DIRLEG	FL.
01	05

financeiro mensal e temporário ao proprietário do estabelecimento removido que desenvolva atividades inseridas na categoria II.

Art. 18 - O auxílio financeiro mensal e temporário somente será deferido ao proprietário que, cumulativamente:

- I - tenha seu estabelecimento removido em função de intervenções públicas;
- II - seja proprietário do estabelecimento e da acessão ou benfeitoria na qual funcionava a atividade;
- III - resida em ZEIS;
- IV - não possua outra fonte de renda;
- V - não possua outro imóvel além daquele utilizado para sua moradia.

Art. 19 - O valor mensal do auxílio financeiro temporário será o mesmo definido para o Programa Bolsa-Moradia.

Art. 20 - O auxílio financeiro será fornecido somente após a demolição do imóvel situado na área da intervenção e pelo prazo:

- I - necessário à liberação da área a ser concedida no caso de aplicação do inciso I do art. 3º desta Lei, prorrogável uma única vez por, no máximo, mais 4 (quatro) meses, limitado à data de início da atividade;
- II - necessário à liberação da construção, no caso de aplicação do inciso II do art. 3º desta Lei, prorrogável uma única vez por mais um mês, limitado à data de início da atividade;
- III - de quatro meses, no caso de aplicação do inciso III do art. 3º desta Lei.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 - Esta Lei se aplica tanto aos empreendimentos já contratados quanto àqueles que forem contratados após a data de sua publicação.

Parágrafo único - A aplicação dos procedimentos definidos nessa Lei dependerá da existência de áreas remanescentes no empreendimento e da disponibilidade de recurso financeiro específico.

Art. 22 - Fica acrescido ao art. 3º da Lei nº 6.326, de 18 de janeiro de 1993, os seguintes incisos XV e XVI:

“Art. 3º - [...]”

XV - pagamento de indenização de acessões ou benfeitorias de imóveis de uso não residencial inseridos em Zona de Especial Interesse Social – ZEIS – atendidos pelo Programa de Realocação de Atividade Comercial – PRAC;



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

PL 1461115

DIRLEG	FL.
2	06

XVI - pagamento do benefício do Programa Auxílio Comércio." (NR)

Art. 23 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2015

Marcio Araujo de Lacerda
Prefeito de Belo Horizonte



PL 146115

DIRLEG	FL.
01	07

ANEXO ÚNICO

Quadro 1 - Matriz de pontuação para a Categoria I – Serviço de uso coletivo

CRITÉRIO	DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA PRIORIZAÇÃO DO SERVIÇO DE USO COLETIVO			
	Tipo de serviço prestado	Serviços educacionais 10 pontos	Assistência social, entidades associativas e instituições religiosas 07 pontos	Entidades desportivas e culturais 03 pontos
Número de pessoas assistidas	Acima de 50 pessoas 10 pontos	Mais de 20 até 50 pessoas 07 pontos	Até 20 pessoas 03 pontos	
Tempo de atuação no local	Mais de 20 anos 10 pontos	De 10 a 20 anos 07 pontos	De 2 a 10 anos 03 pontos	Menos de 2 anos 0 pontos

Quadro 2 - Matriz de pontuação para a Categoria II – Comércio, Serviço e Indústria

CRITÉRIO	DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA PRIORIZAÇÃO DA RELOCAÇÃO DA ATIVIDADE COMERCIAL / SERVIÇOS			
	Atividade como renda principal da família	SIM 10 pontos	NÃO 0 pontos	
Renda <i>per capita</i> da família do dono excluindo o comércio	Até 0,5 Salário Mínimo 7 pontos	Entre 0,5 e 1 Salário Mínimo 3 pontos	Acima de 1 Salário Mínimo 0 pontos	
Responsável pelo comércio ser morador da vila ou de outra Zeis	SIM Morador da vila 15 pontos	NÃO, mas é morador de outra vila inserida em Zeis 7 pontos	NÃO 0 pontos	
Famílias removidas em função do empreendimento, reassentadas em Unidades Habitacionais construídas pelo município	SIM 5 pontos	NÃO 0 pontos		
Tempo de atuação nesta atividade comercial na área	Mais de 20 anos 10 pontos	De 10 a 20 anos 07 pontos	De 2 a 10 anos 03 pontos	Menos de 2 anos 0 pontos
Atividade geradora de emprego para moradores da vila ou aglomerado	Mais de 10 empregos 10 pontos	De 5 a 10 empregos 07 pontos	Menos de 5 empregos 03 pontos	
Empresa formalizada	SIM 10 pontos	NÃO 0 pontos		



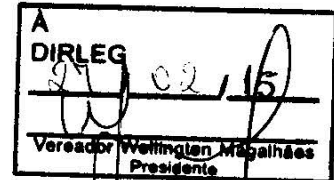
PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

PL 1461115

DIRLEG	FL.
21	08

MENSAGEM Nº 03

CÂMARA MUNC. DE BHTE 25/FEV/2015 12:53 000006140
Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2015



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a esta Egrégia Casa, para que seja submetido à apreciação de Vossa Excelência e de seus ilustres pares, o incluso Projeto de Lei que "*Cria no âmbito da Política Municipal de Habitação o Programa de Realocação de Atividade Comercial – PRAC, o Programa Auxílio Comércio, altera a Lei nº 6.326/1993 e dá outras providências*".

O referido Programa de Realocação de Atividade Comercial – PRAC – tem por objetivo a realocação de atividade não residencial instalada em ZEIS, cuja remoção seja necessária para a realização de obra pública. A aludida realocação se dará por três maneiras: (i) por meio da outorga de permissão de uso ou de concessão de direito real de uso de lote não edificado, de propriedade do Município, para a reconstrução do estabelecimento, às custas do seu proprietário; (ii) da outorga de permissão de uso ou de concessão de direito real de uso de imóvel edificado de propriedade do Município; e/ou (iii) da indenização pela acessão ou benfeitoria.

A concessão de direito real de uso e a permissão de uso de que tratam os incisos I e II do art. 3º do presente projeto de lei serão oferecidas de acordo com a disponibilidade de áreas remanescentes e passíveis de ocupação no empreendimento que motivou a realocação, e serão remuneradas quando destinadas a finalidade econômica. A renda arrecadada com a permissão de uso e com a concessão de direito real de uso onerosa será destinada ao Fundo Municipal de Habitação Popular.

Em relação ao Programa Auxílio Comércio, cumpre destacar que tem por objetivo diminuir o impacto da remoção da atividade não residencial instalada em ZEIS, por meio do pagamento de auxílio financeiro mensal e temporário ao proprietário do estabelecimento removido que desenvolva atividade de comércio, serviço ou indústria. O valor proposto para o benefício é o mesmo definido para o Programa Bolsa-Moradia, atualmente fixado em R\$500,00.

Ressalta-se que os referidos programas são essenciais para garantir a manutenção das atividades não residenciais nas áreas objeto de intervenção pelo Município (em atendimento ao disposto no inciso II do art. 4º da Lei nº 7.165, de 27 de agosto de 1996), com o fortalecimento da diretriz de expansão de polaridades de comércio e serviços no Município, minimizando os deslocamentos à área central do Município para atendimento de necessidades cotidianas e esporádicas.

Os programas propostos são imprescindíveis, ainda, para garantir meios de subsistência das famílias dos proprietários dos estabelecimentos removidos, sendo priorizados os estabelecimentos que constituam a principal fonte de renda da família, as famílias com menor renda *per capita*, os moradores da vila ou de outra ZEIS, as famílias reassentadas em unidades habitacionais construídas pelo Município, as atividades geradoras de emprego para os moradores da vila e as empresas formalizadas.

PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

PL 1461115

DIRLEG	FL.
01	09

Por fim, cumpre ressaltar que a previsão orçamentária para os anos de 2015, 2016 e 2017 foi inserida na proposta da LOA 2015 para o Fundo Municipal de Habitação Popular - FMHP. Foi estimado recurso anual em torno de R\$ 163.200,00 (cento e sessenta e três mil e duzentos reais), dimensionado a partir da média histórica de atendimentos a imóveis não residenciais removidos em função de obras públicas.

O valor estimado é pouco significativo em relação à proposta orçamentária para o FMHP em 2015. Os levantamentos, até o momento, apontam que a previsão para o programa "Auxílio Comércio" comprometeria em torno de 0,1% do Recurso Ordinário do Tesouro previsto para o FMHP em 2015 e menos que 1% do previsto para o programa Bolsa Moradia no mesmo ano.

Certo de que este Projeto de Lei receberá a necessária aquiescência de Vossa Excelência e de seus ilustres pares, submeto-o ao seu regular processamento, renovando protestos de elevada estima e consideração.

Marcio Araujo de Lacerda
Prefeito de Belo Horizonte

Excelentíssimo Senhor
Vereador Wellington Magalhães
Presidente da Câmara Municipal da
CAPITAL